

ESTADO DO MARANHÃO

**PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Volume II**

**São Luís – MA
2015**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E
PREVIDÊNCIA - SEGEF

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VOLUME II

1995 - 2013

São Luís – MA
2015

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA VOLUME II

Copyright by Superintendência de Organização, Normas e Procedimentos Administrativos

GOVERNADOR DO ESTADO

Flávio Dino Castro e Costa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Marcelo Tavares Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

Felipe Costa Camarão

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Lilian Régia Gonçalves Guimarães

**SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS**

Adryany Fernanda Guimarães Ferreira

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Calhau.

CEP: 65.051-200 São Luís - Maranhão

Fone: (098) 3131.4177

1ª Edição - SONPAD/2015

CRÉDITOS

Elaboração:

Supervisão de Normalização e Métodos Administrativos

Salma Vasconcelos de Castro Loureiro

Ary Borges Filho

Geycianne Mendes dos Santos

Carolina Elisa Campos Ferro

Supervisão de Organização e Regulamentação Institucional

Rosa Maria Mourão Abreu

Ana Gisele Lessa Lima Trinta

Conceição Aparecida de Souza Novais Mendes

Fátima da Graça Sousa Alves

José de Ribamar Leite Santana

Roseny Carvalho Leite

Sâmia Maria Mouchrek Monteiro

Vera Maria Gonçalves Santos

Apoio Técnico:

Fabio Lavrador Silva

Marcelo do Nascimento Oliveira

Maria Antonieta Saldanha Godinho

APRESENTAÇÃO

O presente Perfil tem como finalidade mostrar de forma clara e objetiva os elementos históricos que constituem a estrutura organizacional da Administração Direta do Estado do Maranhão bem como suas respectivas legislações.

Com o propósito de facilitar o manuseio pelos usuários, o Perfil da Administração Pública – Administração Direta Volume II vem complementar com a abordagem dos elementos históricos, finalidade e legislação dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo citados no Volume I e os criados no período de 1995 a 2013.

Esta pesquisa foi elaborada pela Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), com base em material coletado em Diários Oficiais do Estado do Maranhão.

A SEGEP espera que este Perfil atinja seu propósito e na qualidade de órgão competente fica responsável pela atualização deste periódico.

Felipe Costa Camarão
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

SUMÁRIO

	p.
1 CASA CIVIL – CC.....	7
Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.....	17
Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude.....	17
Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Institucional.....	17
Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos.....	17
Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais.....	18
2 COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL.....	28
3 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO – CGE.....	35
4 CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO – COGE.....	40
5 DEFENSORIA-PÚBLICA GERAL DO ESTADO – DPE.....	43
6 GERÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO – GDR.....	48
7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE.....	61
8 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA – SAGRIMA.....	66
9 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SECTEC.....	78
10 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM.....	86
11 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECMA.....	93
12 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC.....	102
13 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ.....	113
14 SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA – SEGEP.....	122
15 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SINFR.....	135
16 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEJAP.....	144
17 SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER – SEMU.....	159
18 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES.....	163
19 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP.....	181
20 SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO – SECID.....	191

21	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS – SEAP.....	197
22	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SEAE.....	203
23	SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA – SEME.....	206
24	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDES.....	212
25	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SEDINC.....	222
26	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER – SEDEL.....	235
27	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA.....	241
28	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN.....	248
29	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – SETRES.....	269
30	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR.....	277
31	SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEDIHC.....	283

CASA CIVIL - CC

1 CASA CIVIL – CC

1.1 NATUREZA

Administração Direta.

1.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 153, de 01 de julho de 1912.

1.3 FINALIDADE

A CASA CIVIL, por meio de Medida Provisória nº 125, de 03 de maio de 2012), convertida na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, tem como finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

1.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

A Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, cria a Secretaria de Estado de Governo (SEG), com a finalidade de assessorar o Governador nos atos da gestão e da administração dos negócios públicos em todos os assuntos atinentes ao Governo; extingue as Secretarias de Estado da Casa Civil e da Casa Militar, transfere as funções e redistribui os servidores dessas Secretarias para a Secretaria de Estado de Governo (SEG); integra a

Secretaria Extraordinária de Desportos e Lazer ao grupo das Secretarias Programáticas, passando a ser denominada Secretaria de Estado de Desportos e Lazer.

O Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995, cria a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania, com finalidade de implantar, acompanhar e deliberar sobre os Programas Especiais do Governo e extingue as Secretarias de Estado Extraordinárias de Preservação da Memória Artística do Maranhão e de Coordenação Política.

Os servidores da Secretaria de Estado da Justiça lotados na Coordenadoria de Defesa do Consumidor e Diretoria Regional de Defesa do Consumidor ficam à disposição da Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania com ônus para o órgão de origem.

O Decreto nº 14.419, de 07 de fevereiro de 1995, organiza a estrutura da Secretaria de Estado de Governo (SEG).

1996

O Regimento da Secretaria de Estado de Governo (SEG) é aprovado por meio do Decreto nº 14.948, de 14 de março de 1996. A Secretaria tem por missão básica assessorar a Governadora nos atos de gestão e da administração dos negócios públicos em todos os assuntos atinentes ao Governo; participar do controle interno em todos os níveis, com a colaboração das Secretarias de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência, do Planejamento e da Fazenda, da Procuradoria-Geral do Estado e Auditoria-Geral do Estado.

A Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e

Cidadania fica extinta por meio do Decreto nº 15.164, de 05 de agosto de 1996.

A Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Política é criada, por meio do Decreto nº 15.166, de 05 de agosto de 1996, com o objetivo de estabelecer fluxo de informações e relações públicas de interesse da Governadora, em assuntos pertinentes aos municípios e suas relações com o Poder Legislativo.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a Secretaria de Estado de Governo (SEG), a Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social (SECOM), a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Política (SEAP) e a Secretaria de Estado Extraordinária do Governo do Maranhão no Distrito Federal (SEGOV/DF).

Esta Lei cria os órgãos de Apoio, Assessoramento e Representação Governamental: o Gabinete do Governador do Estado, com a finalidade de assessorar o Governador nos atos da gestão e da administração dos negócios públicos em todos os assuntos atinentes ao governo e o Gabinete de Articulação Política do Governador, com a finalidade da articulação política do Governo; e redistribui os servidores da Secretaria de Estado de Governo (SEG) para o Gabinete do Governador do Estado.

1999

O Gabinete do Governador do Estado é organizado por meio do Decreto nº 16.688, de 04 de janeiro de 1999. No nível de Assessoramento são acrescentadas a Comunicação Social, a Representação do Governo do Maranhão no Distrito Federal, o Programa do Governo Itinerante, os Programas Especiais, as Residências Oficiais, a Curadoria de Bens Culturais e

extingue a Assessoria Militar da Governadora e a Assessoria Especial de Promoções e Relações Públicas.

O Decreto nº 16.903, de 22 de julho de 1999, reorganiza o Gabinete do Governador do Estado, excluindo do nível de Assessoramento as Residências Oficiais.

O Regimento do Gabinete do Governador do Estado é aprovado por meio do Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999. O Gabinete tem por missão básica assessorar a Governadora nos atos de gestão e da administração dos negócios públicos em todos os assuntos atinentes ao Governo; participar do controle interno em todos os níveis, com a colaboração da Gerência de Administração e Modernização, da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, da Procuradoria-Geral do Estado e Auditoria-Geral do Estado.

O Decreto nº 17.116, de 15 de dezembro de 1999, reorganiza o Gabinete do Governador do Estado, alterando seu quadro de cargos.

2002

São criados, por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, o Gabinete do Governador na Região Tocantina, com sede no Município de Imperatriz e o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos, vinculado à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão a qual pertencia à estrutura da Gerência de Estado de Infraestrutura.

O Decreto nº 18.598, de 25 de abril de 2002, reorganiza a estrutura do Gabinete do Governador do Estado, acrescentando no nível de Assessoramento, o Gabinete do Governador na Região Tocantina.

Por meio do Decreto nº 18.605, de 26 de abril de 2002, que altera o art. 4º do Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999, a Comunicação Social, órgão integrante do Gabinete do Governador do Estado passa ser composta de duas Assessorias: a Assessoria de Comunicação e a Assessoria de Imprensa.

2003

Em 2003, por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, o Gabinete do Governador do Estado passa a denominar-se Casa Civil, o Chefe da Representação do Governo do Maranhão no Distrito Federal passa a denominar-se Gerente de Estado de Articulação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de que trata o inciso XIV do art. 89, da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, passa a ser órgão consultivo e deliberativo do Governo, responsável pela formulação da política de ciência e tecnologia e inovação do Estado, a ser disciplinado em legislação específica.

Esta Lei cria na estrutura da Casa Civil a Ouvidoria Geral do Estado, a Assessoria de Imprensa e Divulgação e 6 (seis) Secretarias de Estado Extraordinárias para exercerem as necessárias ações do Governo, para a realização de projetos, programas, diretrizes e estratégias da administração.

Cria, também, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão superior de consulta do Governador, tendo a Casa Civil como apoio administrativo e a finalidade de assessorá-lo na formulação de políticas e diretrizes específicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social

que lhe sejam submetidas pelo Governador do Estado, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.

A Casa Civil é organizada, por meio do Decreto nº 19.425, de 24 de fevereiro de 2003. Fica excluído no nível de Assessoramento o Gabinete do Governador na Região Tocantina e acrescentados a Assessoria de Comunicação Social, a Assessoria de Imprensa e Divulgação, a Representação de Articulação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal, a Ouvidoria Geral do Estado, o Escritório de Representação do Governo no Município de Timon, o Escritório de Representação do Governo nos Lençóis Maranhenses e o Escritório de Representação do Governo na Região Tocantina.

O Decreto nº 19.450, de 18 de março de 2003, estabelece as atribuições da Secretaria de Estado Extraordinária de Controle dos Órgãos de Representação do Governo.

O Decreto nº 19.483, de 07 de abril de 2003, define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelo Desenvolvimento do Turismo do Maranhão.

Fica instituído no âmbito do Estado do Maranhão, por meio do Decreto nº 19.500, de 09 de abril de 2003, o Programa Especial de Saúde Preventiva (PROESP), gerido pela Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva.

O Decreto nº 19.502, de 09 de abril de 2003 define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pela

Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva.

O Decreto nº 19.510, de 16 de abril de 2003, organiza a Casa Civil, alterando somente os quadros de Cargos das Secretarias de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, Extraordinária de Coordenação das Gerências Regionais e Extraordinária de Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva.

Fica criado uma Secretaria de Estado Extraordinária, por meio da Lei nº 7.878, de 08 de maio de 2003, que altera dispositivos das Leis nºs 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

O Decreto nº 19.572, de 20 de maio de 2003, determina os procedimentos para organização e implantação do Programa Especial de Saúde Preventiva (PROESP) e da Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva.

A Lei nº 7.901, de 20 de junho de 2003, cria o Gabinete Militar na estrutura da Casa Civil para assistir ao Governador do Estado no desenvolvimento de suas atribuições referentes aos assuntos de natureza militar e de segurança; zelar pela segurança pessoal do Governador do Estado e de seus familiares, do Vice-Governador do Estado, das respectivas residências e dos palácios governamentais e coordenar a participação do Governador do Estado em cerimônias militares.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 19.701, de 08 de julho de 2003, o Fórum Estadual de Turismo do Estado do Maranhão (FORETUR/MA), órgão colegiado de assessoramento superior, diretamente vinculado à Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo do Maranhão (ADETUR).

O Decreto nº 19.740, de 16 de julho de 2003, revoga o Decreto nº 19.510, de 16 de abril de 2003, e organiza a estrutura da Casa Civil, acrescentando uma Secretaria Extraordinária e o Gabinete Militar.

O Decreto nº 19.841, de 02 de setembro de 2003, define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana.

O Decreto nº 19.872, de 16 de setembro de 2003, aprova o Regimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT).

O Decreto nº 20.062, de 13 de novembro de 2003, revoga o Decreto nº 19.740, de 16 de julho de 2003 e reorganiza a estrutura da Casa Civil, acrescentando o Escritório de Acompanhamento dos Programas de Solidariedade Humana na Região do Leste Maranhense.

Por meio do Decreto nº 20.218, de 30 de dezembro de 2003, fica criado e presidido pelo Chefe da Casa Civil, o Comitê de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo com a missão de assegurar o cumprimento dos princípios, objetivos e metas dos programas governamentais, integrantes das macropolíticas e constantes do Plano Plurianual.

O Decreto nº 20.220, de 30 de dezembro de 2003, define as competências das Gerências de Estado, das Secretarias de Estado Extraordinárias e das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, na formulação, execução e avaliação de políticas e programas voltados ao desenvolvimento estadual.

2004

A Lei nº 8.090, de 25 de fevereiro de 2004, cria a Ouvidoria Agrária do

Estado do Maranhão, órgão específico, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Casa Civil, com a finalidade institucional de promover a defesa do interesse público por meio da mediação de conflitos agrários, contribuindo para a paz e justiça no campo maranhense, tendo como princípio básico o respeito aos direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas.

O Comitê Estadual de Defesa Civil fica instituído e presidido pela Casa Civil, por meio do Decreto nº 20.300, de 01 de março de 2004, para executar o diagnóstico situacional das enchentes em municípios do Estado.

O Decreto nº 20.405, de 07 de abril de 2004, regulamenta o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e normativo, criado pela Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, que tem por finalidade promover a investigação e os estudos para a eficácia das normas vigentes de defesa dos direitos humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem, na Declaração Universal dos Direitos dos Humanos.

O Decreto nº 20.470, de 26 de abril de 2004, exclui o Escritório de Representação do Governo na Região Tocantina da estrutura da Casa Civil.

O Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2004, revoga o Decreto nº 20.062, de 13 de novembro de 2003 e reorganiza a estrutura da Casa Civil, excluindo o Escritório de Representação do Governo na Região Tocantina e acrescentando a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 20.541-A, de 21 de maio de 2004, altera o Regimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT), aprovado pelo Decreto nº 19.872, de 16 de setembro de 2003.

O Decreto nº 20.568, de 07 de junho de 2004, define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado. Cabe a uma das Secretarias de Estado Extraordinária, a finalidade de formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do Governo do Estado, articulando os órgãos da estrutura governamental e instâncias externas ao Poder Executivo, que passa a denominar-se Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos.

O Decreto nº 20.571, de 14 de junho de 2004, que revoga o Anexo X do Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2004, exclui o quadro de cargos da Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação das Gerências Regionais.

A Lei nº 8.134, de 14 de junho de 2004, cria o Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, com a missão de assegurar o cumprimento dos princípios, objetivos e metas dos programas governamentais, integrantes das macropolíticas e constantes do Plano Plurianual.

A Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004, cria a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, órgão de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional, com a

finalidade de formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do governo, articulando os órgãos da estrutura governamental e instâncias externas ao Poder Executivo.

Fica instituído no âmbito da Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, por meio do Decreto nº 20.621, de 08 de julho de 2004, o Programa de Assistência às Crianças de Famílias Carentes com Intolerância Alimentar.

O Decreto nº 20.706, de 16 de agosto de 2004, revoga o Decreto nº 20.568, de 07 de junho de 2004, que define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado.

O Decreto nº 20.737, de 31 de agosto de 2004, altera a finalidade da Casa Civil.

O Decreto nº 20.738, de 31 de agosto de 2004, acrescenta na estrutura da Casa Civil o Gabinete do Governador.

O Regimento Interno do Gabinete Militar do Governador é aprovado, por meio do Decreto nº 20.819, de 13 de outubro de 2004.

2005

É aprovado por meio do Decreto nº 21.019, de 20 de janeiro de 2005, o Regimento do Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo.

Fica instituída, por meio do Decreto nº 21.715, de 28 de novembro de 2005, como órgão desconcentrado sob regime especial de autonomia relativa, a Assessoria de Comunicação Social, órgão integrante da estrutura da Casa Civil.

É criada por meio da Lei nº 8.317, de 07 de dezembro de 2005, a Estrutura de Representação do Vice Governador do Estado.

A Lei nº 8.361, de 29 de dezembro de 2005, institui, no âmbito do Governo do Estado do Maranhão, o Sistema Estadual de Inteligência com a finalidade de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do Estado, destinadas a subsidiar o Governador do Estado nos assuntos de interesse do Estado.

Por meio desta, é criado o Centro Integrado de Inteligência, como órgão integrante da Governadoria do Estado, tendo a Casa Civil como órgão central do Sistema.

2006

O Decreto nº 21.863, de 12 de janeiro de 2006, atribui à Secretaria Extraordinária de Minas e Energia competência para promover e coordenar a política estadual de biocombustíveis e de outras fontes alternativas de geração de energia, como forma de sua inserção na matriz energética brasileira.

A Lei nº 8.451, de 05 de setembro de 2006, cria no âmbito da estrutura administrativa da Governadoria do Estado e tecnicamente vinculado à Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana, o Conselho Estadual de Juventude (CEJOVEM), órgão consultivo e deliberativo do Governo do Estado para ações de interesse da juventude.

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, revoga as Leis nº 7.878 de 08 de maio de 2003, que cria uma Secretaria de Estado Extraordinária, nº 8.090, de 25 de fevereiro de 2004, que criou a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão na estrutura da Casa Civil, nº 8.317, de 07 de dezembro de 2005, que cria a Estrutura de Representação do Vice Governador do Estado e nº 8.361 de 29 de dezembro de 2005, que instituiu o Sistema Estadual de Inteligência,

Esta Lei mantém na estrutura da Casa Civil, os Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos Humanos, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e da Juventude, o Escritório de Representação de Articulação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal, que passa a denominar-se Representação Institucional no Distrito Federal, a Assessoria de Comunicação Social, o Gabinete do Governador, a Assessoria de Programas Especiais e as Secretarias de Estado Extraordinárias. E junto à Governadoria os órgãos de consulta do Governador do Estado: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas do Governo.

2007

O Decreto nº 22.890, de 02 de janeiro de 2007, revoga o Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2004, e reorganiza a estrutura da Casa Civil, excluindo no nível de Administração Superior a Assessoria de Imprensa e Divulgação, a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão, o Programa Governo Itinerante e os Escritórios de Representação do Governo no Município de Timon, de Representação do Governo nos Lençóis Maranhenses e de Acompanhamento dos Programas de

Solidariedade Humana na Região do Leste Maranhense.

O Decreto nº 22.897, de 02 de janeiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação com Órgãos Nacionais e Internacionais.

O Decreto nº 22.898, de 02 de janeiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos Humanos.

O Decreto nº 22.899, de 02 de janeiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude.

O Decreto nº 22.900, de 02 de janeiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.

O Decreto nº 22.901, de 02 de janeiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária do Desenvolvimento do Sul do Maranhão.

O Decreto nº 22.936, de 06 de fevereiro de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia e revoga os Decretos nº 21.314 de 07 de julho de 2005, que define atribuições do Cargo de Secretário de Estado Extraordinário de Minas e Energia e Decreto nº 21.863, de 12 de janeiro de 2006, que atribui competência à Secretaria Extraordinária de Minas e Energia.

O Decreto nº 22.952, de 26 de fevereiro de 2007, institui como órgão desconcentrado, sob regime especial de autonomia relativa, a Assessoria de Comunicação Social, órgão integrante da estrutura da Casa Civil e revoga o Decreto

nº 21.715, de 28 de novembro de 2005, que desconcentra esta Assessoria.

A Lei nº 8.568, de 12 de março de 2007, reorganiza o Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, instituído pela Lei nº 8.134, de 14 de junho de 2004, que passa a denominar-se Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo (CONGEP), com objetivo de assessorar o Governador em relação à implementação das políticas públicas do Estado.

O Decreto nº 23.031, de 02 de abril de 2007, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação com os Municípios (SEAM).

O Decreto nº 23.039, de 20 de abril de 2007, institui o Comitê Gestor da Ética do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de promover atividades que disponham sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Estadual. O Comitê contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado, à qual competirá prestar apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

A Lei nº 8.615, de 05 de junho de 2007, cria o Conselho Estadual da Política da Igualdade Étnico-Racial, como órgão permanente de natureza deliberativa, de composição paritária entre o poder público e organizações não governamentais, vinculado à Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.

Fica criada, por meio da Lei nº 8.623, de 11 de junho de 2007, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, como órgão integrante da Governadoria. Os servidores ocupantes de cargos efetivos lotados na Assessoria de Comunicação Social da estrutura da Casa Civil ficam redistribuídos, com os seus respectivos

cargos, para a Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Em 2007, por meio da Lei nº 8.647, de 10 de agosto, o Conselho Estadual de Juventude (CEJOVEM) passa a integrar a estrutura administrativa da Casa Civil e tecnicamente vinculado à Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude, órgão consultivo, deliberativo, de orientação e normativo do Governo do Estado para ações de interesse da juventude.

Fica aprovado, por meio da Resolução 001/2007, o Regimento Interno do Conselho Estadual da Juventude, com finalidade estabelecer normas e disciplinar as atividades e o funcionamento do Conselho Estadual da Juventude (CEJOVEM) no âmbito do Estado do Maranhão.

2008

O Decreto nº 23.820, de 05 de março de 2008, regulamenta o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/MA), instituído pela Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

Por meio da Lei nº 8.756, de 25 de março de 2008, o Conselho Estadual da Juventude passa a ser vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Juventude e a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude fica extinta.

A Lei nº 8.757, de 25 de março de 2008, extingue a Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos Humanos e cria a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), com finalidade de articular junto às Secretarias de Estado a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da população e dos direitos da pessoa com deficiência, assim como executar programas, projetos e atividades

específicos que concorram para o desenvolvimento e resgate da cidadania do povo maranhense.

A Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP), autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado.

2009

O Decreto nº 25.338, de 04 de maio de 2009, revoga o Decreto nº 22.890, de 02 de janeiro de 2007 e reorganiza a estrutura da Casa Civil, saindo da estrutura a Assessoria de Comunicação Social e os Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos Humanos, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Juventude.

Fica criada, na estrutura da Casa Civil, por meio da Medida Provisória nº 047, de 02 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.979, de 16 de junho de 2009, a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão, com a finalidade de promover a defesa do interesse público por meio da mediação de conflitos agrários, contribuindo para a paz e justiça no campo maranhense, tendo como princípio básico o respeito aos direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos trabalhadores rurais, dos produtores rurais, dos povos indígenas e dos quilombolas.

O Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo, por meio da Medida Provisória nº 050, de 27 de maio de 2009, convertida na Lei nº 8.991, de 02 de julho de 2009, passa a ser composto por quarenta membros, de livre escolha do Governador, dentre representantes do Governo do Estado e da sociedade civil.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, simultaneamente cria na estrutura da Casa Civil cinco Secretarias de Estado Extraordinárias, vinte e seis Gerências de Articulação Regional, com a finalidade de articular, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar as ações dos órgãos regionais das Secretarias de Estado de que trata o art. 11 e entidades referidas nos arts. 49, 50, 51 e 53 desta Lei e Conselhos de Articulação Regional com a finalidade de propor a adequação de políticas públicas, programas e ações às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento regional, objetivando, inclusive, otimizar a aplicação do orçamento regionalizado; monitorar e avaliar os programas voltados para o desenvolvimento regional; promover a articulação entre o Governo e a sociedade civil.

A Medida Provisória mantém vinculados os Conselhos Estaduais da Juventude, da Política da Igualdade Étnica Racial e de Regulação dos Serviços Públicos. Os bens, os direitos, as obrigações e os servidores efetivos da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento ficam transferidos e redistribuídos para a Casa Civil. Integra a Casa Civil o Gabinete do Governador, a Representação do Vice-Governador, a Representação Institucional no Distrito Federal, a Assessoria de Programas Especiais, o Gabinete Militar e as Secretarias Extraordinárias.

2011

O Decreto nº 27.209, de 03 de janeiro de 2011, revoga o Decreto nº 25.338, de 04 de maio de 2009, e reorganiza a estrutura da Casa Civil. A estrutura passa ter Secretário-Chefe da

Casa Civil e o Subsecretário na Administração Superior, Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário-Chefe, Unidade de Suporte Operacional com a Secretaria-Adjunta de Administração e Finanças, Unidades de Atuação Programática com as Secretarias-Adjuntas de Expediente, Documentação e Atos Oficiais, de Assuntos Metropolitanos e de Tecnologia da Informação.

O Decreto nº 27.210, de 03 de janeiro de 2011, revoga o Decreto nº 22.900, de 02 de janeiro de 2007, e organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.

O Decreto nº 27.211, de 03 de janeiro de 2011, revoga o Decreto nº 22.936, de 06 de fevereiro de 2007, e organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia.

O Decreto nº 27.212, de 03 de janeiro de 2011, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude.

O Decreto nº 27.213, de 03 de janeiro de 2011, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Institucional.

O Decreto nº 27.214, de 03 de janeiro de 2011, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos.

É criada, por meio de Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011, a Secretaria de Estado de Minas e Energia, integrando a Administração Direta Estadual.

A Medida Provisória nº 102, de 1º de agosto de 2011, convertida na Lei nº

9.449, de 30 de agosto de 2011, altera a redação da Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP): “Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP), autarquia estadual sob regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado”.

O Decreto nº 27.689, de 27 de setembro de 2011, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas (SEAPOP).

2012

O Decreto nº 28.214, de 31 de maio de 2012, organiza e define a finalidade da Secretaria de Estado Extraordinária da Pesca e Aquicultura e revoga o Decreto nº 27.689, de 27 de setembro de 2011, que organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas (SEAPOP).

Por meio da Medida Provisória nº 125, de 03 de maio de 2012, convertida na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Casa Civil para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Fica criada, por meio da Medida Provisória nº 139, de 13 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 9.764, de 05 de março de 2013, a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura, integrando a Administração Direta Estadual. A Secretaria tem por finalidade responsabilizar-se pelo cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Estadual nº 8.089, de 25 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a política

pesqueira estadual, seus objetivos e diretrizes e regula as atividades de pesca e aquicultura, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor; dar suporte institucional e técnico às ações e atividades a ele inerentes.

2013

O Decreto nº 28.898, de 22 de fevereiro de 2013, revoga o Decreto nº 27.209, de 03 de janeiro de 2011 e reorganiza a Casa Civil, acrescentando nas Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário-Chefe a Assessoria Jurídica, na Unidade de Suporte Operacional a Central de Compras, a Unidade Gestora de Contratos, a Unidade Gestora de Manutenção Predial e excluindo nas Unidades de Atuação Programática as Secretarias-Adjuntas de Assuntos Metropolitanos e de Tecnologia da Informação.

O Decreto nº 28.907, de 5 de março de 2013, altera a denominação da Assessoria de Programas Especiais para Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais. Esta Secretaria tem por finalidade formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de programas especiais de interesse do Governo do Estado.

A Medida Provisória nº 149, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 9.901, de 27 de agosto de 2013, extingue os Conselhos de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo, de Articulação Regional, de Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Medida Provisória nº 153, de 4 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 9.982, de 04 de fevereiro de 2014, cria o Conselho de Gestão Estratégica das

Políticas Públicas de Governo (CONGEP), com o objetivo de assessorar o Governador na formulação e implementação das políticas públicas do Estado.

1.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.** Cria e extingue Secretarias de Estado Extraordinárias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 1995, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.419, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.948, de 14 de março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Governo (SEG) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.164, de 5 de agosto de 1996.** Extingue a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania e os Cargos Comissionados de Secretário e de Subsecretário de Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 7 de agosto de 1996, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.166, de 5 de agosto de 1996.** Cria a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Política e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 154, de 8 de agosto de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.688, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização do Gabinete do Governador do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.22.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.903, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999.** Aprova o Regimento do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 203, de 22 de outubro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.116, de 15 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a reorganização do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 27 de dezembro de 1999, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.598, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.605, de 26 de abril de 2002.** Altera o art. 4º do Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2002, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p. 3. Republicada por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.425, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.450, de 18 de março de 2003.** Dispõe sobre as atribuições da Secretaria de Estado Extraordinária de Controle dos

Órgãos de Representação do Governo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 53, de 18 de março de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.483, de 7 de abril de 2003.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelo Desenvolvimento do Turismo do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 14 de abril de 2003, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.500, de 9 de abril de 2003.** Institui o Programa Especial de Saúde Preventiva (PROESP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 17 de abril de 2003, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.502, de 9 de abril de 2003.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pela Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 17 de abril de 2003, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.510, de 16 de abril de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 80, de 28 de abril de 2003, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.878, de 8 de maio de 2003.** Altera dispositivos das Leis nºs 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 87, de 8 de maio de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.572, de 20 de maio de 2003.** Determina os procedimentos para organização e implantação do Programa Especial de Saúde Preventiva (PROESP) e da Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.901, de 20 de junho de 2003.** Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 26 de junho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.701, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Fórum Estadual de Turismo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 16 de julho de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.740, de 16 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 25 de julho de 2003, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.841, de 2 de setembro de 2003.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 10 de setembro de 2003, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.872, de 16 de setembro de 2003.**

Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 184, de 23 de setembro de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.062, de 13 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 20 de novembro de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.218, de 30 de dezembro de 2003.** Cria o Comitê de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 254, de 31 de dezembro de 2003, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.220, de 30 de dezembro de 2003.** Define as competências das Gerências de Estado, das Secretarias de Estado Extraordinárias e das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, na formulação, execução e avaliação de políticas e programas voltados ao desenvolvimento estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 254, de 31 de dezembro de 2003, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.090, de 25 de fevereiro de 2004.** Cria a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 51, de 15 de março de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.300, de 1 de março de 2004.** Dispõe sobre a instituição do Comitê Estadual de Defesa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 44, de 4 de março de 2004, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.405, de 7 de abril de 2004.** Dispõe sobre a regulamentação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.470, de 26 de abril de 2004.** Revoga-se a alínea “p” do inciso II, do art. 2º do Decreto nº 20.062, de 13 de novembro de 2003. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 4 de maio de 2004, p.26.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2003.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 92, de 13 de maio de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.541-A, de 21 de maio de 2004.** Altera o artigo 3º do Regimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT), aprovado pelo Decreto nº 19.872, de 16 de setembro de 2003. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 23 de junho de 2004, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.568, de 7 de junho de 2004.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 7 de Junho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.571, de 14 de junho de 2004.** Revoga o Anexo X do Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 115, de 16 de junho de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.134, de 14 de junho de 2004.** Cria o Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 23 de junho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.621, de 8 de julho de 2004.** Institui o Programa de Assistência às Crianças Carentes com Intolerância Alimentar, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.706, de 16 de agosto de 2004.** Revoga o Decreto nº 20.568, de 07 de junho de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 30 de agosto de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.737, de 31 de agosto de 2004.** Modifica dispositivos do Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 170, de 1 de setembro de 2004, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.738, de 31 de agosto de 2004.** Acrescenta dispositivo do Decreto nº 20.473, de 29 de abril de 2004, que dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 1 de setembro de 2004, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.819, de 13 de outubro de 2004.** Aprova o Regimento Interno do Gabinete Militar do Governador. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 205, de 22 de outubro de 2004, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.019, de 20 de janeiro de 2005.** Aprova o Regimento do Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 17, de 25 de janeiro de 2005, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.715, de 28 de novembro de 2005.** Institui a desconcentração da Assessoria de Comunicação Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 228, de 28 de novembro de 2005, p.119.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.317, de 7 de dezembro de 2005.** Cria a Estrutura de Representação do Vice Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 8 de dezembro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.361, de 29 de dezembro de 2005.** Institui o

Sistema Estadual de Inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 251, de 29 de dezembro de 2005, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.863, de 12 de janeiro de 2006.** Atribui competência à Secretaria Extraordinária de Minas e Energia. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.996, de 28 de março de 2006.** Oficializa a data de 17 de abril como o dia da criação do Gabinete Militar do Governador do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 31 de março de 2006, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.451, de 5 de setembro de 2006.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude (CEJOVEM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 173, de 6 de setembro de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.890, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2007, p. 4. Republicado por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 34, de 16 de fevereiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.897, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação com Órgãos Nacionais e Internacionais, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.898, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos Humanos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.899, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.900, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.901, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária do Desenvolvimento do Sul do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.936, de 6 de fevereiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2007, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.952, de 26 de fevereiro de 2007.** Institui a desconcentração da Assessoria de Comunicação Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 41, de 28 de fevereiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.568, de 12 de março de 2007.** Dispõe sobre a reorganização do Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas de Governo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 15 de março de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.031, de 2 de abril de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação com os Municípios (SEAM), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 3 de abril de 2007, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.039, de 20 de abril de 2007.** Institui o Comitê Gestor da Ética do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 23 de abril de 2007, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.615, de 5 de junho de 2007.** Cria o Conselho Estadual da Política da Igualdade Étnico-Racial, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 110, de 8 de junho de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.623, de 11 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 11 de junho de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.647, de 10 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.451, de 5 de setembro de 2006, que criou o Conselho Estadual de Juventude (CEJOVEM), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 157, de 14 de agosto de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Resolução 001/2007:** art. 1º - O presente Regimento tem por finalidade estabelecer normas e disciplinar as atividades e o funcionamento do Conselho Estadual da Juventude (CEJOVEM) no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 216, de 8 de novembro de 2007, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.820, de 5 de março de 2008.** Regulamenta o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/MA), instituído pela Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 6 de março de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.756, de 25 de março de 2008.** Altera a denominação da Secretaria de Estado do Esporte e dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.757, de 25 de março de 2008.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH) altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 251, de 24 de dezembro de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.338, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.979, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 19 de junho de 2009, p. 52. Republicado por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 30 de junho de 2007, p.41.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 50, de 27 de maio de 2009.** Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.568, de 12 de março de 2007. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 28 de maio de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.991, de 2 de julho de 2009.** Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.568, de 12 de março de 2007. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 127, de 6 de julho de 2009, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.209, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.210, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.211, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.212, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária da

Juventude e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.213, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Institucional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.214, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Minas e Energia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 99, de 24 de maio de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 102, de 1 de agosto de 2011.** Altera a redação da Lei n.º 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 147, de 1 de agosto de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.449, de 30 de agosto de 2011.** Altera a redação da Lei n.º 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 2 de setembro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.689, de 27 de setembro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas (SEAPO) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 27 de setembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.214, de 31 de maio de 2012.** Organiza e define a finalidade da Secretaria de Estado Extraordinária da Pesca e Aquicultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 31 de maio de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 125, de 3 de maio de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 3 de maio de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 139, de 13 de dezembro de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ), modifica

dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 241, de 13 de dezembro de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.764, de 5 de março de 2013.** Cria a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 47, de 8 de março de 2013, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.898, de 22 de fevereiro de 2013.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 37, de 22 de fevereiro de 2013, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.907, de 5 de março de 2013.** Altera dispositivos do Decreto nº 28.898, de 22 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 5 de março de 2013, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 149, de 8 de julho de 2013.** Dispõe sobre a extinção dos Conselhos de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo, de Articulação Regional e de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 8 de julho de 2013, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.901, de 27 de agosto de 2013.** Dispõe sobre a extinção dos Conselhos de Gestão

Estratégica das Políticas Públicas de Governo, de Articulação Regional e de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 169, de 30 de agosto de 2013, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 153, de 4 de novembro de 2013.** Cria o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 217, de 6 de novembro de 2013, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.982, de 04 de fevereiro de 2014.** Cria o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2014, p.16.

**COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE LICITAÇÃO -
CCL**

2. COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

2.1 NATUREZA

Administração Direta.

2.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 6.303 de 22 de maio de 1995.

2.3 FINALIDADE

A COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CCL) tem por finalidade realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração estadual, adjudicar o objeto dos certames, expedir normas específicas para a instauração dos processos e elaboração de atos convocatórios, delegar competências às Comissões Setoriais de Licitação, supervisionando, avaliando e controlando os atos por elas praticados, dispensar e inexigir licitações na forma e nas hipóteses previstas na legislação pertinente bem como emitir parecer sobre a celebração de termos aos contratos administrativos, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

2.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

A Lei nº 6.303, de 22 de maio de 1995, institui o Sistema Integrado de Licitação e cria a Comissão Permanente de Licitação (CPL) com a competência de disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios, sob as modalidades de concorrências, tomada de preços, leilão e concurso, pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito da Administração Direta, bem como das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundos

especiais e demais entidades direta ou indiretamente controladas pelo Estado.

O Sistema Integrado de Licitação, no âmbito dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, tem como competência programar e realizar procedimentos licitatórios de interesses do Estado.

O Sistema Integrado de Licitação é constituído por uma CPL e pelas Comissões Setoriais de Licitação com atuação nos diversos órgãos da estrutura administrativa do Estado.

O Decreto nº 14.678, de 27 de julho de 1995, trata da regulamentação do Sistema Integrado de Licitação e define como missão deste a busca constante e sistemática do melhor atendimento aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da igualdade e da publicidade, racionalizando procedimentos e maximizando resultados. As atividades básicas do Sistema são desenvolvidas por meio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), no Nível Central e pela Comissão Setorial de Licitação (CSL), no Nível Setorial.

1996

O Presidente da CPL por meio da Resolução nº 03, de 30 de dezembro de 1996, delega competências às Comissões Setoriais de Licitação (CSL) para emitir pareceres adjudicatórios nos casos de dispensabilidade e inexigibilidade de licitação, nos valores estabelecidos para convite.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e o Poder Executivo é exercido pelo

Governador do Estado auxiliado pelos Secretários de Estado ou ocupantes de cargos equivalentes. A CPL faz parte dos órgãos de Controle da Gestão Pública, com sua estrutura orgânica e funcional tem por finalidade gerir o Sistema de Licitação no âmbito da administração direta e indireta do Estado, nos termos da legislação pertinente.

O Presidente da CPL goza da mesma prerrogativa do cargo de Secretário de Estado ou equivalente.

2001

O Decreto nº 17.870, de 11 de abril de 2001, dispõe sobre os procedimentos nas licitações realizadas na modalidade de Convite e institui a Central de Informações de Compras Governamentais (CICG), que funcionará na sede da CPL, com a finalidade de gerenciar o procedimento para coleta e disseminação das informações relativas às contratações de bens e serviços, na modalidade Convite, programadas pelo Governo do Estado do Maranhão e contará com o apoio do SEBRAE/MA.

2003

A Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e a CPL passa a denominar-se Comissão Central de Licitação (CCL).

O Decreto nº 19.357, de 06 de fevereiro de 2003, dispõe sobre a organização da CCL.

2004

A CCL é organizada pelo Decreto nº 20.673, de 23 de julho de 2004, não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

2006

O Decreto nº 22.110, de 15 de maio de 2006, aprova normas de funcionamento das Câmaras Isoladas da CCL.

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, organiza a CCL como órgão de controle da Administração Pública com a finalidade gerir o Sistema de Licitação no âmbito da administração direta e indireta do Estado, nos termos da legislação pertinente.

2007

O Decreto nº 22.891, de 02 de janeiro de 2007, dispõe sobre a reorganização da CCL, e no nível de Execução Instrumental o Serviço de Gestão de Recursos Humanos passa a denominar-se Serviço de Recursos Humanos.

A Medida Provisória nº 018, de 18 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a extinção da CCL, órgão da Governadoria do Estado, é convertida na Lei nº 290, de 20 de março de 2007.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da CCL, ora extintos, ficam redistribuídos, com os seus respectivos cargos, para a Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social.

Os bens, direitos e obrigações do órgão extinto são transferidos para a Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social, bem como as respectivas dotações e despesas orçamentárias.

Por meio do Decreto nº 22.961, de 28 de fevereiro de 2007, ficam os Secretários de Estado, os dirigentes de autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia

mista autorizados a criar, no âmbito das suas atribuições, Comissão Permanente de Licitação (CPL), com finalidade de realizar licitações pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações de seu interesse.

As licitações referentes a obras e serviços de engenharia civil, nas modalidades Tomadas de Preços e Concorrências, serão de competência da Secretaria de Estado da Infraestrutura e as licitações na modalidade de Convite serão de competência da CPL de cada órgão.

O Decreto nº 23.128, de 05 de junho de 2007, institui a Comissão Especial de Licitação, com a finalidade de efetivar os procedimentos licitatórios relativos à contratação de empresas para prestação de serviços de publicidade.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, cria a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL), como órgão da Governadoria do Estado.

2011

O Decreto nº 27.218, de 03 de janeiro de 2011, dispõe sobre a organização da CCL, integrando na sua estrutura organizacional, no nível de Administração Superior, as Câmaras de Julgamentos e no nível das Unidades de Atuação Programáticas, as Superintendências de Registro de Preços e de Licitação e Contratos.

As competências e as atribuições do Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão são regulamentadas por meio do Decreto nº 27.269, de 10 de março de 2011. São órgãos do Sistema: a

CCL, as Comissões Setoriais de Licitação (CSL's), os Pregoeiros, as respectivas Equipes de Apoio e as Comissões Especiais de Licitação (CEL's).

A missão institucional da CCL é a busca constante sistemática do melhor atendimento aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da igualdade e da publicidade, racionalizando procedimentos e maximizando resultados, conforme dispõe o Decreto nº 27.269, de 10 de março de 2011.

2012

A Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, institui o Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Na aplicação deste Código, a Administração Pública observará, entre outros que sejam correlatos, os princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, formalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, padronização, ampla competitividade e celeridade.

As modalidades de licitação são regulamentadas por meio do Decreto nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012. São modalidades de licitação: a concorrência, o pregão, o concurso e o leilão.

Considerando a necessidade de padronizar e racionalizar as contratações de bens e serviços do âmbito do Estado do Maranhão, o Decreto nº 28.493, de 08 de agosto de 2012, regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), que é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens para contratações futuras.

2013

O Decreto nº 28.888, de 21 de fevereiro de 2013, altera e acrescenta dispositivos do Decreto nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012, que regulamenta as modalidades de licitação.

O Decreto nº 28.905, de 05 de março de 2013, regulamenta a aplicação das sanções previstas no Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

A CCL por meio da resolução nº 003, de 06 de maio de 2013, delega competência às Comissões Setoriais de Licitação (CSL's) e aos Pregoeiros dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, para realização de licitações e contratações diretas, observados limites para o valor estimado da contratação.

A Medida Provisória nº 158, de 12 de dezembro de 2013, convertida na Lei nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014, altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, que refere-se ao Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

2.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.303, de 22 de maio de 1995.** Institui o Sistema integrado de Licitação, cria a Comissão Permanente de Licitação (CPL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 100, de 25 de maio de 1995, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto 14.678, de 27 de julho de 1995.** Regulamenta o Sistema integrado de Licitação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 152, de 8 de agosto de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 3/96-CPL.** Delega competências às CSL's para emitir parecer adjudicatório nos casos de dispensabilidade e inexigibilidade de licitação nos valores estabelecidos para convite. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 255, de 31 de dezembro de 1995, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 240, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.870, de 11 de abril de 2001.** Dispõe sobre procedimento nas licitações realizadas na modalidade de Convite, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 20 de abril de 2001, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Publicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.357, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Comissão Central de Licitação (CCL), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.673, de 23 de julho de 2004.** Dispõe

sobre a organização da Comissão Central de Licitação (CCL), e da outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.71.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.110, de 15 de maio de 2006.** Aprova as normas de funcionamento das Câmaras Isoladas da Comissão Central de Licitação (CCL). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 18 de maio de 2006, p.89.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 49, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.891, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Comissão Central de Licitação (CCL), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 18, de 18 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a extinção da Comissão Central de Licitação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 29 de janeiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.961, de 28 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a organização e funcionamento das Comissões Permanentes de Licitação. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 1 de março de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.128, de 5 de junho de 2007.** Institui

Comissão Especial de Licitação. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 110, de 8 de junho de 2007, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de abril de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.218, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a organização da Comissão Permanente de Licitação – CCL e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 11, de 3 de janeiro de 2011, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.269 de 10 de março de 2011.** Regulamenta as competências e as atribuições do Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 10 de março de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012.** Institui o Código de Licitação e Contratos do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 12 de abril de 2012, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012.** Regulamenta as modalidades de licitação.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 245, de 19 de dezembro de 2012, p.69.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.905, de 5 de março de 2013.** Regulamenta a aplicação das sanções previstas no Código de Licitação e Contratos do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 5 de março de 2013, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CCL nº 3, de 6 de maio de 2013.** Dispõe sobre a delegação de competências às Comissões Setoriais de Licitação e Pregoeiros. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 9 de maio de 2013, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.815, de 10 de janeiro de 2013.** Regulamenta os procedimentos preparatórios para contratação de bens, serviços e obras. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 7, de 10 de janeiro de 2013, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 158, de 12 de dezembro de 2013.** Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 - Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 242, de 12 de dezembro de 2013, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.** Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 - Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 18 de fevereiro de 2014, p.23.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE

3 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

3.1 NATUREZA

Administração Direta

3.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Complementar nº 04, de 30 de setembro de 1968.

3.3 FINALIDADE

A CONTROLADORIA - GERAL DO ESTADO (CGE), por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, tem por finalidade exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, com foco na gestão das políticas públicas conduzidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, aplicação de auxílios, subvenções e renúncias de receitas.

3.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

A Auditoria-Geral do Estado (AGE), órgão integrante da Governadoria tem por objetivo, por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, exercer o controle interno, em todos os níveis, com a colaboração da Secretaria de Estado de Planejamento, Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência, Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria de Estado de Governo.

O Decreto nº 14.425, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a estrutura da AGE.

1996

A Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, cria o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com AGE como órgão central e delega as atribuições da AGE e do Subauditor-Geral do Estado, as competências do Auditor-Geral do Estado e do Conselho Superior de Auditoria Geral do Estado.

1997

O Decreto nº 15.677, de 07 de julho de 1997, aprova o Regimento da AGE.

O Regimento do Conselho Superior da Auditoria-Geral do Estado é aprovado, por meio da Resolução nº 001/97, de 30 de setembro de 1997.

1998

A AGE, por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, passa a fazer parte da composição dos órgãos de Controle da Gestão Pública.

1999

O Decreto nº 16.686, de 04 de janeiro de 1999, organiza a estrutura da AGE. Ficam estruturados no nível de Administração Superior o Conselho Superior da Auditoria-Geral do Estado e Subauditor-Geral do Estado; no nível de Execução Instrumental, na Supervisão Administrativa-Financeira e Supervisão de Informática; e no nível de Execução Programático, a Supervisão de Auditoria da Gestão Pública, a Supervisão de Controle Programático da Ação Gerencial e a Supervisão de Suporte ao Controle Interno.

O Regimento da AGE é aprovado, por meio de Decreto nº 16.827, de 24 de maio de 1999.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, a AGE passa a denominar-se Controladoria Geral do Estado (CGE), tendo como Titular o Auditor - Geral do Estado.

2005

O Decreto nº 21.239, de 25 de maio de 2005, organiza a estrutura da CGE. Fica estruturado no nível de Administração Superior o Auditor-Geral do Estado, Auditor Geral Adjunto; no nível de Execução Programática, a Supervisão de Auditoria da Área Econômico-Social, a Supervisão de Auditoria da Área Social I, a Supervisão de Auditoria da Área Social II, a Supervisão de Auditoria da Área Institucional I, a Supervisão de Auditoria da Área Institucional II e a Supervisão de Auditoria da Área de Infraestrutura.

2006

A CGE, por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, passa a compor aos órgãos de Controle da Administração Pública, com o Auditor Geral do Estado como titular e passa ser órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

2007

A estrutura da CGE é reorganizada, por meio do Decreto nº 22.894, de 02 de janeiro de 2007.

2008

A Lei nº 8.779, de 28 de abril de 2008, dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional da CGE, das competências do Conselho Superior de Controladoria - Geral do Estado e do Auditor-Geral Adjunto, a posse, o méritos de promoção do Auditor.

A Lei nº 8.897, de 09 de dezembro de 2008, organiza o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

2010

A CGE passa a integrar no Núcleo Institucional Estratégico da Governadoria, por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, com a finalidade de exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, com foco na gestão das políticas públicas conduzidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, aplicação de auxílios, subvenções e renúncias de receitas.

2011

A CGE é reorganizada por meio do Decreto nº 27.217, de 03 de janeiro de 2011. Fica criado nas Unidades de Assessoramento Direto ao Auditor-Geral do Estado o Gabinete do Auditor-Geral do Estado e nas Unidades de Suporte Operacional a Comissão Setorial de Licitação.

2012

O Regimento da CGE é aprovado, por meio do Decreto nº 28.001, de 17 de janeiro de 2012.

Por meio da Medida Provisória nº 118, de 16 de fevereiro de 2012, convertida na Lei nº 9.571, de 28 de março de 2012, a CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, exercerá a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e administrativa dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade,

concessão e aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

3.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.425, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 27 de dezembro de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.677, de 7 de julho de 1997.** Aprova o Regimento da Auditoria-Geral do Estado (AGE) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 11 de julho de 1997, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 1, de 30 de setembro de 1997.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Conselho Superior da Auditoria-Geral do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 189, de 30 de setembro de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.686, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Auditoria-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de julho de 1999, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.827, de 24 de maio de 1999.** Aprova o Regimento da Auditoria-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de julho de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.239, de 25 de maio de 2005.** Dispõe sobre a organização da Controladoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 1 de junho de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.894, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de julho de 2007, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.779, de 28 de abril de 2008.** Dá nova redação aos arts. 6º, 8º, 9º, 17, 26, 28, 31, *caput* e inciso III, 32, § 3º e 64, *caput* e inciso I, da Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.897, de 9 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 255, de 31 de dezembro de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.217, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Estado (CGE) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de julho de 2011, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.001, de 17 de janeiro de 2012.** Aprova o Regimento da Controladoria Geral do Estado (CGE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 12, de 17 de julho de 2012, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 118, de 16 de fevereiro de 2012.** Dispõe sobre a operação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 16 de fevereiro de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.571, de 28 de março de 2012.** Dispõe sobre a operação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 30 de março de 2012, p.17.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO - COGE

4 CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO - COGE

4.1 NATUREZA

Administração Direta.

4.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 10, de 11 de fevereiro de 2005, convertida na Lei nº 8.211, de 15 de março de 2005.

4.3 FINALIDADE

A CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO (COGE), por meio de Decreto nº 27.892, de 07 de dezembro de 2011, tem por finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos relacionados à apuração e deslinde, no âmbito do Poder Executivo, de atos lesivos ao patrimônio público, à ética e à disciplina, praticados por servidores públicos ou agentes a eles equiparados por força de lei.

4.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2005

A Medida Provisória nº 10, de 11 de fevereiro de 2005, convertida na Lei nº 8.211, de 15 de março de 2005, cria a COGE, como órgão integrante da Governadoria, com a competência de assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências a que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, às atividades de correição e de ouvidoria-geral, objetivando maior transparência da gestão pública; dá ao Corregedor-Geral do Estado as mesmas prerrogativas de Secretário de Estado e torna a COGE órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

A COGE é organizada, por meio do Decreto nº 21.029, de 11 de fevereiro de 2005, tendo no nível de Administração Superior o Corregedor-Geral do Estado e a Corregedoria Geral Adjunta e no nível de Assessoramento o Gabinete e a Assessoria.

2006

O Regimento Interno da COGE é aprovado por meio do Decreto nº 22.734, de 29 de novembro de 2006.

A COGE, por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, passa a compor os órgãos de Controle da Administração Pública.

2007

A COGE é reorganizada, por meio do Decreto nº 22.896, de 02 de janeiro de 2007, acrescentando na sua estrutura a Corregedoria Administrativa.

2010

A COGE, por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, integra a estrutura da Administração Direta, agrupada no Núcleo Institucional Estratégico de Governadoria.

2011

Por meio de Decreto nº 27.216, de 03 de janeiro de 2011, a COGE é reorganizada.

São constituídas, por meio do Decreto nº 27.570, de 25 de julho de 2011, as competências da COGE para instaurar a Tomada de Contas Especial destinada à apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de danos causados ao Erário, nas situações definidas na respectiva legislação e em orientação

normativa editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE).

É aprovado, por meio de Decreto nº 27.892, de 07 de dezembro de 2011, o Regimento da COGE.

4.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 10, de 11 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a criação da Corregedoria- Geral do Estado e altera dispositivos das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356, de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 30, de 14 de fevereiro de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.211, de 15 de março de 2005.** Dispõe sobre a criação da Corregedoria- Geral do Estado e altera dispositivos das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356, de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 55, de 21 de março de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.029, de 11 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a organização da Corregedoria-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 30, de 14 de fevereiro de 2005, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.734, de 29 de novembro de 2006.** Aprova o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 29 de novembro de 2006, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.896, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Corregedoria Geral do Estado (COGE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.216, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Corregedoria-Geral do Estado (COGE) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.570, de 25 de julho de 2011.** Dispõe sobre a competência da Corregedoria-Geral do Estado para instaurar Tomada de Contas Especial. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 143, de 26 de julho de 2011, p.1.

**DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL
DO ESTADO - DPE**

5 DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO - DPE

1998

5.1 NATUREZA

Administração Direta.

5.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Complementar nº 19, de 11 de janeiro de 1994.

5.3 FINALIDADE

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO (DPE) tem por finalidade a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, a título gratuito, daqueles que, na forma da lei, sejam considerados necessitados, conforme a Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.

5.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, a Governadoria fica composta pelo conjunto de órgãos auxiliares do Governador e a ele diretamente subordinados, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimentos próprios, compreendendo as Secretarias de Estado de Governo, a Auditoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado e as Secretarias de Estado Extraordinárias.

A Defensoria Pública do Estado (DPE) tem por objetivo a orientação jurídica integral e gratuita, bem como a postulação e defesa, judicial e extrajudicial, em qualquer instância, dos direitos individuais e coletivos daqueles que, na forma da lei, sejam considerados necessitados.

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, o Poder Executivo, exercido pelo Governador do Estado, é auxiliado pelo Chefe do Gabinete de Articulação Política do Governador, Procurador-Geral do Estado, Procurador-Geral da Defesa Pública do Estado, Auditor-Geral do Estado, Presidente da Comissão Permanente de Licitação e os Gerentes de Estado.

A DPE passa a fazer parte dos órgãos de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos e tem por finalidade a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, a título gratuito, daqueles que, na forma da lei, sejam considerados necessitados.

2001

A DPE é organizada por meio do Decreto nº 17.860, de 06 de abril de 2001, criando em sua estrutura, no nível de Execução Programática, a Subgerência Regional e mantendo o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

2002

O Decreto nº 18.595, de 23 de abril de 2002, reorganiza a DPE não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

Por meio do Decreto nº 18.807, de 02 de julho de 2002, a DPE é reorganizada e são criadas em sua estrutura, no nível de Execução Programática, as Defensorias Públicas Regionais e 11 Coordenações.

A Resolução nº 1 – CSDPE, de 28 de novembro de 2002, baixa o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, órgão integrante no nível de Administração

Superior da DPE desde 1994, por meio da Lei Complementar nº 19, de 11 de janeiro. Ao Conselho incumbe as atividades consultivas, normativas e deliberativas, no âmbito da DPE, a superintendência de sua atuação e o zelo pela observância de seus princípios institucionais. O Conselho Superior será sempre adjetivado como Egrégio e seus membros terão o tratamento de Excelência.

2003

Com a reorganização administrativa do Estado, por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, a DPE permanece como parte do órgão de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos.

O Decreto nº 19.356, de 06 de fevereiro de 2003, organiza a DPE, mantendo em sua estrutura, no nível de Administração Superior, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e no nível de Execução Programática a Subdefensoria Regional passa a denominar-se Defensoria Pública Regional e, são criadas 10 Coordenações.

O Regimento do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão é aprovado mediante a Resolução nº 1 – PCSDPE, de 23 de dezembro de 2003.

2004

Em 2004, a DPE é organizada por meio do Decreto nº 20.645, de 19 de julho, e reorganizada pelo Decreto de nº 20.790, de 28 de setembro, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2006

Por meio da Resolução nº 42 – PRCS, de 16 de março de 2006, é alterado o

Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Resolução nº 60 – DPGE, de 24 de novembro de 2006, cria a estrutura institucional de atuação da DPE. A Atuação da DPE fica distribuída na Capital com 8 Núcleos, na Região Metropolitana de São Luís com 2 Núcleos e no Interior com 6 Núcleos.

Com a Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a DPE se mantém como órgão de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos e seu titular goza das mesmas prerrogativas de Secretário de Estado.

2007

Por meio do Decreto nº 22.892, de 02 de janeiro de 2007, a DPE é reorganizada não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a DPE deixa de fazer parte dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

5.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 19, de 11 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a organização e funcionamento da Defensoria Pública do Estado e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 53, de 17 de março de 1994, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 7, de 07 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.860, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a organização da Defensoria Pública Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 19 de abril de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.595, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.807, de 2 de julho de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 8 de julho de 2002, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 1 – CSDPE, de 28 de novembro de 2002.** Baixa o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 244, de 16 de dezembro de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844 de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de

dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3 e publicada por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.356, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Defensoria Pública-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 1 – PCSDPE, de 23 de dezembro de 2002.** Baixa o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 17, de 24 de janeiro de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.645, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Defensoria Pública-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 138, de 19 de julho de 2004, p.83.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.790, de 28 de setembro de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública-Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 193, de 5 de outubro de 2004, p.14.

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 42 – PRCS, de 16 de março de 2006.** Altera o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 62, de 29 de março de 2006, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 60 – DPGE, de 24 de novembro de 2006.** Dispõe sobre a estrutura institucional de atuação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 29 de novembro de 2006, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.892, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário

**GERÊNCIAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DE ESTADO - GDR**

6 GERÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ESTADO - GDR

6.1 NATUREZA

Administração Direta

6.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

6.3 FINALIDADE

As GERÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ESTADO (GDR) são órgãos da administração direta, instalados em municípios cuja escolha está baseada em parâmetros e indicadores socioeconômicos que favorecerão o crescimento e o desenvolvimento sustentável da região, como extensão governamental na execução das políticas públicas, através do apoio das demais Gerências de Estado, dirigidas pelos Gerentes de Estado, diretamente subordinados ao Governador, com competências e atribuições definidas em cada área de atuação da Administração Pública Estadual, conforme disposto na Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

6.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, cria as Gerências de Desenvolvimento Regional de Estado: de São Luís, de Itapecurú-Mirim, de Rosário, de Santa Inês, de Zé Doca, de Imperatriz, de Açailândia, de Pinheiro, de Caxias, de Codó, de Bacabal, de Pedreiras, de Presidente Dutra, de Barra do Corda, de São João dos Patos, de Balsas, de Viana e de Chapadinha.

As Gerências de Desenvolvimento Regional de Estado são estruturadas em dois níveis: Administração Superior, representado pelo Gerente de Estado com as funções de direção e articulação com as demais Gerências de Estado e coordenação e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos na região, e pelo Gerente Adjunto e o nível de Assessoramento, relativo às funções de apoio direto ao Gerente de Estado.

Ficam instituídos os Conselhos de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de definir prioridades e ações estratégicas que potencializem a melhoria da qualidade de vida da população.

1999

O Decreto nº 16.689, de 04 de janeiro de 1999, define a composição das Gerências de Desenvolvimento Regional de Estado em dezoito regiões: São Luís, Rosário, Itapecurú, Chapadinha, Codó, Pinheiro, Viana, Santa Inês, Zé Doca, Açailândia, Imperatriz, Balsas, São João dos Patos, Presidente Dutra, Pedreiras, Barra do Corda, Bacabal e Caxias.

Por meio do Decreto nº 16.701, de 04 de janeiro de 1999, fica aprovado o Regimento das Gerências de Desenvolvimento Regional de Estado (GDR).

As Gerências de Desenvolvimento Regional foram organizadas por meio dos Decretos a seguir relacionados e as suas estruturas organizacionais são compostas pelo Nível de Administração Superior: Conselho de Desenvolvimento Regional, Gerente de Desenvolvimento Regional e Gerente Adjunto e a Nível de Assessoramento pelo Gabinete do Gerente e a Assessoria da Gerência de Desenvolvimento Regional.

Decreto nº 16.707, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Açailândia.

Decreto nº 16.706, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal.

Decreto nº 16.705, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Balsas.

Decreto nº 16.710, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Barra do Corda.

Decreto nº 16.709, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional Caxias.

Decreto nº 16.708, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional Chapadinha.

Decreto nº 16.715, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó.

Decreto nº 16.719, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Imperatriz.

Decreto nº 16.716, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Itaipetú-Mirim.

Decreto nº 16.717, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Pedreiras.

Decreto nº 16.714, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Pinheiro.

Decreto nº 16.718, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Presidente Dutra.

Decreto nº 16.702, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Rosário.

Decreto nº 16.703, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Santa Inês.

Decreto nº 16.704, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de São João dos Patos.

Decreto nº 16.713, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís.

Decreto nº 16.712, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Viana.

Decreto nº 16.711, de 04 de janeiro de 1999, Gerência de Desenvolvimento Regional de Zé Doca.

O Decreto nº 16.861, de 01 de julho de 1999, reorganiza a Gerência de Desenvolvimento Regional de Caxias.

Por meio do Decreto nº 16.864, de 01 de julho de 1999, a Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís é reorganizada.

A Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal é reorganizada pelo Decreto nº 16.907, de 22 de julho de 1999.

Por meio do Decreto nº 16.912, de 05 de agosto de 1999, é reorganizada a Gerência de Desenvolvimento Regional de São João dos Patos.

2002

Por meio dos Decretos abaixo relacionados foram reorganizadas as Gerências de Desenvolvimento Regional. As suas estruturas organizacionais são

compostas por dois níveis: Administração Superior: Conselho de Desenvolvimento Regional, Gerente de Estado de Desenvolvimento Regional, Gerente Adjunto, Gerente Adjunto de Ações Estratégicas e Gerente Adjunto de Articulação Regional II e Assessoramento: Gabinete do Gerente e Assessoria da Gerência de Desenvolvimento Regional.

Decreto nº 18.624, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Açailândia.

Decreto nº 18.612, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal.

Decreto nº 18.615, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Balsas.

Decreto nº 18.620, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Barra do Corda.

Decreto nº 18.614, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Caxias.

Decreto nº 18.626, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Chapadinha.

Decreto nº 18.625, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó.

Decreto nº 18.616, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Imperatriz.

Decreto nº 18.622, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Itaipetuba-Mirim.

Decreto nº 18.627, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Pedreiras.

Decreto nº 18.617, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Pinheiro.

Decreto nº 18.611, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Presidente Dutra.

Decreto nº 18.628, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Rosário.

Decreto nº 18.619, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Santa Inês.

Decreto nº 18.621, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de São João dos Patos.

Decreto nº 18.613, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís.

Decreto nº 18.623, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Viana.

Decreto nº 18.629, de 29 de abril de 2002, Gerência de Desenvolvimento Regional de Zé Doca.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, as Gerências de Desenvolvimento Regional passam a denominar-se Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, sendo elas: Gerência Metropolitana, Gerência Regional do Munim e Lençóis Maranhenses, Gerência Regional do Baixo Parnaíba, Gerência Regional do Leste Maranhense, Gerência Regional de Cocais, Gerência

Regional do Itapecurú, Gerência Regional da Baixada Maranhense, Gerência Regional dos Lagos Maranhenses, Gerência Regional do Alto Turi, Gerência Regional do Pindaré, Gerência Regional do Tocantins, Gerência Regional da Pré-Amazônia Maranhense, Gerência Regional do Cerrado Maranhense, Gerência Regional do Médio Mearim, Gerência Regional de Pedreiras, Gerência Regional do Centro Maranhense, Gerência Regional de Presidente Dutra e Gerência Regional do Sertão Maranhense.

As Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões são órgãos da administração direta, instalados em municípios, cuja escolha está baseada em parâmetros e indicadores socioeconômicos que favorecerão o crescimento e o desenvolvimento sustentável da região, como extensão governamental na execução de políticas públicas, através do apoio das Gerências de Estado, dirigidas pelos Gerentes de Articulação e Desenvolvimento Regionais, diretamente subordinados ao Governador, com competências e atribuições definidas em cada área de atuação da Administração Pública Estadual.

São estruturadas em quatro níveis: Nível de Administração Superior, Nível de Assessoramento, Nível de Execução Programática e Nível de Execução Instrumental.

O Decreto nº 19.355, de 06 de fevereiro de 2003, organiza a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Cerrado Maranhense.

A composição das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões do Tocantins, do Centro Maranhense, do Sertão Maranhense e do Sertão Maranhense são alteradas pelo Decreto nº 19.360, de 06 de fevereiro de 2003.

Por meio dos Decretos nºs 19.367, 19.368, 19.369, 19.370, 19.371, 19.372, 19.373, 19.374, 19.375, 19.376, 19.377, 19.378, 19.379, 19.379, 19.380, 19.381, 19.382 e 19.383, de 06 de fevereiro de 2003, são organizadas as Gerências de Articulação e Desenvolvimento da Região do Tocantins, dos Cocais, do Munim e Lençóis Maranhenses, do Itapecurú, dos Lagos Maranhenses, do Centro Maranhense, do Leste Maranhense, de Pedreiras, de Presidente Dutra, da Pré-Amazônia Maranhense, do Pindaré, do Sertão Maranhense, do Alto Turi, do Baixo Parnaíba, da Baixada Maranhense, do Médio Mearim e da Região Metropolitana.

2004

Os Decretos nºs 20.456, 20.457, 20.458, 20.459, 20.460, 20.461, 20.462, 20.463, 20.464, 20.465, 20.466, 20.467, 20.468 e 20.469, de 26 de abril de 2004, reorganizam as Gerências de Articulação e Desenvolvimento da Região do Alto Turi, do Itapecurú, do Pindaré, da Baixada Maranhense, dos Lagos Maranhenses, do Baixo Parnaíba, de Pedreiras, do Sertão Maranhense, do Médio Mearim, dos Cocais, de Presidente Dutra, do Munim e Lençóis Maranhenses, do Leste Maranhense e do Tocantins.

A Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004, extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Os cargos de provimento efetivo, os cargos em comissão e as funções gratificadas bem como seus ocupantes foram redistribuídos da seguinte maneira:

Da estrutura da Unidade Gestora de Desenvolvimento Humano, para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano;

Da estrutura da Unidade Gestora de Qualidade de Vida, para a Gerência de Estado de Qualidade de Vida;

Da estrutura da Unidade Gestora de Desenvolvimento Social, para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Social;

Da estrutura da Casa da Agricultura Familiar para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

Os bens, direitos e obrigações da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, ficam assim redistribuídos:

Da Unidade Gestora de Desenvolvimento Humano para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano;

Da Unidade Gestora de Qualidade de Vida para a Gerência de Estado de Qualidade de Vida;

Da Unidade Gestora de Desenvolvimento Social para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Social;

Da Casa da Agricultura Familiar para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

2005

O Decreto nº 21.144, de 13 de abril de 2005, reorganiza a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Centro Maranhense em quatro níveis: Administração Superior composta pelo Conselho de Desenvolvimento Regional e pelo Gerente de Desenvolvimento Regional, Assessoramento pelo Gabinete do Gerente, Execução Programática pelas Unidades Gestoras de Educação e da Saúde e Execução Instrumental pelo Departamento Administrativo-Financeiro.

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, ficam extintas as

Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões.

Ficam transferidas as competências das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, relativas à área social, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, relativas à área da cultura, para a Secretaria de Estado da Cultura e relativas à área da agricultura familiar para o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

Os servidores, do quadro efetivo das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, com os seus respectivos cargos efetivos, ficam assim redistribuídos: lotados na área social para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, lotados na área da cultura para a Secretaria de Estado da Cultura e os lotados na área da agricultura familiar do Escritório do ITERMA para o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

Os demais servidores ficam remanejados para a Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social.

Os bens, os direitos e as obrigações das áreas das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões, ficam transferidos para a Secretaria de Administração e Previdência Social.

6.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.689, de 4 de janeiro de 1999**. Dispõe

sobre a composição das Gerências de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.701, de 4 de janeiro de 1999.** Aprova o Regimento das Gerências de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.707, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Açailândia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.706, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.40.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.705, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Balsas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.710, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Barra do Corda e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.52.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.709, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Caxias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.48.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.708, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Chapadinha e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.45.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.715, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.72.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.719, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Imperatriz e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.82.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.716, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Itapecuru-Mirim e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.74.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.717, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Pedreiras e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.77.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.714, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Pinheiro e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.69.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.718, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Presidente Dutra e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.79.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.702, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Rosário e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.703, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Santa Inês e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.704, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de

Desenvolvimento Regional de São João dos Patos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.713, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.712, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Viana e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.55.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.711, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Zé Doca e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.54.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.861, de 1 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Regional de Caxias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 15 de julho de 1999, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.864, de 1 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 21 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.902, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Chapadinha e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 169, de 2 de setembro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.907, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.912, de 5 de agosto de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de São João dos Patos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 158, de 18 de agosto de 1999, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.624, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Açailândia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.68.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.612, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Bacabal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.615, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Balsas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.41.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.620, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Barra do Corda e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.614, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Caxias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.626, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Chapadinha e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.70.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.625, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Codó e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.84.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.616, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de

Desenvolvimento Regional de Imperatriz e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.45.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.622, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Itapecurú-Mirim e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.60.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.627, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Pedreiras e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.74.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.617, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Pinheiro e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.628, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Rosário e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.78.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.619, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Santa Inês e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.50.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.621, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de São João dos Patos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.56.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.613, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.623, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Viana e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.64.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.629, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Regional de Zé Doca e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 82, de 29 de abril de 2002, p.82.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22 de 31 de janeiro de 2003, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.355, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Serrado Maranhense e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.360 de 6 de fevereiro de 2003.** Altera a composição das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões do Tocantins, do Centro Maranhense, do Sertão Maranhense e do Serrado Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.367, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.368, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região dos Cocais. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.369, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Modem e Lençóis Maranhenses. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.370, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região

de Itapecurú-Mirim. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.371, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região dos Lagos Maranhenses. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.39.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.372, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Centro Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.373, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Leste Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.48.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.374, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região de Pedreiras. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.54.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.375, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região de Presidente Dutra. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.376, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Pré-Amazônia Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.63.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.377, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região de Pindaré. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.66.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.378, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Sertão Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.70.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.379, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Alto Turi. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.76.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.380, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Baixo Parnaíba. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.78.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.381, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região da Baixada Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.82.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.382, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Médio Mearim. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.89.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.383, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.95.

MARANHÃO (Estado). **Decretos nºs 20.456, 20.457, 20.458, 20.459, 20.460, 20.461, 20.462, 20.463, 20.464, 20.465, 20.466, 20.467, 20.468 e 20.469 de 26 de abril de 2004.** Dispõem sobre a reorganização das Gerências de Articulação e Desenvolvimento da Região do Alto Turi, de Itapecurú-Mirim, do Pindaré, da Baixada Maranhense, dos Lagos Maranhenses, do Baixo Parnaíba, de Pedreiras, do Sertão Maranhense, do Médio Mearim, dos Cocais, de Presidente Dutra, do Munim e Lençóis Maranhenses, do Leste Maranhense e do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 12 de maio de 2004, pags. 1, 3, 8, 11, 18, 22, 27, 32, 37, 42, 46, 51 e 55.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004.** Extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 6 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.144, de 13 de abril de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Centro Maranhense e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2005, p.4,

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO - PGE**

7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

7.1 NATUREZA

Administração Direta

7.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 39, de 28 de novembro de 1969.

7.3 FINALIDADE

A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE), por meio de Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, tem por finalidade representar o Estado judicial e extrajudicialmente, assessorar o Governador do Estado em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos, ou propondo normas, medidas e diretrizes, assistindo-lhe quanto à legalidade dos atos da administração pública estadual; sugerir medidas de caráter jurídico, reclamados pelo interesse público e apresentar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário quando impugnado ato ou omissão governamental bem como exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Governador do Estado e à administração pública em geral, na instauração de processos administrativo-disciplinares, na forma da legislação pertinente, dentre outras atribuições fixadas em lei complementar.

7.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

A Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, mantém a PGE na composição da Governadoria, com objetivo representar o Estado judicial e extrajudicialmente e exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Governador do Estado e à administração em geral. Do mesmo modo, a Lei incumbe ao Procurador-Geral do Estado, com prerrogativas constitucionais de

Secretário de Estado, referendar os atos do Governador de interesse da Procuradoria ou que na mesma tenham repercussão.

Com a Lei Complementar nº 025, de 06 de fevereiro de 1995, o Corregedor - Geral e o Corregedor - Auxiliar passam a ser escolhidos dentre Procuradores do Estado que contem 5 (cinco) anos de exercício no cargo, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Procurador-Geral e a este diretamente subordinados.

1996

É criada na PGE, por meio de Decreto nº 15.268, de 08 de outubro de 1996, uma Comissão Especial integrada por Procuradores do Estado para prestar acompanhamento, orientações e supervisão técnico-jurídicas nas demandas em que sejam parte as entidades autárquicas, fundacionais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

1998

A PGE, por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, passa a fazer parte da composição dos órgãos de Apoio, Assessoramento e Representação Governamental.

1999

O Procurador-Geral do Estado, por meio da Lei nº 7.488, de 16 de dezembro de 1999, passa a pertencer ao mesmo nível hierárquico e goza das mesmas prerrogativas do cargo de Secretário de Estado ou equivalente.

2001

A Procuradora-Geral do Estado, por meio do Decreto nº 17.899, de 30 de abril de 2001, fica autorizada a firmar compromisso

junto ao Ministério Público Federal, no Termo de Ajustamento de Conduta, que objetiva a adequação da conduta das partes às exigências legais e constitucionais na seleção do público-alvo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

2002

A estrutura da PGE é reorganizada nos termos do Decreto nº 18.630, de 29 de abril de 2002.

2003

A Lei Complementar nº 065, de 03 de dezembro de 2003, reestrutura a Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão e a carreira do Procurador do Estado.

2004

O Decreto nº 20.669, de 23 de julho de 2004, organiza a PGE extinguindo a Procuradoria da Infância e Adolescência no nível de Execução Programática.

2005

A estrutura da PGE é organizada, por meio do Decreto nº 21.028, de 11 de fevereiro de 2005. Fica acrescentada a Procuradoria Geral Adjunta no nível de Administração Superior, a Procuradoria do Contencioso Fiscal e Procuradoria da Dívida Ativa no nível de Execução Programática. Fica excluída a Procuradoria de Assistência Judiciária, a Procuradoria Fiscal e a Procuradoria da Infância e Adolescência no nível de Execução Programática. A Procuradoria Geral Adjunta passa a ser Subprocuradoria Geral Adjunta.

2006

É criada na estrutura organizacional, por meio do Decreto nº 22.017, de 10 de abril de 2006, a Procuradoria Geral Adjunta para

Assuntos Judiciais no nível de Execução Programática.

Por meio da Lei Complementar nº 094, de 31 de maio de 2006, as atividades funcionais dos membros da PGE passam a ser sujeitas a correição ordinária e a correição extraordinária.

A Lei Complementar nº 100, de 30 de novembro de 2006, altera a estrutura da PGE. A Procuradoria Geral Adjunta/Distrito Federal passa a compor no nível de Administração Superior e a Assessoria Especial no nível de Assessoramento.

2007

O Decreto nº 22.895, de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). No nível de Assessoramento é excluída a Assessoria de Comunicação. No nível de Execução Programática é acrescentada as Subprocuradorias Regionais de Imperatriz, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Pinheiro, Chapadinha, Presidente Dutra e Balsas.

A Lei Complementar nº 110, de 14 de dezembro de 2007, altera a estrutura do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado e dispõe sobre os requisitos para ocupar as Subprocuradorias Regionais.

2011

A estrutura da PGE é reorganizada por meio do Decreto nº 27.215, de 03 de janeiro de 2011. A estrutura passa ser composta por Administração Superior, Unidades de Assessoramento Direto ao Procurador-Geral do Estado, Unidades de Suporte Operacional e Unidades de Atuação Programática.

2012

A Lei Complementar nº 150, de 02 de outubro de 2012, exclui a Comissão Setorial

de Licitação e acrescenta a Assessoria de Comunicação e o cargo de Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Estratégicos.

7.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei delegada nº 39, de 28 de novembro de 1969.** Cria a Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 15 de dezembro de 1969, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 25, de 6 de fevereiro de 1995.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 36, de 20 de fevereiro de 1995, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.268, de 8 de outubro de 1996.** Dispõe sobre o controle da defesa judicial das entidades vinculadas ao Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 14 de outubro de 1996, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.488, de 16 de dezembro de 1999.** Altera a redação do art. 59 da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 245, de 23 de dezembro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.899, de 30 de abril de 2001.** Autoriza a Procuradora-Geral do Estado a celebrar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, relativo ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 7 de maio de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.630, de 29 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2002, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 65, de 3 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a reestruturação da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, da carreira de Procurador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 248, de 22 de dezembro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.669, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.65. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 18 de agosto de 2004, p.1. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 23 de agosto de 2004, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.028, de 11 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a organização da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 30, de 14 de fevereiro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.017, de 10 de abril de 2006.** Acrescenta alínea “d”, ao inciso IV, do art.2º, do Decreto nº 21.028, de 11 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 70, de 10 de abril de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.077, de 5 de maio de 2006.** Delega competência aos Secretários de Estado e ocupantes de cargos equivalentes para assinar convênios, contratos e acordos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 5 de maio de 2006, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 94, de 31 de maio de 2006.** Acrescenta os arts. 8º-A, 8º-B, 8º-C à Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de julho de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 100, de 30 de novembro de 2006.** Altera a Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 7 de dezembro de 2006, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.895, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 110, de 14 de dezembro de 2007.** Altera os §§ 2º, 3º e 4º do art. 3º e o art. 5º da Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado), na redação definida pela Lei Complementar nº 100, de 30 de novembro de

2006 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 241, de 14 de dezembro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.215, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 150, de 2 de outubro de 2012.** Altera os arts. 3º e 7º da Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 192, de 2 de outubro de 2012, p.3.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO - SAGRIMA**

8 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SAGRIMA

8.1 NATUREZA

Administração Direta.

8.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.704, de 31 de dezembro de 1958.

8.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SAGRIMA) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos, conforme o disposto na Lei nº 9.784, de 2 de abril de 2013.

8.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Essenciais são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do Governo, relativas à agricultura, abastecimento e irrigação;

educação em seus diferentes graus e níveis de funcionamento, pública e particular; promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgica e de proteção à saúde da população, garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdades do cidadão e defesa civil.

O nome da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SEABI) é alterado para Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA).

A SAGRIMA passa a fazer parte das Secretarias Essenciais, com a competência de auxiliar o Governo na formulação da política estadual da agricultura, abastecimento e irrigação, competindo-lhe formular o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dentro dos princípios de reformulação de métodos de produção, pesquisa e experimentação, difundindo as atividades técnicas da agricultura, da pesca e pecuária; exercer vigilância e promover a defesa e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; supervisionar as atividades relacionadas com abastecimento e comercialização de produtos agropecuários; proceder aos estudos necessários à reorganização e melhoria da vida rural e da situação fundiária; promover e executar os planos governamentais relativos à Reforma Agrária, de modo a contribuir para fixação do homem no campo e para eliminação de conflitos de terra; introduzir práticas de fertilidade dos solos, desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo, promoção de programas de irrigação e administração dos parques de exposição do Estado, podendo exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades no termos do seu regimento.

Vinculam-se à SAGRIMA a Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Estado do Maranhão (EMATER), a Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento (CODEA) e o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

O Decreto nº 14.431, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a SAGRIMA, criando na sua estrutura as Superintendências de Agricultura, de Engenharia Rural e Irrigação, de Pesca e de Pecuária.

No nível de Atuação Complementar da estrutura da SAGRIMA encontra-se como órgão Atípico o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura.

De acordo com Lei nº 6.430, de 20 de setembro de 1995, ficam disciplinadas as medidas de defesa sanitária animal, visando à proteção do patrimônio pecuário estadual e à preservação da saúde pública, na área de competência da SAGRIMA.

1996

O Decreto nº 14.950, de 14 de março de 1996, aprova o Regimento da SAGRIMA.

Com a aprovação do Regulamento de Defesa Sanitária Animal, por meio do Decreto nº 14.964, de 18 de março de 1996, a SAGRIMA por meio da CODEA executará as medidas previstas neste Regulamento.

O Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é criado pelo Decreto nº 15.311, de 13 de novembro de 1996, com a finalidade de promover a integração das ações que visam ao dinamismo do Programa, levando em consideração a política de parceria entre os governos municipal, estadual e federal, bem como a

iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA).

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços, bem como os servidores com seus respectivos cargos efetivos da extinta SAGRIMA são transferidos para GEPLAN.

Ficam autorizadas as incorporações pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA), com os respectivos direitos e obrigações, a EMATER e a CODEA, órgãos vinculados à extinta SAGRIMA.

A denominação da COHAB-MA é alterada para Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP).

O ITERMA fica vinculado à Gerência de Desenvolvimento Social com a finalidade de executar a política agrária do Estado.

1999

Por meio do Decreto nº 16.683, de 04 de janeiro de 1999, é criada a Subgerência de Agricultura na estrutura da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), com a competência das atividades referentes à produção vegetal, produção animal, assistência técnica e extensão rural, irrigação e drenagem, pesca, defesa e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comercialização agrícola, armazenamento, classificação e padronização e abastecimento alimentar.

O Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é reorganizado pelo Decreto nº 16.778, de 14 de abril de 1999, e passa a ser presidido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

A Lei nº 7.385, de 16 de junho de 1999, institui o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA) com a finalidade de promover, incentivar, apoiar e custear programas ou projetos de assistência técnica e extensão rural, bem como a proteção do patrimônio pecuário estadual e a preservação da saúde pública, com vistas a acelerar e racionalizar o processo de absorção de novas tecnologias pelo produtor rural, além de possibilitar a melhoria do padrão de vida das populações rurais, o fortalecimento econômico dos produtos e o desenvolvimento econômico e social da região.

2000

O Decreto nº 17.711, de 07 de dezembro de 2000, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e extingue o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

2001

Por meio do Decreto nº 18.130, de 23 de agosto de 2001, o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal é instituído no Estado do Maranhão.

2002

A Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) é criada como órgão de gerenciamento estratégico e desenvolvimento institucional, tendo como competência formular e avaliar as políticas

relativas à agricultura, pecuária, pesca e abastecimento e reforma agrária, executar, coordenar e controlar as ações estratégicas do governo relativas à agricultura, à pecuária, à pesca, à defesa e inspeção animal e vegetal e aos programas de promoção da agricultura familiar e ao pequeno produtor rural, à valorização das comunidades rurais, bem como de incentivos e programas especiais conforme disposto na Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.

O Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial (FEDAGRO) será gerido pela GEAGRO.

Vinculam-se à GEAGRO o ITERMA, autarquia estadual e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA), autarquia estadual.

Os bens, os direitos e as obrigações da GEPLAN referentes às atividades de agricultura, pecuária e desenvolvimento rural, compreendendo agricultura, pecuária e abastecimento, ficam transferidos para a GEAGRO, assim como os servidores com lotação na Subgerência de Programas Especiais e na Subgerência de Agricultura.

Os bens, os direitos e as obrigações da GEPLAN referentes às atividades de defesa e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal ficam transferidos para AGED/MA, órgão vinculado à GEAGRO, e os servidores lotados na Supervisão de Defesa e Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e Vegetal, passam a compor o Quadro de Pessoal de AGED/MA.

Os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social, referentes às atividades do núcleo de programas especiais e às atividades de agricultura familiar e reforma agrária são transferidos para a GEAGRO.

Fica criado o Conselho Estadual de Defesa Agropecuária, vinculado à AGED-MA.

Na estrutura da GEAGRO no nível de Execução Programática é criada a Gerência Adjunta de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, conforme o disposto no Decreto nº 18.597, de 25 de abril de 2002.

Ficam vinculadas à GEAGRO as Entidades da Administração Indireta o ITERMA e a AGED-MA e como órgão desconcentrado a Subgerência do Núcleo de Programas Especiais (NEPE).

Por meio do Decreto nº 18.653, de 08 de maio de 2002, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) é organizado e fica sob a presidência da GEAGRO.

2003

A Lei nº 7.847, de 31 de janeiro de 2003, cria a Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (ADEPAQ), autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada à GEAGRO.

A GEAGRO, em 24 de fevereiro de 2003, por meio do Decreto nº 19.403, é organizada extinguindo o Departamento de Pesca e Aquicultura e cria o Departamento de Pesquisas Agropecuárias e a Subgerência de Casas de Agricultura Familiar.

Na Subgerência do Núcleo de Programas Especiais (NEPE) são criadas a Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e a Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Combate à Fome (PCF).

O Decreto nº 19.741, de 16 de julho 2003, organiza a GEAGRO, não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

Por meio de Decreto nº 20.189, de 03 de dezembro de 2003, é aprovado o Zoneamento Costeiro do Estado do Maranhão e a GEAGRO juntamente com a ADEPAQ elaboraram o anteprojeto da lei estadual de pesca e aquicultura.

2004

A Lei nº 8.089, de 25 de fevereiro de 2004, dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, estabelecendo os objetivos, as diretrizes e regulação das atividades de pesca e aquicultura, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor.

O Decreto nº 20.506, de 12 de maio de 2004, reorganiza a GEAGRO e são criados na sua estrutura o Mercado do Peixe e a Casa da Agricultura Familiar.

No dia 8 de julho de 2004, por meio da Lei nº 8.153, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado. A GEAGRO passa a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO).

A ADEPAQ, órgão vinculado à GEAGRO, é extinta e são transferidos seus bens, direitos e obrigações, bem como seus servidores com seus respectivos cargos efetivos para a SEAGRO.

O Decreto nº 20.631, de 19 de julho de 2004, organiza a SEAGRO e as Subgerências passam a denominarem-se Superintendências. Ficam vinculados à SEAGRO o ITERMA e a AGED-MA, como órgão desconcentrado, o NEPE e o FEDAGRO, como órgão Atípico.

2005

Por meio do Decreto nº 21.143, de 13 de abril de 2005, a SEAGRO é reorganizada, criando em sua estrutura a Secretaria Adjunta de Coordenação de Desenvolvimento com as Unidades Gestora da Agricultura Familiar e a Superintendência de Organização Territorial.

A SEAGRO é novamente reorganizada, por meio do Decreto nº 21.252, de 06 de junho de 2005, integrando em sua estrutura, no nível de Administração Superior, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem por finalidade estabelecer os meios necessários à deliberação, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações que visem promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado do Maranhão, em consonância com os Programas da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Agronegócio do Governo Federal.

A Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Combate à Pobreza Rural passa denominar-se Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão (PRODIM) e a Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Combate à Fome para Coordenadoria da Unidade Técnica Estadual do Programa de Crédito Fundiário (PCF).

O Decreto nº 21.237, de 25 de maio de 2005, reorganiza o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS). A SEAGRO presidirá este Conselho.

2006

Por meio de Decreto nº 21.894, de 24 de fevereiro de 2006, é criado o Comitê Gestor do Programa Integrado do Maranhão/Projeto de Redução da Pobreza Rural. O Comitê será presidido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo NEPA, órgão desconcentrado da SEAGRO.

O Decreto nº 21.895, de 24 de fevereiro de 2006, adota o Manual Operacional como documento básico para disciplinar a implementação do Programa Integrado do Maranhão/Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRODIM).

A SEAGRO cria a Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial (CTDR/MA), com a finalidade de assessorar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Maranhão (CEDRUS/MA) em assuntos referentes à elaboração e execução de Políticas e Programas voltados para o desenvolvimento territorial no Estado do Maranhão, conforme disposto na Resolução nº 01, de 15 de dezembro de 2006, do CEDRUS/MA.

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, cria a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP/MA). Os servidores da SEAGRO, lotados na área de agricultura familiar, são redistribuídos para a AGERP/MA.

As competências da Casa da Agricultura Familiar, pertencente à estrutura organizacional da SEAGRO, são transferidas para AGERP/MA.

Os Conselhos Estaduais de Defesa Agropecuária e o de Desenvolvimento Rural e Sustentável vinculam-se à SEAGRO.

As entidades ITERMA, a AGED-MA e a AGERP-MA são mantidas na SEAGRO.

O Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial fica mantido, gerido pela SEAGRO.

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), como órgão de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à agricultura, pecuária, pesca artesanal e aquicultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, a política agrícola e agrária, o associativismo e cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, a assistência técnica e extensão rural, o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio, o combate à pobreza rural, o apoio e o fortalecimento da agroindústria rural, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos.

2007

O Decreto nº 22.911, de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a SEAGRO mantendo-se em sua estrutura os Conselhos Estaduais de Defesa Agropecuária e o de Desenvolvimento Rural e Sustentável e como órgão desconcentrado o NEPE.

São criadas na Secretaria Adjunta de Planejamento de Políticas de Desenvolvimento Rural as Superintendências de Planejamento de Políticas de Desenvolvimento Rural e a de Promoção e Fomento Rural e extingue a Secretaria Adjunta de Coordenação de Desenvolvimento Territorial.

2009

A Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, altera a denominação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO) para Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

É criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.

São transferidas as competências, os bens, os direitos e as obrigações relativas à política agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar da SEAGRO para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Os servidores com seus respectivos cargos efetivos, lotados na Superintendência de Produção e Fomento Rural da SEAGRO, são redistribuídos para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) é organizada por meio do Decreto nº 25.351, de 07 de maio de 2009, mantendo em sua estrutura o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho Estadual de Defesa Agropecuária e, como entidades vinculadas, as agências estaduais, AGED/MA e a AGERP/MA e o FDAA, como órgão atípico.

O ITERMA, autarquia estadual, órgão vinculado à extinta SEAGRO passa a ser vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010,

convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SAGRIMA passa a compor os órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Mantém como entidade vinculada à SAGRIMA a AGED/MA. A AGERP/MA passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Ficam mantidos os Conselhos Estaduais de Defesa Agropecuária e o de Desenvolvimento Rural e Sustentável na estrutura da SAGRIMA, bem como o FDAA.

2011

O Decreto nº 27.227, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SAGRIMA e cria na sua estrutura a Comissão Setorial de Licitação.

Fica mantido na estrutura da SAGRIMA o Conselho Estadual de Defesa Agropecuária.

Por meio da Lei nº 9.473, de 10 de outubro de 2011, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável deixa de ser vinculando-se à SAGRIMA, passando a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEDAGRO).

2012

O Decreto nº 28.235, de 31 de maio de 2012, reorganiza a SAGRIMA, mantendo em sua estrutura o Conselho Estadual de Defesa Agropecuária e como Entidade vinculada a AGED-MA.

É criada na estrutura da SAGRIMA a Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário e a Pesca.

Com a reorganização da SAGRIMA, por meio do Decreto nº 28.797, de 21 de dezembro de 2012, deixa de existir em sua estrutura o Departamento de Pesca e Piscicultura Empresarial.

2013

Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) para Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAGRIMA) por meio da Lei nº 9.784, de 02 de abril de 2013.

A SAGRIMA deixa de realizar atividades relacionadas à pesca artesanal e aquicultura.

O Decreto nº 28.936, de 02 de abril de 2013, aprova o Regimento da SAGRIMA.

8.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (ESTADO). **Decreto nº 14.431, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.430, de 20 de setembro de 1995.** Dispõe sobre a defesa sanitária animal na área de competência da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA),

em consonância com os Decretos Federais nºs 24.548/34 e 75.407/75 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 186, de 26 de setembro de 1995, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.964, de 18 de março de 1996.** Aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Animal. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 54, de 18 de março de 1996, p.41.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.950, de 14 de março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.311, de 13 de novembro de 1996.** Cria o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 227, de 20 de novembro de 1996, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.778, de 14 de abril de 1999.** Reorganiza o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 20 de abril de 1999, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.385, de 16 de junho de 1999.** Institui o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 29 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.882, de 14 de julho de 1999.** Dispõe sobre a organização e regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDAA), instituído pela Lei nº 7.844, de 16 de junho de 1999 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 159, de 19 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.711, de 7 de dezembro de 2000.** Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e extingue o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 13 de dezembro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.130, de 23 de agosto de 2001.** Institui no Estado do Maranhão o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 167, de 4 de setembro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.597, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.653, de 8 de maio de 2002.** Altera o Decreto nº 17.711, de 07 de dezembro de 200, que instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, dispõe sobre a organização, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 9 de maio de 2002, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.847, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a criação da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (ADEPAQ), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.403, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.741, de 16 de julho 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 25 de julho de 2003, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.189, de 3 de dezembro de 2003.** Aprova o Zoneamento Costeiro do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 23 de dezembro de 2003, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.089, de 25 de fevereiro de 2004.** Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 26 de março de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.506, de 12 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 98, de 21 de maio de 2004, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.631, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 147, de 19 de julho de 2004, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.143, de 13 de abril de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de

Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.237, de 25 de maio de 2005.** Reorganiza o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 102, de 30 de maio de 2005, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.252, de 6 de junho de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 108, de 7 de junho de 2005, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.894, de 24 de fevereiro de 2006.** Cria o Comitê Gestor do Programa Integrado do Maranhão/Projeto de Redução da Pobreza Rural, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.895, de 24 de fevereiro de 2006.** Adota o MANUAL Operacional como documento básico para disciplinar a implementação do Programa Integrado do Maranhão/Projeto de Redução da Pobreza Rural - PRODIM, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 01, de 15 de dezembro de 2006.** Cria a Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 244, de 20 de dezembro de 2006, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.911, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.133.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.351, de 7 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 8 de maio de 2009, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.973, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 127, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.227, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.473, de 10 de outubro de 2011.** Dispõe sobre a vinculação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 196, de 10 de outubro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.235, de 31 de maio de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 31 de maio de 2012, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.797, de 21 de dezembro de 2012.**

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 21 de dezembro de 2012, p.12.

MARANHÃO (ESTADO). **Lei nº 9.784, de 2 de abril de 2013.** Altera a redação de dispositivos da Lei nº 9.764 de 05 de março de 2013. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 2 de abril de 2013, p.1.

MARANHÃO (ESTADO). **Decreto nº 28.936, de 2 de abril de 2013.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAGRIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 2 de abril de 2013, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
ENSINO SUPERIOR - SECTEC**

9 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SECTEC

9.1 NATUREZA

Administração Direta.

9.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995.

9.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SECTEC) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, do ensino superior, técnico e profissional, e da pesquisa básica e aplicada, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

9.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

É criada a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTEC) e passa a fazer parte das Secretarias Programáticas, com a finalidade de formular e executar a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico.

Vinculam-se à estrutura da SECTEC a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), autarquia estadual, a Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), fundação pública estadual e a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), empresa pública.

O Decreto nº 14.426, de 07 de fevereiro de 1995, organiza a SECTEC integrando em sua estrutura o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT) (criado pela Lei nº 5.633/1993) e cria as Coordenadorias de Desenvolvimento Tecnológico, de Desenvolvimento e a de Cooperação Internacional e Intercâmbio.

1996

O Regimento da SECTEC é aprovado por meio do Decreto nº 14.953, de 14 de março de 1996.

O Decreto nº 15.170, de 08 de agosto de 1996, cria o Programa Maranhense de Design, vinculado à SECTEC, com os objetivos de prevêem o gerenciamento e a promoção de campanhas regionais de conscientização, a realização de eventos, a criação do Prêmio Maranhense de Design, a criação do Selo de Participação nesse Programa, à disseminação dos conhecimentos sobre design em cursos de formação de outras áreas profissionais.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue as Secretaria de Estado e cria as Gerências de Estado.

Os Gerentes de Estado têm prerrogativas de Secretários de Estados.

A SECTEC e a FAPEMA são extintas e ficam transferidos os bens patrimoniais, os móveis, os equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços, bem como os servidores com seus

respectivos cargos efetivos para a Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN).

A UEMA passa a vincular-se à estrutura da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH).

Fica autorizada a incorporação pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB/MA), com os respectivos direitos e obrigações, a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), sendo suas funções incorporadas pela GEPLAN.

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, em seu art. 16, altera a denominação social da COHAB para Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios (EMARPH).

O CONCIT passa a integrar a estrutura da GEPLAN.

1999

Por maio do Decreto nº 16.683, de 04 de janeiro de 1999, a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico é organizada, criando em sua estrutura a Subgerência de Ciência e Tecnologia.

2002

Por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, a UEMA deixa de ser vinculada à Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH) e passa a vincular-se à Gerência de Estado de Planejamento e Gestão (GEPLAN).

O CONCIT passa a integrar a estrutura da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

2003

A Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, cria a Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC), que absorverá as atribuições e servidores lotados na Subgerência de Ciência e Tecnologia da GEPLAN, com a competência de gerir a política estadual de ciência e tecnologia, o ensino superior, técnico e profissional e o apoio à pesquisa básica e aplicada.

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a FAPEMA, vinculado à GECTEC.

A UEMA fica vinculada à GECTEC. É criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SEDCT) para atuar como rede de interlocução, articulação e indução do processo de desenvolvimento científico-tecnológico, composto pelo CONCIT, GECTEC, FAPEMA e UEMA.

O CONCIT passa a ser órgão consultivo e deliberativo do Governo, responsável pela formulação da política de ciência e tecnologia e inovação do Estado.

A FAPEMA é instituída pela Lei Complementar nº 60, de 31 de janeiro de 2003, vinculada à GECTEC.

O Decreto nº 19.465, de 24 de março de 2003, organiza a GECTEC, mantendo em sua estrutura as Entidades da Administração Indireta como vinculadas a FAPEMA e a UEMA.

2004

O Decreto nº 20.319, de 08 de março de 2004, organiza a GECTEC, mantendo vinculadas à sua estrutura a FAPEMA, a UEMA e, acrescentando a Universidade Virtual do Estado do

Maranhão (UNIVIMA), que tem por finalidade promover o ensino virtual em nível técnico, universitário e de educação continuada de Ensino à Distância (EAD).

São criados na sua estrutura da GECTEC os Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão.

A GECTEC é organizada pelo Decreto nº 20.507, de 12 de maio de 2004, mantendo vinculados à sua estrutura a FAPEMA, a UEMA e a UNIVIMA. Cria na sua estrutura o Estaleiro Escola.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

A GECTEC passa a denominar-se Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC).

O Decreto nº 20.657, de 23 de julho de 2004, organiza a SECTEC, mantendo em sua estrutura como vinculadas a FAPEMA, a UEMA e a UNIVIMA.

2005

A SECTEC é reorganizada pelo Decreto nº 21.354, de 26 de julho de 2005, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2006

O Decreto nº 21.859, de 09 de janeiro de 2006, transfere os Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão da SECTEC para Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA).

O Decreto nº 22.641, de 09 de novembro de 2006, dispõe sobre a

transferência do Estaleiro Escola da SECTEC para a UNIVIMA.

O Estaleiro Escola passa a denominar-se Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro Escola do Maranhão e integrará a rede dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA's).

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a SECTEC passa a fazer parte dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, com a finalidade de gerir a política estadual de ciência e tecnologia, o ensino superior, técnico e profissional e o apoio à pesquisa básica e aplicada.

2007

O Decreto nº 22.912 de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a SECTEC, mantendo em sua estrutura como entidades vinculadas as autarquias estaduais UEMA e a UNIVIMA e como fundação pública estadual, a FAPEMA.

O Decreto nº 22.937, de 06 de fevereiro de 2007, atribui a responsabilidade à SECTEC pela gestão da execução do Convênio Referência FINEP nº 4259/05, firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), denominado Projeto Avança Maranhão.

O Decreto nº 23.667, de 30 de novembro de 2007, dispõe sobre o Sistema de Gestão dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA's) e do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro Escola do Maranhão, que será compartilhada entre a SECTEC, órgão gestor da política de Educação Profissional e Tecnológico e a UNIVIMA.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SECTEC altera sua denominação de Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico para Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC) e passa a integrar o Núcleo Institucional Estratégico da Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

2011

O Decreto nº 27.223, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SECTEC e cria em sua estrutura a Comissão Setorial de Licitação.

A SECTEC tem como entidades vinculadas a UEMA, a UNIVIMA e a FAPEMA.

Por meio da Medida Provisória nº 093, de 18 de abril de 2011, convertida na Lei nº 9.378, de 17 de maio de 2011, a SECTEC tem sua denominação alterada de Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico para Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC).

São criados na estrutura da SECTEC 14 Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA's): em Açailândia; Balsas; Barra do Corda; Brejo; Carolina; Caxias; Codó; Imperatriz; Pedreiras; Pinheiro; Porto Franco; Rosário; Santa Inês; e em São Luís - Praia Grande.

A Lei nº 9.404, de 28 de junho de 2011, cria o Programa Integrado de Educação Profissional do Maranhão

(MARANHÃO PROFISSIONAL) e institui os Conselhos Consultivo e Deliberativo.

O Conselho Consultivo do Programa Integrado é instituído, órgão colegiado composto por 29 membros, incumbido da proposição de projetos e ações ligadas à finalidade do Programa MARANHÃO PROFISSIONAL. A Coordenação Executiva do Programa será exercida pela SECTEC.

2012

O Decreto nº 28.150, de 09 de maio de 2012, transfere os Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão da SECTEC para a UNIVIMA.

O Decreto nº 28.417, de 17 de julho de 2012, transfere o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro Escola do Maranhão da SECTEC para a UNIVIMA.

9.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 27, de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.426, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.953, de 14 de março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.37.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.170, de 8 de agosto de 1996.** Cria o Programa Maranhense de Design, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 156, de 12 de agosto de 1996, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.683, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 62, de 4 de janeiro de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 60, de 31 de janeiro de 2003.** Institui a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), e dá

outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.465, de 24 de março de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 61, de 28 de março de 2003, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.319, de 8 de março de 2004.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 60, de 26 de março de 2004, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.507, de 12 de maio de 2004.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 98, de 21 de maio de 2004, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.657, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.354, de 26 de julho de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 146, de 29 de julho de 2005, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.859, de 9 de janeiro de 2006.** Dispõe sobre a transferência dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC), para Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 6, de 9 de janeiro de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.641, de 9 de novembro de 2006.** Dispõe sobre a transferência do Estaleiro Escola da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC) para a Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 217, de 10 de novembro de 2006, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.912 de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p. 137.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.937, de 6 de fevereiro de 2007.** Atribui a responsabilidade à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC), para o fim que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2007, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.667, de 30 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o sistema de gestão dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA's) e do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro Escola do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 231, de 30 de novembro de 2007, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.223, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 93, de 18 de abril de 2011.**

Dispõe sobre a criação de órgãos e de cargos em comissão na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 76, de 19 de abril de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.378, de 17 de maio de 2011.** Dispõe sobre a criação de órgãos e de cargos em comissão na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 96, de 19 de maio de 2011, p.32.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.404, de 28 de junho de 2011.** Cria o Programa Integrado de Educação Profissional do Maranhão – MARANHÃO PROFISSIONAL institui os Conselhos Consultivo e Deliberativo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 123, de 28 de junho de 2011, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.150, de 9 de maio de 2012.** Dispõe sobre a transferência dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC) para a Universidade Virtual do Estado do Maranhão (UNIVIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 90, de 9 de maio de 2012, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.417, de 17 de julho de 2012.** Dispõe sobre a transferência do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro Escola da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC) para Universidade Virtual do Estado do Maranhão (UNIVIMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 138, de 17 de julho de 2012, p.31.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL -
SECOM**

10 SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM

10.1 NATUREZA

Administração Direta.

10.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.052, de 22 de junho de 1979.

10.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) tem por finalidade assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo bem como dos seus órgãos e entidades, coordenar as relações públicas e a realização de eventos de interesse governamental, realizar ou contratar pesquisas de opinião pública especificamente sobre as ações do Governo, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade, conforme Lei nº 9.570, de 28 de março de 2012.

10.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, a Governadoria fica composta pelo conjunto de órgãos auxiliares do Governador e a ele diretamente subordinados, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimentos próprios, compreendendo as Secretarias de Estado de Governo, a Auditoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública do Estado, a Procuradoria-Geral do

Estado e as Secretarias de Estado Extraordinárias.

A Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social (SECOM) passa a fazer parte dos órgãos da Governadoria.

As Secretarias de Estado Extraordinárias são instituídas para realização de encargos temporários de natureza relevantes para o Estado, criadas pelo Poder Executivo com a finalidade de assessoramento pessoal, apoio administrativo ou de coordenação técnica de funções especiais cometidas pelo Governador do Estado.

1998

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, as Secretarias de Estado são extintas e são criadas as Gerencias de Estado. A Secretaria Extraordinária de Comunicação Social (SECOM) é extinta.

1999

O Decreto nº 16.688, de 04 de janeiro de 1999, organiza o Gabinete do Governador do Estado e cria na sua estrutura organizacional, no nível de Assessoramento, a Comunicação Social.

Por meio do Decreto nº 16.903, de 22 de julho de 1999, o Gabinete do Governador é reorganizado não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

O Regimento do Gabinete do Governador é aprovado pelo Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999.

À Comunicação Social, órgão integrante do Gabinete do Governador, compete assessorar diretamente o Governador do Estado no planejamento, organização, execução e controle da política de comunicação social do Poder Executivo

e coordenar os serviços de radiodifusão; coordenar ou elaborar estudos, realizar pesquisas, reunir dados e colher informações necessárias ao planejamento e execução das políticas governamentais; promover campanhas publicitárias e de divulgação que dêem transparências às ações do governo, além de campanhas promocionais e de utilidade pública; centralizar e coordenar a veiculação da mídia institucional e legal da administração direta e indireta do Poder Executivo, estabelecendo a destinação, qualificação e quantificação de propagandas, avisos, editais, atas, balanço, comunicados e matérias similares.

2002

Por meio do Decreto nº 18.605, de 26 de abril de 2002, a Comunicação Social, órgão integrante do Gabinete do Governador, fica composta por duas Assessorias, Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa.

2003

Com a organização da Casa Civil, por meio do Decreto nº 19.425, de fevereiro de 2003, são criadas na sua estrutura, no nível de Assessoramento, as Assessorias de Comunicação Social e a de Imprensa e Divulgação. Por meio dos Decretos nº 19.510, de 16 de abril de 2003, o de nº 19.740, de 16 de julho de 2003 e o de nº 20.062, de 13 de novembro de 2003, essas Assessorias são mantidas na estrutura da Casa Civil.

O Decreto nº 19.638, de 12 de junho de 2003, dispõe sobre os procedimentos relativos aos serviços de publicidade e propaganda do Poder Executivo. As publicidades dos avisos, editais, atas, balanços, comunicados e outras matérias similares dos órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista,

dar-se-á pela Casa Civil, por meio da Assessoria de Imprensa e Divulgação.

Por meio do Decreto nº 19.895, de 24 de setembro de 2003, fica centralizada na Assessoria Especial de Comunicação da Casa Civil, o controle das despesas com serviços de publicidade e propaganda institucionais das ações do Governo do Estado.

2004

As Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, conforme disposto na Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, e os cargos de Gerente de Estado e o de Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto, respectivamente.

O Chefe da Assessoria de Comunicação Social goza das mesmas prerrogativas de Secretários de Estado.

2005

Fica instituída como órgão desconcentrado, sob regime especial de autonomia relativa, a Assessoria de Comunicação Social, órgão integrante da estrutura da Casa Civil, pelo Decreto nº 21.715, de 28 de novembro de 2005, tendo como umas de suas competências a de assessorar diretamente o Governador do Estado no planejamento, organização, execução e controle da política de comunicação social do Poder Executivo, analisar e autorizar as propostas relativas à propaganda envolvendo filmes, vídeos, cartazes, folders e outras peças promocionais das ações do Governo do Estado e controlar as despesas com serviços de publicidade e propaganda institucionais das ações do Governo do Estado.

A Assessoria de Comunicação Social para fins de planejamento, controle financeiro e apoio administrativo, fica

subordinada às normas estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

2006

Na Casa Civil fica mantida dentre suas finalidades a comunicação social, conforme disposto na Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.

2007

A Casa Civil é reorganizada por meio do Decreto nº 22.890, de 02 de janeiro de 2007, mantendo a Assessoria de Comunicação Social em sua estrutura.

Por meio do Decreto nº 22.952, de 26 de fevereiro de 2007, a Assessoria de Comunicação Social, órgão desconcentrado, fica subordinada às normas de controle contábil e financeiro estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) e pelo Tribunal de Contas do Estado (PGE).

A Lei nº 8.623, de 11 de junho de 2007, cria a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM), como órgão integrante da Governadoria, com a finalidade de assessorar direta e indiretamente o Governador do Estado no planejamento, organização e controle da política de comunicação social do Poder Executivo.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos lotados na Assessoria de Comunicação Social da estrutura da Casa Civil ficam redistribuídos, com seus respectivos cargos, para a SECOM.

A SECOM é organizada por meio do Decreto nº 23.186, de 05 de julho de 2007, integrando em sua estrutura, na Secretaria-Adjunta da Comunicação Social,

as Unidades Gestoras de Imprensa, de Marketing e a de Radiodifusão.

2008

Por meio do Decreto nº 24.072, de 14 de maio de 2008, fica centralizado na SECOM o controle dos serviços de publicidade e propaganda institucionais das ações do Governo do Estado.

As publicidades dos avisos, editais, atas, balanços, comunicados e outras matérias similares dos órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, dar-se-á somente pela SECOM, por meio da Secretaria-Adjunta de Comunicação Social, a qual compete definir a quantificação e veiculação nos meios de comunicação.

As propostas relativas à propaganda envolvendo filmes, vídeos, cartazes, folders e outras peças promocionais serão encaminhadas à SECOM para fins de análise e autorização por parte da Gestão de Marketing, à qual cabe se manifestar sobre planos, propagandas e projetos.

2009

A SECOM é reorganizada por meio do Decreto nº 25.339, de 04 de maio de 2009, criando em sua estrutura a Secretaria-Adjunta de Marketing e a Unidade Gestora de Marketing.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, a SECOM passa a integrar na estrutura da administração direta, agrupada no Núcleo Institucional Estratégico da Governadoria. Esta Medida é convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

2011

A SECOM é reorganizada pelo Decreto nº 27.221, de 03 de janeiro de 2011, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

Fica centralizados na SECOM os procedimentos relativos à contratação de serviços de publicidade governamental, de assessoria de comunicação e imprensa que serão prestados para a divulgação das ações do Executivo, conforme disposto no Decreto nº 27.667, de 12 de setembro de 2011.

A Medida Provisória nº 113, de 07 de dezembro de 2011, acrescenta finalidade à SECOM. Esta Medida é convertida na Lei nº 9.570, de 28 de março de 2012.

2012

O Regimento da SECOM é aprovado por meio do Decreto nº 28.770, de 13 de dezembro de 2012.

10.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.688, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre reorganização do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.22.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.903, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre reorganização do Gabinete do Governador do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999.** Aprova o Regimento do Gabinete do Governador do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 203, de 22 de outubro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.605, de 26 de abril de 2002.** Altera o art. 4º do Decreto nº 16.977, de 11 de outubro de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2002, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.425, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.510, de 16 de abril de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 80, de 28 de abril de 2003, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.638, de 12 de junho de 2003.** Dispõe sobre procedimentos relativos aos serviços de publicidade e propaganda do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 117, de 20 de junho de 2003, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.740, de 16 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 25 de julho de 2003, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.895, de 24 de setembro de 2003.** Dispõe sobre procedimentos relativos aos serviços de publicidade e propaganda do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 194, de 7 de outubro de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.062, de 13 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 20 de novembro de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.715, de 28 de novembro de 2005.** Institui a desconcentração da Assessoria de Comunicação de Comunicação Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 228, de 28 de novembro de 2005, p.119.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.890, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1 de 2 de janeiro de 2007, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.952, de 26 de fevereiro de 2007.** Institui a desconcentração da Assessoria de Comunicação de Comunicação Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 41, de 28 de fevereiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.623, de 11 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 11 de junho de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.186, de 5 de julho de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 6 de julho de 2007, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.072, de 14 de maio de 2008.** Dispõe sobre procedimentos relativos aos serviços de publicidade e propaganda do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 15 de maio de 2008, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.339, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.221, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.667, de 12 de setembro de 2011.** Dispõe sobre procedimentos relativos à contratação de serviços de publicidade governamental, de assessoria de comunicação e imprensa pelo Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 176, de 12 de setembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 113, de 7 de setembro de 2011.** Dá nova redação ao art. 21 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 235, de 7 de dezembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.570, de 28 de março de 2012.** Dá nova redação ao art. 21 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 30 de março de 2012, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.770, de 13 de dezembro de 2012.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 241, de 13 de dezembro de 2012, p.15.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
CULTURA - SECMA**

11 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA

11.1 NATUREZA

Administração Direta.

11.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 934, de 31 de julho de 1953.

11.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECMA) tem por finalidade, planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida e estabelecer calendário integrado de eventos com secretarias afins, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

11.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro, os órgãos do Estado que compõe à administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) passa a integrar o grupo das Secretarias Programáticas e a ela compete o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política cultural do Estado, compreendendo a pesquisa histórica, a preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e documental.

Por meio da Portaria nº 147/95, de 06 de março de 1995, fica instituído o

Programa do Centro Cultural da Praia Grande com o objetivo de promover a revitalização do conjunto arquitetônico da Praia Grande.

O Decreto nº 14.424, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a SECMA mantendo o Conselho Estadual de Cultura em sua estrutura.

Passa a integrar a estrutura da SECMA a Coordenadoria de Museus e nesta as seguintes unidades administrativas o Museu Histórico de Alcântara e o Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Fica sobre a responsabilidade do Museu Histórico e Artístico do Maranhão os serviços administrativos da Cafua das Mercês, das Capelas Bom Jesus dos Navegantes e da Coluna, da Capela das Laranjeiras, da Igreja do Desterro, do Memorial Bandeira Tribuzzi, do Museu de Artes Sacras e Museu de Artes Visuais.

Passa a integrar a estrutura da SECMA a Coordenadoria do Patrimônio Cultural e o Departamento do Patrimônio Histórico e Paisagístico do Estado do Maranhão e como órgão Atípico o Teatro Artur Azevedo.

Mantém em sua estrutura o Espaço Cultural João do Vale, Centro de Criatividade Odylo Costa filho, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Escola de Música do Estado do Maranhão Professora Liliah Lisboa de Araújo, Arquivo Público do Estado do Maranhão e a Biblioteca Pública Benedito Leite.

A SECMA é reorganizada por meio do Decreto nº 14.854, de 30 de novembro de 1995 não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

1997

O Decreto nº 15.606, de 11 de junho de 1997, aprova o Regimento da SECMA.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SECMA e cria a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH).

A GDH passa fazer parte dos órgãos de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos, instalações, projetos, documentos e serviços ficam transferidos bem como servidores ficam redistribuídos com seus respectivos cargos efetivos da extinta SECMA são transferidos para GDH.

Vinculam-se à estrutura da GDH a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Fundação Nice Lobão e ficam mantidos o Conselho Estadual da Educação e o Fundo Estadual de Educação (FEE).

1999

O Decreto nº 16.678, de 04 de janeiro de 1999, organiza a GDH e o Teatro Arthur Azevedo, órgão desconcentrado, integra-se à sua estrutura.

São criadas na estrutura da GDH a Supervisão de FUNDESCOLA e a Gerência Adjunta para a Cultura com a competência de promover, formentar programas, projetos e atividades voltados para a área de cultura.

A Lei nº 7.379, de 07 de maio de 1999, cria a Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA), vinculando à GDH, e integra na sua estrutura, no nível de Execução Programática, a Diretoria do Patrimônio Cultural, a Biblioteca Pública

Benedito Leite, a Casa de Cultura Josué Montello, o Arquivo Público do Estado do Maranhão, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, a Escola de Música do Estado do Maranhão Professora Lillah Lisboa de Araújo, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, o Centro de Criatividade Odylo Costa filho, o Espaço Cultural João do Vale e o Fundo de Desenvolvimento Cultural.

A FUNCMA é organizada por meio do Decreto nº 16.805, de 13 de maio de 1999, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

A Lei nº 7.384, de 16 de junho de 1999, vincula a UEMA, a Fundação Nice Lobão e a FUNCMA à estrutura da GDH.

A GDH é reorganizada por meio do Decreto nº 16.894, de 21 de julho de 1999, mantendo em sua estrutura o Conselho Estadual de Educação, a Gerência Adjunta para Educação, a Gerência Adjunta para a Cultura e o Fundo Estadual de Educação.

O Decreto nº 17.096, de 10 de dezembro de 1999, reorganiza a GDH não tendo alteração em sua estrutura.

2000

O Regimento da GDH é aprovado pelo Decreto nº 17.154, de 23 de janeiro de 2000.

O Decreto nº 17.249, de 04 de abril de 2000, reorganiza a FUNCMA, órgão vinculado a GDH, não tendo alteração em sua estrutura.

A FUNCMA é reorganizada pelo Decreto nº 17.643, de 17 de novembro de 2000, criando em sua estrutura o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, com as Divisões de Paleontologia, de Arqueologia e de Etnologia e Museologia.

2001

O Decreto nº 18.194, de 28 de setembro de 2001, reorganiza a FUNCMA, criando o Centro de Artes Cênicas do Maranhão e integrando a estrutura deste o Teatro João do Vale.

O Decreto nº 18.459, de 26 de dezembro de 2001, altera o Decreto nº 18.194 de 28/09/2001, que reorganiza a FUNCMA e cria em sua estrutura a Morada das Artes e a Casa do Maranhão.

2002

Por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, a GDH passa a fazer parte dos órgãos de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.

Vinculam-se à GDH a Fundação Nice Lobão, Fundação de Cultura do Maranhão (FUNCMA) e a Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA).

Os bens, os direitos e obrigações referentes às atividades Desporto e Lazer ficam transferidos para GDH, assim como os servidores lotados na Gerência Adjunta passam a compor o Quadro de Pessoal da Fundação Estadual de Esportes do Maranhão para o Desporto e Lazer.

2003

A Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, cria a Gerência de Estado da Cultura (GESC), e extingue a FUNCMA e a FEEMA.

A GESC absorverá as atribuições e servidores lotados na FUNCMA.

À GESC compete a ação transformadora do processo cultural para o exercício da cidadania e desenvolvimento humano, com a democratização ao acesso

às ações culturais e à memória histórica, visando descentralizar as atividades culturais, através da municipalização da cultura, preservando e disseminando os valores culturais, patrimoniais, artísticos e paisagísticos do Estado do Maranhão, com o fim de estimular a produção cultural, valorizar e promover as manifestações artístico-culturais, além de outras competências a serem definidas em regulamento próprias.

Por meio Decreto nº 19.359, de 06 de fevereiro de 2003, é organizada a GESC criando a sua estrutura a Gerência Ajunta de Cultura e integrando a esta, todas as unidades administrativas do nível de execução programática da extinta FUNCMA.

Vinculam-se à estrutura da GESC, como órgão desconcentrado, o Teatro Arthur Azevedo e como órgão Atípico o Fundo de Desenvolvimento Cultural.

A GESC é organizada por meios dos Decretos nº 19.503, de 10 de abril de 2003 e o nº 19.703, de 08 de julho de 2003, não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

2004

A GESC é reorganizada por meio do Decreto nº 20.515, de 17 de maio de 2004, integrando em sua estrutura o Museu Histórico de Alcântara, o Teatro João do Vale e mantêm o Teatro Arthur Azevedo.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretaria de Estado.

O Decreto nº 20.668, de 23 de julho de 2004, organiza a SESC e integra em sua estrutura a Superintendência de Cultura Popular e a Superintendência de Ação e Difusão Cultural.

2005

O Decreto nº 21.055, de 28 de fevereiro de 2005, cria a Unidade Executora de Projeto (UEP), para coordenar e executar a implementação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural Urbano (Programa MONUMENTA) no município de Alcântara.

A Lei nº 8.319, de 12 de dezembro de 2005, institui o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Maranhão (SEGIC), com objetivo de consolidar as políticas e ações do Governo do Estado na área da Cultura.

Fica criado no âmbito do SEGIC o Subsistema de Incentivo à Cultura (SINC) e para sua operacionalização são criados a Secretaria Executiva do SINC-SESINC, a Comissão de Aprovação de Projetos (CAP), as Câmaras Técnicas de Especialização, Avaliação e Seleção de Projetos (CTAS).

O Conselho Estadual da Cultura (CONSEC) e o Museu da Imagem e do Som do Estado do Maranhão são criados na estrutura da SESC.

2006

Decreto nº 21.866, de 30 de janeiro de 2006, altera a sigla de SESC para SECMA.

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a SECMA passa a fazer parte dos Órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional com a finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura, bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de

hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida e estabelecer calendário integrado de eventos com demais secretarias afins.

Os servidores lotados na área de cultura das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões extintas são transferidos para a SECMA.

Fica mantido na SECMA o Conselho Estadual de Cultura.

2007

A SECMA é reorganizada pelo Decreto nº 22.913, de 02 de janeiro de 2007, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2008

O Regimento da SECMA é aprovado por meio do Decreto nº 23.823, de 10 de março de 2008.

A Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008, institui o Fundo de Desenvolvimento da Cultura do Maranhão (FUNDECMA) com finalidade de incentivar e estimular a cultura maranhense, integrando a estrutura da SECMA.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SECMA passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ficam mantidos na SECMA o Conselho Estadual de Cultura e o FUNDECMA.

2011

A SECMA é reorganizada por meio do Decreto nº 27.234, de 03 de janeiro de 2011, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2013

O Regimento do Conselho Estadual da Cultura é aprovado por meio do Decreto nº 29.346, de 09 de setembro de 2013.

11.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 6 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Portaria nº 147, de 6 de março de 1995.** Institui o Programa Centro Cultural da Praia Grande. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 4 de maio de 1995, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.424, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.854, de 30 de novembro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 7 de dezembro de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.606, de 11 de junho de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da

Cultura SECMA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.678, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.379, de 7 de maio de 1999.** Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 11 de maio de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.805, de 13 de maio de 1999.** Dispõe sobre a organização da Fundação Cultural do Maranhão. (FUNCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 21 de maio de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.384, de 16 de junho de 1999.** Modifica dispositivo da lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado. 119, de 23 de junho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.894, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Humano e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 4 de agosto de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.096, de 10 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 245, de 23 de dezembro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.154, de 23 de janeiro de 2000.** Aprova o Regimento da Gerência de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 26 de janeiro de 2000, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.249, de 4 de abril de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 6 de abril de 2000, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.643, de 17 de novembro de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Fundação Cultural do Maranhão (FUCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 223, de 21 de novembro de 2000, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.194, de 28 de setembro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização da Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 188, de 4 de outubro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.459, de 26 de dezembro de 2001.** Altera o Decreto nº 18.194, de 28 de setembro de 2001. Diário Oficial do Estado

do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 243 de 28 de dezembro de 2001, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734 de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.359, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Cultura (GESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 1999, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.503, de 10 de abril de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Cultura (GESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 17 de abril de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.703, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado da Cultura (GESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 16 de julho de 2003, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.515, de 17 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado da Cultura (GESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 17 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.668, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura (SESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.61.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.055, de 28 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a criação da Unidade Executora do Projeto pra coordenar e executar a implementação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Urbano (Programa MONUMENTA) no município de Alcântara, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 3 de março de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.319, de 12 de dezembro de 2005.** Institui o Sistema de Gestão e de incentivo à Cultura do Estado do Maranhão (SEGIC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 238, 12 de dezembro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.866, de 30 de janeiro de 2006.** Dispõe sobre a denominação da sigla da Secretaria de Estado da Cultura. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 1 de fevereiro de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.913, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1 de 2 de janeiro de 2007, p.139.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.823, de 10 de março de 2008.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 49, de 11 de março de 2008, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008.** Altera a consolida o Sistema de Gestão e Incentivo à Cultura do estado do Maranhão (SEGIC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 250, de 23 de dezembro de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.234, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.39.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.346, de 9 de setembro de 2013.** Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 9 de setembro de 2013, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO - SEDUC**

12 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

atribuições são transferidos para a SEDUC.

12.1 NATUREZA

Administração Direta.

Os servidores do extinto Fundo Estadual de Educação ficam redistribuídos para SEDUC. É criado o Fundo Estadual de Educação (FEE) na estrutura da SEDUC.

12.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

Fica mantido na estrutura da SEDUC o Conselho Estadual de Educação criado pela Lei nº 2.235, de 28 de dezembro de 1962.

12.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de educação básica, primando pela universalização do acesso à escola e pela melhoria da qualidade do ensino, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

A SEDUC tem como entidade vinculada a Fundação Nice Lobão.

A SEDUC é reorganizada por meio do Decreto nº 14.422, de 07 de fevereiro de 1995.

12.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

O Decreto nº 14.447, de 15 de fevereiro de 1995, regulamenta as atividades do FEE.

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, o Poder Executivo é estruturado e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) é agrupada como Secretaria Essencial.

1996

O Decreto nº 14.944, de 08 de março de 1996, regulamenta as atividades do Fundo Estadual de Educação.

As Secretarias Essenciais são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do Governo, relativas à agricultura, abastecimento e irrigação; educação em seus diferentes graus e níveis de funcionamento, pública e particular; promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgica e de proteção à saúde da população; garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdades do cidadão e defesa civil.

O Decreto nº 15.045, de 14 de maio de 1996, institui o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE).

1998

O Decreto nº 16.074, de 21 de janeiro de 1998, altera a nomenclatura de Centro de Ensino e Complexo Educacional, transforma o Centro de Ensino e Instituto de Educação em Centro de Referência para Formação do Magistério, na Secretaria de Estado da Educação.

Fica extinta a autarquia estadual Fundo Estadual de Educação (FEE), cujos bens, direitos e obrigações, finalidades e

Por meio da Lei nº 7.064, de 03 de fevereiro de 1998, ficam instituídos o Fundo Estadual de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social.

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SEEDUC e cria a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH), como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas com a competência de coordenar e controlar as ações relativas às áreas de educação, cultura, desporto e lazer.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da SEEDUC, ora extinta, ficam redistribuídos, com seus respectivos cargos para a GDH.

Ficam transferidos para a GDH os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços existentes na extinta SEEDUC.

A GDH tem como entidades vinculadas a Fundação Nice Lobão e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Ficam mantidos na GDH o Fundo Estadual de Educação (FEE) e o Conselho Estadual de Educação.

1999

Por meio do Decreto nº 16.678, de 04 de janeiro de 1999, é organizada a GDH, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

A Lei nº 7.379, de 07 de maio de 1999, cria a Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA) vinculada à GDH. A FUNCMA é organizada por meio do Decreto nº 16.805, de 13 de maio de 1999.

O Decreto nº 16.833, de 27 de maio de 1999, define competência e composição do Conselho Estadual de

Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

A Lei nº 7.384, de 16 de junho de 1999, mantém a vinculação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Fundação Nice Lobão e Fundação Cultural do Maranhão à GDH.

A GDH passa por 02 (duas) reorganizações por meio dos Decretos nº 16.894, de 21 de julho 1999 e nº 17.096, de 10 de dezembro de 1999, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2000

O Decreto nº 17.154, de 23 de janeiro de 2000, aprova o Regimento da GDH.

O Decreto nº 17.361, de 19 de junho de 2000, altera a competência e composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

A Lei nº 7.573, de 07 de dezembro de 2000, mantém a vinculação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)-autarquia estadual; a Fundação Nice Lobão-fundação pública estadual e a Fundação Cultural do Maranhão (FUNC/MA)-fundação pública estadual à GDH.

2002

O Decreto nº 18.475, de 07 de fevereiro de 2002, cria o Centro de Educação e Cidadania (CEDUC) que tem como objetivo proporcionar à população do Centro Histórico, oportunidades de natureza educativa nas dimensões social,

produtiva e cultural que contribuam para o exercício da cidadania.

Por meio do Decreto nº 18.477, de 07 de fevereiro de 2002, fica acrescentado à estrutura da GDH, o Centro de Educação e Cidadania.

A Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, mantém a GDH como o Órgão de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.

Ficam vinculados à GDH a Fundação Nice Lobão, Fundação Cultural do Maranhão (FUNC/MA) e a Fundação Estadual de Esportes (FEEMA).

Os bens, os direitos e as obrigações da GDH, referentes às atividades desporto e lazer e os servidores com lotação na Gerência Adjunta para o Desporto e Lazer, ficam transferidos para a Fundação Estadual de Esportes do Maranhão.

A GDH é reorganizada por meio do Decreto nº 18.602, de 25 de abril de 2002, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, fica extinta a Fundação Cultural do Maranhão (FUNC-MA), órgão vinculado a GDH. A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) passa a vincular-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC).

A Gerência de Desenvolvimento Humano é organizada por meio do Decreto nº 19.426, de 24 de fevereiro de 2003 e pelo Decreto nº 19.700, de 08 de julho de 2003, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

A Lei nº 7.878, de 08 de maio de 2003, define como competência da GDH coordenar e controlar as ações relativas à área de educação, além de outras atribuições a serem definidas em regulamentação própria.

2004

Fica alterada a competência da GDH, conforme a Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004, para coordenar e controlar as ações relativas à área de educação, além de executar as referidas ações nos Municípios de Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís e outras atribuições a serem definidas em regulamentação própria.

Os cargos de provimento efetivo, os cargos em comissão e as funções gratificadas, bem como seus respectivos ocupantes, da Unidade Gestora de Desenvolvimento Humano da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, ficam redistribuídos para a GDH.

Os bens e direitos da Unidade Gestora de Desenvolvimento Humano da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, extinta por esta Lei, ficam redistribuídos para a GDH.

Por meio do Decreto nº 20.504, de 12 de maio de 2004, é reorganizada a Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, e a GDH passa a denominar-se Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 20.666, de 23 de julho de 2004, organiza a SEDUC.

2005

O Decreto nº 21.462 de 06 de setembro de 2005, institui a Ouvidoria, destinada à melhoria da qualidade do atendimento aos usuários dos serviços públicos prestados pela Secretaria de Estado da Educação.

2006

A SEDUC é reorganizada por meio do Decreto nº 22.134, de 26 de maio de 2006.

Por meio da Lei nº 8.423, de 20 de junho de 2006, fica criado o Conselho de Educação Escolar Indigenista do Maranhão (CEEI/MA).

A Medida Provisória nº 011 de 28 de junho de 2006, convertida na Lei nº 286, de 29 de agosto de 2006, cria trezentos e sessenta e dois Centros de Ensino e autoriza a transformação dos atuais Complexos Educacionais de Ensino Fundamental e Médio (CEEFM) e os Centros de Ensino Médio (CEM) em Centros de Ensino.

O Decreto nº 22.367, de 21 de agosto de 2006, institui o Fórum Permanente de Educação do Estado do Maranhão e suas competências com função de caráter discursivo e propositivo pertinente às políticas e metas do sistema público educacional do Estado.

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a Secretaria de Estado da Educação passa a compor a estrutura do Poder Executivo como Órgão de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

A SEDUC tem como entidade vinculada a Fundação Nice Lobão.

Ficam mantidos na estrutura da SEDUC o Fundo Estadual de Educação (FEE), Conselho Estadual de Educação e o Conselho de Educação Escolar Indigenista do Maranhão.

2007

A SEDUC é reorganizada por meio do Decreto nº 22.905, de 02 de janeiro de 2007, não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

Por meio da Medida Provisória nº 19 de 23 de fevereiro de 2007, convertida na Lei nº 8.606, de 10 de maio de 2007, é criado o Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Provação e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A Lei nº 8.720, de 29 de novembro de 2007, define a composição, estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação do Maranhão.

2008

A Lei nº 8.777, de 25 de abril de 2008, cria os Centros de Ensino e Funções Gratificadas para a Secretaria de Estado da Educação.

O Decreto nº 24.390, de 1º de agosto de 2008, aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação (CEE).

O Decreto nº 24.490, de 28 de agosto de 2008, altera dispositivo do Regimento Interno do CEE.

Fica criado o Programa de Implantação e Desenvolvimento de Centros Experimentais de Ensino Médio por meio da Lei nº 8.907, de 16 de dezembro de 2008, que tem com finalidade planejar e executar ações

educacionais focadas em conteúdo, método e gestão, direcionadas para a melhoria da oferta e qualidade do ensino médio na rede pública do Estado, segundo princípios da co-responsabilidade e co-participação, envolvendo Estado, empresários, entidades civis e comunidade.

Ficam criados, na estrutura da SEDUC, o Centro Experimental de Ensino Médio Colégio Maranhense Marcelino Champagnat e a Unidade Gestora do Programa de Implantação e Desenvolvimento de Centros Experimentais de Ensino Médio com os respectivos cargos, que tem por finalidade conceber, planejar, executar e avaliar as ações pedagógicas e administrativo-financeiras dos Centros Experimentais de Ensino Médio.

2011

A Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo.

A SEDUC integra o Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Fica alterada a finalidade da SEDUC.

A SEDUC mantém como entidade vinculada a Fundação Nice Lobão. Ficam mantidos o Fundo Estadual de Educação e os Conselhos Estadual de Educação e de Educação Escolar Indigenista do Maranhão.

A Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, cria a Fundação da Memória Republicana Brasileira, ficando vinculada à SEDUC.

Por meio da Lei nº 9.520, de 20 de dezembro de 2011, a SEDUC passa a compor o Conselho Curador da Fundação da Memória Republicana Brasileira.

2013

A Lei nº 9.812, de 06 de maio de 2013, altera a composição do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização de do FUNDEB.

12.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.422, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.447, de 15 de fevereiro de 1995.** Regulamenta as atividades do Fundo Estadual de Educação. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 36, de 20 de fevereiro de 1995, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.944, de 8 de março de 1996.** Dispõe sobre a regulamentação das atividades do Fundo Estadual de Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 14 de março de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.045, de 14 de maio de 1996.** Institui o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 96, de 17 de maio de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.074, de 21 de janeiro de 1998.** Altera nomenclatura de Centro de Ensino e Complexo Educacional, transforma Centro de Ensino e Instituto de Educação em Centro de Referência para Formação do Magistério, na Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 53, de 18 de março de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.064, de 3 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e constituição do respectivo Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 10 de fevereiro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.678, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.379, de 7 de maio de 1999.** Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Maranhão (FUCMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 11 de maio de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.805, de 13 de maio de 1999.** Dispõe sobre a organização da Fundação Cultural do Maranhão (FUCMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 21 de maio de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.833, de 27 de maio de 1999.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.26.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.384, de 16 de junho de 1999.** Modifica dispositivos da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 23 de junho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.894, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 4 de agosto de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.096, de 10 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 245, de 23 de dezembro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.154, de 23 de janeiro de 2000.** Aprova o Regimento da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 26 de janeiro de 2000, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.361, de 19 de junho de 2000.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 122, de 26 de junho de 2000, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.573, de 7 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 246, de 22 de dezembro de 2000, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.475, de 7 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre a criação do Centro de Educação e Cidadania (CEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.477, de 7 de fevereiro de 2002.** Altera o Decreto nº 17.096, de 10 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 31, de 14 de fevereiro de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.602, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3 e Republicada por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.426, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.700, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 16 de julho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.878, de 8 de maio de 2003.** Altera dispositivos das Leis nºs 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 8 de maio de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004.** Extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 6 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.504, de 12 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 31 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.666, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.47.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.462, de 6 de setembro de 2005.** Institui a Ouvidoria no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 182, de 20 de setembro de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.134, de 26 de maio de 2006.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 26 de maio de 2006, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.423, de 20 de junho de 2006.** Cria o Conselho de Educação Escolar Indigenista do Maranhão (CEEI/MA), dispõe sobre sua competência e composição, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 22 de junho de 2006, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.367, de 21 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a instituição do Fórum Permanente de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 162, de 22 de agosto de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 11 de 28 de junho de 2006.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 125, de 30 de junho de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 286, de 29 de agosto de 2006.** Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Dispõe sobre autorização para criação de Centros de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 1 de setembro de 2006, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.55,9 de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.905 de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.28.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 19, de 23 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 39, de 26 de fevereiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.606, de 10 de maio de 2007.** Dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 91, de 11 de maio de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.720, de 29 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a composição, estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 230, de 29 de novembro de 2007, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.777, de 25 de abril de 2008.** Dispõe sobre a criação de Centros de Ensino e Funções Gratificadas para a Secretaria de Estado

da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 80, de 25 de abril de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.390, de 1 de agosto de 2008.** Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 1 de agosto de 2008, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.490, de 28 de agosto de 2008.** Altera dispositivo do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação, aprovado pelo Decreto nº 24.390, de 1 de agosto de 2008. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 167, de 28 de agosto de 2008, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.907, de 16 de dezembro de 2008.** Cria o Programa de Implantação e Desenvolvimento de Centros Experimentais de Ensino Médio, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 18 de dezembro de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011.** Dispõe sobre a criação de fundação pública, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 204, de 21 de outubro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.520, de 20 de dezembro de 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 244, de 20 de dezembro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.812, de 6 de maio de 2013.** Dá nova redação ao art.3º da Lei nº 8.606, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do FUNDEB e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 6 de maio de 2013, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
FAZENDA - SEFAZ**

13 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

13.1 NATUREZA

Administração Direta.

13.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei de 04 de outubro de 1831.

13.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ) tem por finalidade assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária; realizar a administração fazendária; dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado, conforme disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

13.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Sistêmicas são órgãos formuladores e normatizadores de ações de desenvolvimento, capacitação de recursos humanos, material e patrimônio e modernização administrativa; planejamento estratégico e orçamento público; fiscalização e administração tributária, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)

constituída por meio dessa Lei passa a integrar-se ao grupo das Secretarias Sistêmicas.

A SEFAZ é reorganizada por meio do Decreto nº 14.434, de 07 de fevereiro de 1995, integrando-se na estrutura organizacional, no nível da Administração Superior, o Conselho de Recursos Fiscais (CONREF), instituído por meio do Decreto nº 10.853, de 12 de setembro de 1988, com a finalidade do julgamento, em segunda e última instância dos processos administrativos fiscais.

É criada na estrutura da SEFAZ, no nível de Execução Programática, a Superintendência de Administração Tributária com 5 Coordenadorias, a de Arrecadação, de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, de Tributação, a de Processos Fiscais e de Fiscalização de Estabelecimentos.

É criada a Superintendência de Administração Financeira com a Coordenadoria de Tesouro e a Contadoria Geral do Estado.

Com a reorganização da SEFAZ, é criado o Centro de Treinamento da Administração Fazendária e são extintas as Exatorias. Ficam as Diretorias Regionais da Fazenda composta por Diretorias Tributárias, Postos Fiscais Especiais e Postos Fiscais. As Diretorias Regionais tem sede nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Caxias, Bacabal, Santa Inês e Presidente Dutra.

No nível de Atuação Complementar a Entidade da Administração Indireta vinculada é o Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM).

1996

A SEFAZ é reestruturada, por meio do Decreto nº 14.984, de 03 de abril de 1996. É extinta, no nível de Assessoramento a Inspetoria Fazendária e é criada a Inspetoria para Assuntos Jurídico-Fazendários.

É criada no nível de Ação Regional a Delegacia da Receita Estadual com a subordinação da Subdelegacia para Assuntos de Arrecadação, da Subdelegacia para Assuntos de Fiscalização e Tributação, da Subdelegacia para Assuntos Administrativos, da Diretoria da Receita Estadual, do Posto Fiscal Especial e do Posto Fiscal.

As Delegacias da Receita Estadual tem sede nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Caxias, Bacabal, Santa Inês e Presidente Dutra e as Diretorias da Receita Estadual, tem sede nos municípios de Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Timon, Pinheiros e São João dos Patos.

1997

A SEFAZ é reorganizada, por meio do Decreto nº 15.410, de 27 de fevereiro de 1997, extinguindo no nível de Assessoramento a Inspetoria para Assuntos Jurídicos-Fazendários.

É extinta a Coordenadoria do Tesouro e criada a Superintendência do Tesouro Estadual no nível de Execução Programática. Subordinados a esta Superintendência são criadas a Coordenadoria de Execução Financeira, a Coordenadoria de Valores e da Dívida Pública e o Núcleo de Convênios, sendo mantida a Contadoria Geral do Estado.

É criada na estrutura da SEFAZ a Delegacia do Comércio Exterior e da

Substituição Tributária, subordinado tecnicamente à Superintendência de Administração Tributária.

No nível de Atuação Complementar a Entidade da Administração Indireta o Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM) é mantido como órgão vinculado.

O Regimento da SEFAZ é aprovado por meio do Decreto nº 15.567, de 13 de maio de 1997.

1998

O Decreto nº 16.338, de 31 de julho de 1998, reorganiza a SEFAZ não tendo alteração na sua estrutura administrativa.

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, a SEFAZ é extinta e é criada a Gerência da Receita Estadual (GERE), passando a fazer parte dos órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

Fica mantido na estrutura da GERE o Conselho de Recursos Fiscais (CONREF).

Os servidores da extinta SEFAZ ficam redistribuídos, com os respectivos cargos efetivos para a GERE e para a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Vincula-se a GERE a sociedade de economia mista, Maranhão Investimentos S.A (MISA), com a finalidade de gerar recursos para o Tesouro do Estado, destinados a investimentos no território maranhense.

1999

O Decreto nº 16.685, de 04 de janeiro de 1999, organiza a GERE,

criando na sua estrutura a Supervisão de Treinamento da Receita Estadual.

Também, é criada na estrutura da GERE a Secretaria Adjunta da Receita Estadual com a subordinação das Subgerências de Fiscalização, de Arrecadação, de Tributação, de Processos Fiscais e de Informações Econômico-Fiscais.

O Decreto nº 16.840, de 08 de junho de 1999, reorganiza a GERE mantendo em sua estrutura o Conselho de Recursos Fiscais (CONREF) e a vinculação da entidade MISA.

São criadas as Agências da Receita Estadual vinculadas às Delegacias da Receita Estadual e tem sede nos municípios de Itapecuru-Mirim, Rosário, Viana e Zé Doca.

O Programa de Educação Tributária para Cidadania é instituído por meio do Decreto nº 16.847, de 16 de junho de 1999. O Programa será implantado na rede oficial de ensino e terá como coordenadores e executores a Gerência de Desenvolvimento Humano e a GERE.

O Decreto nº 16.895, de 21 de julho de 1999, aprova o Regimento da GERE.

2000

O Código de Ética e Disciplina do Servidor do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) da GERE, é instituído pela Lei nº 7.570, de 07 de dezembro de 2000. O Código tem por objetivo indicar os princípios, valores e normas de conduta que devem inspirar e orientar o exercício da função pública estadual, regulando relações com os servidores, com os contribuintes, com a administração pública estadual e com a

sociedade. Por meio dessa mesma Lei, é criado o Conselho de Ética da GERE, como um órgão colegiado, paritário e de representação dos seus servidores.

A Lei nº 7.581, de 18 de dezembro de 2000, reforma e reorganiza a GERE, criando na sua estrutura o nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial, representado por entidade da administração indireta MISA.

O Conselho de Recursos Fiscais (CONREF) passa a denominar-se Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e fica instituída a Câmara de Planejamento e Política Tributária.

2001

Com a reorganização da GERE, por meio do Decreto nº 17.756, de 19 de janeiro de 2001, permanece em sua estrutura o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e a Câmara de Planejamento e Política Tributária e como entidade vinculada Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA). A GERE passa a adotar a estrutura celular.

O Regimento da GERE é aprovado por meio do Decreto nº 17.837, de 28 de março de 2001, tendo por missão assegurar o ingresso de receitas devidas com justiça, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado.

2002

Por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, a JUCEMA deixa de fazer parte da estrutura da GERE passando a vincular-se à Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico (GEDE).

Fica instituído no âmbito do Estado do Maranhão, por meio do Decreto nº 18.899, de 13 de agosto de 2002, o

serviço de Loteria Estadual com o objetivo de gerar recursos financeiros destinados ao apoio das atividades de esportes e lazer, bem como de obras de interesse social e, cabendo a GERE a fiscalização do cumprimento dos termos ajustados neste Decreto.

2003

A GERE permanece compondo os órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional, conforme disposto na Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

É aprovado o Regimento Interno do Conselho de Ética (CONSETI) da GERE, por meio da Portaria nº 0531, de 04 de dezembro de 2003, como órgão colegiado e paritário, que compõe a estrutura administrativa da Corregedoria, no nível de Assessoramento e de representação dos servidores do fisco estadual.

2004

A Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004, cria o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT), vinculado à estrutura da GERE, com o objetivo de dar continuidade ao programa de modernização implementado com recursos do Programa Nacional de Apoio às Administrações Fiscais para os Estados Brasileiros (PNAFE). A GERE criará no prazo de 60 dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Conselho Gestor do FUNAT.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

A GERE passa a denominar-se Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) que absorverá as atribuições e os

servidores e as atribuições lotadas na Subgerência do Tesouro e na Subgerência da Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão são absorvidos pela SEFAZ.

Os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, referentes às atividades do Tesouro e da Contadoria Geral, ficam transferidas para a SEFAZ.

O Decreto nº 20.662, de 23 de julho de 2004, organiza a SEFAZ criando no Nível de Execução Instrumental, subordinados à Célula de Gestão de Pessoas e Administração o Corpo Técnico para Teologia da Informação e o Corpo Técnico para Desenvolvimento de Recursos Humanos. A Assessoria de Desenvolvimento Técnico passa a denominar-se Assessoria de Gestão de Projetos.

2006

São criados Postos Fiscais e Postos Fiscais Especiais na estrutura da SEFAZ por meio do Decreto nº 22.798, de 11 de dezembro de 2006.

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a SEFAZ passa a integrar-se no grupo dos órgãos da administração direta, como órgão de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional.

A SEFAZ tem por finalidade assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária, realizando a administração fazendária; dirigindo, orientando e coordenando as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e

controle dos tributos e demais rendas do Estado.

2007

A SEFAZ é reorganizada por meio do Decreto nº 22.904, de 02 de janeiro de 2007, criando em sua estrutura, no nível de Administração Superior, a Unidade de Pesquisa e Investigação e mantém no nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial, como órgão Atípico, o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT).

2008

A Portaria nº 0355, de 21 de julho de 2008, aprova o Regimento Interno do Conselho de Ética da SEFAZ.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 28 de fevereiro de 2011, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SEFAZ passa agrupar-se no Núcleo Institucional Estratégico de Gestão Instrumental e Desenvolvimento Institucional.

O FUNAT fica mantido na estrutura da SEFAZ.

2011

O Decreto nº 27.238, de 17 de janeiro de 2011, reorganiza a SEFAZ, criando na sua estrutura a Comissão Setorial de Licitação e, a Unidade de Pesquisa e Investigação, criada em 2007, passa a fazer parte da Unidade de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado.

Na estrutura da SEFAZ, na Unidade de Atuação Programática, é criada a Secretaria-Adjunta da Administração Tributária.

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, composto pela primeira e segunda instâncias de julgamento, conta com uma Unidade de Apoio Técnico e Normativo e uma Unidade de Apoio Administrativo.

13.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.434, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.984, de 3 de abril de 1996.** Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 69, de 9 de abril de 1996, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.410, de 27 de fevereiro de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 5 de março de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.567, de 13 de maio de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 94, de 19 de maio de 1997, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.338, de 31 de julho de 1998.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1998, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.685, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência da Receita Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.840, de 8 de junho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado da Receita Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 113, de 15 de junho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.847, de 16 de junho de 1999.** Institui o Programa de Educação Tributária para a Cidadania a ser implantada na rede oficial de ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 23 de junho de 1999, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.895, de 21 de julho de 1999.** Aprova Regimento da Gerência da Receita

Estadual, e dá outras providências. DOE nº153, de 11 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.570, de 7 de dezembro de 2000.** Institui o Código de Ética e Disciplina do Servidor do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) da Gerência de Estado da Receita Estadual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 246, de 22 de dezembro de 2000, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.581, de 18 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização da Receita Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 250, de 29 de dezembro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.756, de 19 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização Gerência de Estado da Receita Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 19, de 26 de janeiro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.837, de 28 de março de 2001.** Aprova o Regimento da Gerência de Estado da Receita Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 30 de março de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.899, de 13 de agosto de 2002.** Regulamenta o Art. 14 de Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 19 de agosto de 2002, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Portaria nº 531, de 4 de dezembro de 2003.** Aprova o Regimento Interno do Conselho de Ética da Gerência de Estado da Receita Estadual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 246, de 18 de dezembro de 2003, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004.** Cria o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 96, de 19 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.662, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 18 de outubro de 2004, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.798, de 11 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a criação de Postos Fiscais na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 238, de 12 de dezembro de 2006, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.904, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Portaria nº 355/GABIN, de 21 de julho de 2008.** Aprova o Regimento Interno do Conselho de Ética da Secretaria de Estado da Fazenda. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 19 de agosto de 2008, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.238, de 17 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 11, de 17 de janeiro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
GESTÃO E PREVIDÊNCIA -
SEGEP**

14. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA - SEGEP

14.1 NATUREZA

Administração Direta.

14.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 649, de 26 de setembro de 1942.

14.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA (SEGEP) tem por finalidade planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública, abrangendo: recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência e seguridade dos servidores públicos estaduais e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência, conforme o disposto na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012.

14.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Sistêmicas são órgãos formuladores e normatizadores de ações de desenvolvimento, capacitação de recursos humanos, material e patrimônio e modernização administrativa; planejamento estratégico e orçamento público; fiscalização e administração tributária, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional.

A Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência (SEARHP) passa a integrar o grupo das Secretarias Sistêmicas.

Vinculam-se à SEARHP a Empresa de Processamento de Dados do Maranhão S.A (PRODAMAR), o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Maranhão (IDRH), o Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (IPEM) e o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão (SIOGE).

O Decreto nº 14.486, de 22 de março de 1995, disciplina as atividades do Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado (FDP) e tem como um dos objetivos, promover o desenvolvimento de pesquisa que visem o aperfeiçoamento tecnológico e a absorção de conhecimento na área de pessoal.

1996

Por meio do Decreto nº 14.992, de 12 de abril de 1996, a SEARHP é reorganizada, criando em sua estrutura a Coordenadoria de Serviços Médicos, o Arquivo Central, a Central de Informações, o Malote Oficial e a Secretaria Executiva da QUAPLAM. Integram ainda sua estrutura a Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão e o Fundo de Desenvolvimento de Pessoal do Estado (FDP) e mantém como órgãos vinculados a PRODAMAR, o IDRH, o IPEM e o SIOGE.

Por meio do Decreto nº 15.038, de 08 de maio de 1996, é reorganizada e regulamentada a Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão, órgão desconcentrado, instituído sob regime especial de autonomia relativa, integrante na estrutura da SEARHP.

1997

Por meio do Decreto nº 15.408, de 26 de fevereiro de 1997, a SEARHP é reorganizada, deixando de existir na sua estrutura a Central de Informações e foi criada a Central de Documentação.

O Regimento da SEARHP é aprovado pelo Decreto nº 15.608, de 11 de junho de 1997.

O Decreto nº 15.611, de 13 de junho de 1997, acrescenta no nível de Atuação Complementar da SEARHP, como órgão Atípico o Shopping do Cidadão.

Por meio da Lei Complementar nº 035, de 12 de setembro de 1997, é instituído o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), com a finalidade de garantir a Aposentadoria e Complementação de Pensão de servidores inativos e pensionistas asseguradas nos termos dos art. 193 e 201 da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 e custear Programas Sociais e Projetos Financiamento à Moradia Própria a servidores públicos estáveis, civis e militares e os inativos contribuintes do instituto de Previdência do Estado do Maranhão (IPEM).

O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria instituído pela Lei nº 035, de 12 de setembro de 1997, passa a denominar-se Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONSUP), órgão consultivo deliberativo e de supervisão superior, com a finalidade de estabelecer as diretrizes gerais e os programas de investimentos e recursos do FEPA.

Por meio do Decreto nº 15.917 de 05 de novembro de 1997, é aprovado o Regimento do SIOGE, órgão de natureza

autárquica com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, vinculado a SEARHP, tem por missão básica editar o Diário Oficial.

O Decreto nº 15.924, de 05 de novembro de 1997, aprova o Regimento do IPEM, órgão de natureza autárquica, com autonomia administrativa e financeira, reorganizado pelo Decreto nº 14.579, de 02 de junho de 1995, vinculado a SEARHP, e tem por missão básica realizar as funções de seguridade, previdência e assistência aos seus segurados e aos seus dependentes de acordo com a Lei Delegada nº 131 de 23 de novembro de 1977.

1998

O Decreto nº 16.123, de 25 de março de 1998, disciplina a operacionalização do Sistema Estadual de Recursos Humanos por meio informatizados da SEARHP.

Por meio do Decreto nº 16.191, de 14 de maio de 1998, é instituído como órgão desconcentrado sob regime de autonomia relativa o Shopping do Cidadão, integrante da estrutura da SEARHP, com a finalidade básica de fortalecer o exercício da cidadania, facilitando o acesso da comunidade a ações de qualidade na prestação de serviços públicos.

O Decreto nº 16.305, de 06 de julho de 1998, institui o Sistema Informatizado do Diário Oficial.

A Lei 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SEARHP, o SIOGE, o IPEM e o IDRH e cria a Gerência de Administração e Modernização (GEMOR), órgão de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

A Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) fica vinculada a GEMOR, que absorverá dos órgãos extintos, acima citados, os bens patrimoniais, os móveis, os equipamentos, as instalações, os projetos, documentos e serviços e bem como os servidores com seus respectivos cargos efetivos.

Fica mantido na GEMOR o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA).

A Lei Complementar nº 040, de 29 de dezembro de 1998, reorganiza o FEPA, órgão Atípico da GEMOR.

O Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual é reorganizado pela Lei nº 7.357, de 29 de dezembro de 1998.

1999

Por meio da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, o Fundo de Benefícios dos Servidores Estado do Maranhão (FUBEN) é instituído com a finalidade de prover recursos para pagamento dos benefícios de auxílio-natalidade, auxílio-funeral, assistência à saúde, ao segurados oriundos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Estado; aplicar recursos provenientes das contribuições e transferências do Estado, das contribuições dos seus segurados e de outras receitas.

O Decreto nº 16.860, de 30 de junho de 1999, reorganiza a GEMOR, extinguindo da sua estrutura a Secretaria Executiva do QUAPLAM, e mantendo o CONSUP e o FEPA, o Hospital dos Servidores do Estado, o Shopping do Cidadão, a Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão e vinculada EMARHP.

Decreto nº 16.911, de 05 de agosto de 1999, aprova o Regimento da GEMOR.

2000

Por meio do Decreto nº 17.358, de 15 de junho de 2000, é aprovado o Regulamento da Escola de Governo do Maranhão (EGMA).

Por meio do Decreto nº 17.456, de 08 de agosto de 2000, fica disciplinado a operacionalização do Sistema Estadual de Recursos Humanos por meio informatizado.

2001

O Decreto nº 17.751, de 09 de janeiro de 2001, reorganiza a GEMOR não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

O Shopping do Cidadão, órgão desconcentrado da GEMOR, passa a denomina-se Viva Cidadão por meio do Decreto nº 17.972, de 25 de maio de 2001.

2002

A Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, cria a Gerência de Planejamento e Gestão (GEPLAN) e extingue a GEMOR.

Por meio desta Lei, passam a ser vinculadas à GEPLAN a EMARHP e a UEMA. Passam a fazer parte da estrutura organizacional o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Por meio desta Lei o FEPA, o FUBEN e o FAPEM passam a ser geridos pela GEPLAN.

Os bens patrimoniais, os móveis, os equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços, bem como os servidores com seus respectivos cargos

efetivos da extinta GEMOR são transferidos para GEPLAN.

As atividades da extinta GEMOR relativas à previdência social e os serviços assistenciais dos servidores públicos; a administração de materiais e patrimônio; organização, sistemas e métodos; modernização administrativa; gestão de informações, de tecnologia da informação e administração de dados é transferida para a GEPLAN.

Por meio do Decreto nº 18.603, de 25 de abril de 2002, a GEPLAN é organizada, sendo acrescida em sua estrutura, no nível de Administração Superior, o CONSUP, o FEPA e o FUBEN; no nível de Assessoramento a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas e no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Seguridade. A Subgerência de Tecnologia e Informação passa a ter subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Gestão.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e a UEMA; como órgão desconcentrado o Viva Cidadão; e como órgão Atípico a FAPEM.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, ocorre a reorganização Administrativa do Estado e a GEPLAN passa a denominar-se Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

Por meio desta Lei, é criada a Gerência de Estado da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC) que absorverá as atribuições e os servidores lotados na Subgerência da

Ciência e Tecnologia da Gerência de Estado do Planejamento e Gestão.

É autorizada a criação do Instituto de Estudos e Análises Socioeconômicas do Maranhão (IEASE), vinculado à GEPLAN, por meio desta Lei.

O FUBEM passa a ser gerido pela GEPLAN e a UEMA fica vinculada a Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC).

A Lei Complementar nº 059 de 31 de janeiro de 2003, reorganiza o FEPA, vinculado a GEPLAN.

A Lei nº 7.846, de 31 de janeiro de 2003, altera e revoga dispositivos da legislação que institui o FUBEN, vinculado a GEPLAN.

É criado o IEASE, por meio da Lei nº 7.849, de 31 de janeiro de 2003, autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculado a GEPLAN.

Em 03 de março de 2003, pelo Decreto nº 19.441 é reorganizada a GEPLAN, sendo acrescentada ao nível de Execução Instrumental Gestora de Atividades Meio e o nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Coordenação. A Controladoria de Pessoal, a Escola de Governo do Maranhão e a Unidade Gestora de Tecnologia Informação passa ter subordinação hierárquica ao Secretário de Estado.

A GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e o IEASE.

O Decreto nº 19.654, de 20 de junho de 2003, cria o Sistema Estadual de

Planejamento, Orçamento e Coordenação (SEPOC), com objetivo de gerenciar o conjunto de métodos, processos e rotinas de trabalho que darão sustentação às atividades de planejamento, orçamento, coordenação e avaliação de programas e ações componentes do Plano plurianual (PPA) e será coordenado pela GEPLAN.

Por meio do Decreto nº 19.704, de 08 de julho de 2003, a GEPLAN é organizada e a Controladoria de Pessoal e a Escola do Governo passam a compor a estrutura da Gerência Adjunta de Gestão.

A GEPLAN tem como entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e o IEASE.

A Lei nº 8.045, de 19 de dezembro de 2003, modifica, revoga e altera o dispositivo da legislação que institui FUBEN, vinculado a GEPLAN.

Por meio da Lei nº 8.046, de 19 de dezembro de 2003, é alterado o dispositivo que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual.

2004

A Lei Complementar nº 073, de 04 de fevereiro de 2004, reorganiza o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual, que visa assegurar o direito relativo à previdência social, à saúde e assistência social e de seus segurados ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, compreendendo o conjunto de benefícios e serviços.

O FEPA e o FUNBEN são geridos segundo normas e diretrizes pelo CONSUP.

O Decreto nº 20.282, de 17 de fevereiro de 2004, altera o Decreto de

reorganização da GEPLAN, acrescentando no nível de Execução Programática a Prefeitura dos Centros Administrativos.

Por meio do Decreto nº 20.503, de 10 de maio de 2004, a estrutura organizacional da GEPLAN é reorganizada extinguindo a Gerência Adjunta de Coordenação e dando nova denominação a Gerência Adjunta de Planejamento e Avaliação.

A GEPLAN tem como Entidades de Administração indireta a EMARHP e o IEASE.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

Por meio desta Lei a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) absorverá as atribuições e os servidores lotados na Subgerência do Tesouro e na Subgerência da Contadoria Geral da SEPLAN. Os bens, os direitos e as obrigações da SEPLAN, referentes às atividades do Tesouro e da Contadoria Geral ficam transferidos para SEFAZ.

Por meio desta Lei fica extinto o IEASE transferindo seus bens, direitos, obrigações e os servidores para a SEPLAN.

Por meio de Decreto nº 20.659, de 23 de julho de 2004, a SEPLAN é organizada, sendo alteradas as denominações das Gerências Adjuntas para Secretarias Adjuntas e de Subgerências Adjuntas para Superintendências.

A SEPLAN passa a ter como Entidade da Administração Indireta vinculada a EMARHP.

2005

Por meio do Decreto nº 21.218, de 17 de maio de 2005, fica instituída a Unidade de Coordenação Estadual (UCE) que fará a administração, execução, fiscalização, controle e avaliação do Programa nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) no Estado do Maranhão, subordinada diretamente ao Secretário da SEPLAN.

A Lei nº 8.334, de 23 de dezembro de 2005, altera dispositivos da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza e cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social.

O Fundo Maranhense de Combate à Pobreza será gerido pela SEPLAN segundo programação estabelecida pelo comitê de Políticas de Inclusão Social.

O Comitê de Políticas de Inclusão Social será presidido pelo Secretário da SEPLAN.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, cria a Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS).

A SEAPS absorverá as competências relativas às áreas de gestão, seguridade social dos servidores e da Prefeitura dos Centros Administrativos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os servidores da SEPLAN lotados nas Secretarias Adjuntas de Gestão, Seguridade Social e na Prefeitura dos Centros Administrativos são transferidos para a SEAPS.

Fica vinculado na estrutura da SEAPS a EMARHP e mantidos o FEPA e o FUBEN.

Ficam transferidos para a SEAPS os bens, os direitos e as obrigações das áreas da Gerência de Articulação e Desenvolvimento das Regiões que não foram objeto do art.10 da Lei nº 8.559 de 28, de dezembro de 2006.

2007

O Decreto nº 22.902, de 02 de janeiro de 2007, organiza a SEAPS, acrescentando em sua estrutura na Prefeitura do Centro Administrativo, a Supervisão de Manutenção Civil e como órgão desconcentrado o Viva Cidadão.

O Decreto nº 22.945, de 12 de fevereiro de 2007, reorganiza a SEAPS, acrescentando em sua estrutura na Prefeitura do Centro Administrativo as Supervisões de Programação Visual e a de Projetos.

Fica aprovado o Regimento da SEAPS pelo Decreto nº 23.315, de 09 de agosto de 2007.

2008

A estrutura da SEAPS é alterada por meio do Decreto nº 23.927, de 22 de abril de 2008, passando a integrar em sua estrutura o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.

2009

A SEAPS é reorganizada pelo Decreto nº 25.353, de 07 de maio de 2009, criando em sua estrutura a Unidade de Gestão do Diário Oficial.

O Decreto nº 25.356, de 20 de maio de 2009, institui como órgãos desconcentrados, o Hospital Carlos

Macieira e a Escola de Governo do Maranhão, órgãos integrantes da estrutura da SEAPS.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, extingue a SEAPS.

São transferidas para a SEPLAN as atividades da extinta SEAPS, referentes à gestão de recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência, bem como seus servidores com seus cargos efetivos, os bens patrimoniais, os direitos e as obrigações.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento passa denominar-se Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN).

O FUNBEM, o FEPA e o CONSUP passam a ser vinculados à SEPLAN.

2011

O Decreto nº 27.219, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SEPLAN, acrescentando na sua estrutura organizacional o Subsecretário, Assessoria dos Sistemas Institucionais, Comissão Setorial de Licitação, Prefeitura dos Centros Administrativos, Unidades Gestoras, Secretaria-Ajunta de Gestão e Modernização e Patrimônio (SAMOP), Secretaria-Adjunta de Gestão de Pessoas (SAGEP) e Secretaria-Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais (SASEG), e como órgãos vinculados o FEPA e o FUBEN.

A SEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IMESC e a EMARHP.

Por meio da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, ocorre a Reforma Administrativa no Poder Executivo.

2012

A Medida Provisória nº 125, de 03 de maio de 2012, convertida na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP).

Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) para Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

Ficam transferidos da SEPLAN os bens, os direitos e as obrigações da Prefeitura do Centro Administrativo, da Escola de Governo do Maranhão e das Secretarias-Adjuntas de Gestão e Modernização e Patrimônio, de Gestão de Pessoas e de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais para a SEGEP.

Ficam incluídos na estrutura da SEGEP o FEPA, o FUBEN e o CONSUP.

A SEGEP tem como Entidade vinculada a EMARHP.

A SEGEP é reorganizada pelo Decreto nº 28.187, de 18 de maio de 2012, são transferidos da SEPLAN as Unidades Administrativas específicas para criação da SEGEP e acrescentada na estrutura ao nível de Unidade de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado a Ouvidoria do Servidor.

Por meio do Decreto nº 28.769, de 18 de maio de 2012, integra-se na SEGEP a Assessoria de Projetos.

O Regimento da SEGE é aprovado pelo Decreto nº 28.772, de 13 de dezembro de 2012.

14.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.486, de 22 de março de 1995**. Disciplina as atividades do Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado (FDP), instituído pela Lei Delegada nº 169 de 5 de julho de 1984, de 5 de julho de 1984, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 60, de 27 de março de 1995, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.992, de 12 de abril de 1996**. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 76, de 18 de abril de 1996, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.038, de 8 de maio de 1996**. Dispõe sobre a reorganização e regulamentação da Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 93, de 14 de maio de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.408, de 26 de fevereiro de 1997**. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 5 de março de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.608, de 11 de junho de 1997**. Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência (SEARHP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.611, de 13 de junho de 1997**. Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 15.408, de 26 de fevereiro de 1997, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 115, de 18 de junho de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 035, de 12 de setembro de 1997**. Institui o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 181, de 18 de setembro de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.917, de 5 de novembro de 1997**. Aprova o Regimento do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 219, de 11 de novembro de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.924, de 5 de novembro de 1997**. Aprova o Regimento do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (IPEM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 219, de 11 de novembro de 1997, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.123, de 25 de março de 1998**. Disciplina a operacionalização do Sistema Estadual de Recursos Humanos por meios informatizados e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 62, de 31 de março de 1998, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.191, de 14 de maio de 1998.** Institui a Desconcentração do Shopping do Cidadão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 95, de 20 de 31 de maio de 1998, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.305, de 6 de julho de 1998.** Dispõe sobre a instituição e regulamentação do Sistema Informatizado do Diário Oficial do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 130, de 9 de julho de 1998, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998.** Reorganiza o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão (FEPA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.357, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o Sistema de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999.** Institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUBEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 62, de 31 de março de 1999, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.860, de 30 de junho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Administração e Modernização, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 124, de 1 de julho de 1999, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.911, de 5 de agosto de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Administração e Modernização, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 158, de 18 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.358, de 15 de junho de 2000.** Aprova Regulamento da Escola de Governo do Maranhão (EGMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 119, de 20 de junho de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.456, de 8 de agosto de 2000.** Disciplina a operacionalização do Sistema Estadual de Recursos Humanos por meio informatizado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 157, de 15 de agosto de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.751, de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado da Administração e Modernização e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.972, de 25 de maio de 2001.** Altera a denominação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 105, de 31 de maio de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.603, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 81, 26 de abril de 2002, p. 23.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 59, de 31 de janeiro de 2003.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 42, de 31 de março de 1999, que dispõe sobre a Reorganização do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de março de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.846, de 31 de janeiro de 2003.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, alterada pela Lei nº 7.605, de 11 de junho de 2001, que institui o fundo de Benefício dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de março de 2003, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.849, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Instituto de Estudos e Análises Socioeconômico do Estado do Maranhão

(IEASE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.441, de 3 de março de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 43, de 3 de março de 2003, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.654, de 20 de junho de 2003.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Planejamento Orçamento e Coordenação (SEPOC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 130, de 9 de julho de 2003, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.704, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 142, de 25 de julho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.045, de 19 de dezembro de 2003.** Modifica e revoga dispositivos da lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, alterada pelas Leis nºs 7.605, de 11 de junho de 2001 e 7.846, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do maranhão (FUBEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.046, de 19 de dezembro de 2003.** Altera o dispositivo da Lei nº 7.357, de 29 de dezembro de 1998, alterada pelas Leis nºs 7.375, de 31 de março de 1999 e 7.605, de 11 de junho de 2001, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004.** Dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 25, de 5 de fevereiro de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.282, de 17 de fevereiro de 2004.** Altera o Decreto nº 19.704, de 8 de julho de 2003, que dispõe sobre organização da Gerência de Estado de Planejamento. Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 43, de 3 de março de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.503, de 19 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 92, de 13 de maio de 2004, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 131, de 08 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.659, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 163, 23 de agosto de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.218, de 17 de maio de 2005.** Institui a Unidade de Coordenação Estadual (UCE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 98, de 23 de maio de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.334, de 23 de dezembro de 2005.** Altera dispositivos da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, que instituiu o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza e criou o Comitê de Políticas de Inclusão Social. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 27 de dezembro de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.902, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.100.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.945, de 12 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEPAS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 34, de 16 de fevereiro de 2007, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.315, de 9 de agosto de 2007.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 155, de 10 de agosto de 2007, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.927, de 22 de abril de 2008.** Altera dispositivos do Decreto nº 22.945, de 12 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 77, de 22 de abril de 2008, p.28.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.353, de 7 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAPS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 87, de 8 de maio de 2009, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.356, de 29 de maio de 2009.** Altera dispositivos do Decreto nº 25.353, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 96, de 21 de maio de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 18 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.219, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de estado do Planejamento, orçamento e Gestão (SEPLAN) e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 125, de 3 de maio de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 86, de 3 de maio de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.187, de 18 de maio de 2012.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 97, de 18 de maio de 2012, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.769, de 13 de dezembro de 2012.** Altera dispositivo do Decreto nº 28.187, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 241, de 13 de dezembro de 2012, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.772, de 13 de dezembro de 2012.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 241, de 13 de dezembro de 2012, p.32.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

15 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

15.1 NATUREZA

Administração Direta.

15.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.703, de 31 de dezembro de 1958.

15.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SINFRA) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transporte, obras civis, pavimentação urbana, gestão e regulação do transporte convencional e alternativo, semi urbano e intermunicipal, fiscalização e controle do sistema viário estadual e das concessões dos serviços de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário e, especificamente, executar ações de implantação, melhoramento, conservação, restauração e pavimentação de rodovias estaduais, conforme disposto na Lei nº 9.369, de 03 de maio de 2011.

15.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) passa a compor o grupo das Secretarias Programáticas, que são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações governamentais.

A SINFRA tem a competência de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades governamentais nas áreas de transportes, energia, habitação, desenvolvimento urbano, saneamento básico e edificações.

Ficam vinculadas à estrutura da SINFRA: o Departamento de Estradas e Rodagens (DER/MA); a Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR); a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB) e a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (CAEMA).

Por meio do Decreto nº 14.427, de 07 de fevereiro de 1995, é reorganizada a SINFRA, integrando no nível de administração, o Conselho Estadual de Infraestrutura e o Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais.

1996

É aprovado o Regimento da SINFRA por meio do Decreto nº 14.947, de 14 de março de 1996.

1997

Por meio da Lei nº 255, de outubro de 1997, é instituído o Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão (TPA).

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, aprova a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado.

Por meio desta Lei ficam extintos a Secretaria de Infraestrutura e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/MA) e cria a Gerência de Infraestrutura, como órgão de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas, cabendo a

esta coordenar e controlar as ações relativas às áreas de transportes, desenvolvimento energéticos e obras públicas.

Por meio desta Lei ficam transferidos os bens patrimoniais, móveis, equipamentos, instalações, projetos, documentos e serviços, assim como os servidores do DER/MA e da SINFRA para a Gerência de Infraestrutura.

Vincula-se à estrutura da Gerência de Infraestrutura a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), empresa pública com a competência de gerir e explorar portos no Estado do Maranhão.

Por meio desta Lei fica mantido na Gerência de Infraestrutura o Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais.

1999

A Gerência de Infraestrutura fica organizada, por meio do Decreto nº 16.681, de 04 de janeiro de 1999 e reorganizada pelo Decreto nº 16.862, de 01 de julho de 1999.

2002

Fica aprovado por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado.

Por meio desta Lei vincula-se à Gerência de Estado de Infraestrutura a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP/MA).

Fica instituído o Serviço Público de Transportes Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão (STPA/MA) por meio da Lei nº 7.736, de 25 de abril de 2002, cabendo à GEINFRA delegar, planejar, gerir e fiscalizar o Serviço.

2003

Em janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, ocorre a reorganização Administrativa do Estado com alterações das Leis nºs 7.356/98 e 7.734/02.

Fica organizada pelo Decreto nº 19.398, de 24 de fevereiro de 2003, a Gerência de Estado de Infraestrutura.

Por meio deste Decreto, no nível de Execução Instrumental é criada a Unidade Gestora de Atividades Meio e no nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial como entidade vinculada a ARSEP.

2004

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, ocorre a Reorganização Administrativa do Estado com alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado.

Por meio desta Lei as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado e os cargos de Gerente de Estado e de Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto.

A GEINFRA passa denominar-se Secretaria de Estado de Infraestrutura.

A SINFRA fica organizada por meio do Decreto nº 20.639, de 19 de julho de 2004.

Por meio do Decreto nº 20.740, de 01 de setembro de 2004, é organizada a SINFRA, não havendo alteração em sua estrutura administrativa.

2005

O Decreto nº 21.352, de 26 de julho de 2005, reorganiza a SINFRA, não havendo alteração em sua estrutura administrativa.

Por meio do Decreto nº 21.513, de 06 de outubro de 2005, ficam transferidos os bens, direitos e obrigações da Secretaria Adjunta de Infraestrutura da extinta Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana para a SINFRA.

O Decreto nº 21.568, de 27 de outubro de 2005, regulamenta o parágrafo único do art. 4º da Lei 8.104, de 23 de abril de 2004.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, reorganiza administrativamente o Estado.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura passa a integrar o grupo dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, tendo que por finalidade planejar, coordenar e controlar as ações relativas às áreas de transporte, desenvolvimento energético e obras públicas.

Fica autorizada a criação do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte (DEINT), autarquia estadual, dotado de personalidade de direito público, autonomia administrativa e financeira vinculando-se à estrutura da SINFRA.

Ficam mantidos na estrutura da SINFRA os Conselhos: de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais e o Estadual de Regulação dos Serviços Públicos.

O Decreto nº 22.644, de 10 de novembro de 2006, acrescenta à estrutura da SINFRA, a Supervisão de Administração do Terminal Rodoviário.

2007

Por meio do Decreto nº 22.907, de 02 de janeiro de 2007, fica reorganizada a SINFRA.

No nível de Execução Programática, a Secretaria Adjunta de Obras Cíveis, Energia e Transporte muda a denominação para Secretaria Adjunta de Obras Cíveis e Energia e fica extinta a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento da Infraestrutura da Grande São Luís.

Fica criado por meio da Medida Provisória nº 022, de 1º de junho de 2007, a Secretaria de Estado das Cidades e da Infraestrutura (SECINFRA), revogada no art. 16 da Medida Provisória nº 023, de 11 de junho de 2007, convertida na Lei nº 294, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID).

Ficam extintas a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e a Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável (SECID).

A Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID) passa a fazer parte dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

A SECID tem por finalidade planejar, coordenar, executar e controlar as políticas públicas das áreas de habitação, urbanização, transporte e obras públicas, em articulação com os municípios, visando

o desenvolvimento regional sustentável do Estado.

São transferidas as competências, bens, direitos, obrigações e os servidores do quadro efetivo da SINFRA e da Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável para a Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID).

Ficam vinculados à SECID o Departamento Estadual de Infraestrutura e Transportes (DEINT) e os Conselhos de Transporte Intermunicipais de Passageiros e Terminais; o Estadual de Regulamentação dos Serviços Públicos, Estadual de Política Habitacional e o de Desenvolvimento Regional.

Fica mantido o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEHDU).

A SECID é organizada por meio do Decreto nº 23.187, de 05 de julho de 2007.

2009

A Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973 de 02 de junho de 2009, que dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo, altera a Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.

Por meio desta Lei fica alterado a denominação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura para Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

Ficam transferidas as competências, os bens, os direitos e as obrigações da SINFRA, relativas às áreas de habitação e urbanização para a Secretaria de Estados das Cidades e Desenvolvimento Urbano.

Ficam redistribuídos os servidores do quadro efetivo da SINFRA lotados na Secretaria-Adjunta das Cidades e Desenvolvimento Urbano para a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano.

A SINFRA tem por finalidade planejar, coordenar e controlar as ações relativas às áreas de transporte, desenvolvimento energético e obras públicas.

O Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais e o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos ficam vinculados à Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

A SINFRA é reorganizada por meio do Decreto nº 25.342, de 04 de maio de 2009.

2010

Conforme a Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SINFRA passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico Social.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura por meio desta Lei tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transporte.

2011

O Decreto nº 27.224, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SINFRA, integrando-se em sua estrutura o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, mantendo o Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais.

A SINFRA teve sua finalidade alterada por meio da Lei nº 9.369, de 03 de maio de 2011.

A Lei nº 9.431, de 02 de agosto de 2011, define como competência do Estado do Maranhão, por meio da SINFRA, delegar, gerir, planejar e supervisionar, fiscalizar e fixar tarifas do Sistema de Serviço Público Remunerado de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Semiurbano de Passageiros do Estado do Maranhão.

2012

O Decreto nº 28.528, de 17 de agosto de 2012, reorganiza a SINFRA, criando a Secretaria Adjunta de Projetos e as Unidades Regionais.

15.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.427, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Infraestrutura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de julho de 1995, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.947, de 14 de março de 1996.** Aprova o regimento da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 255, de 20 de outubro de 1997.** Institui o Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 207, de 24 de outubro de 1997, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.681, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Infraestrutura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.862, de 1 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Infraestrutura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 15 de julho de 1999, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.736, de 25 de abril de 2002.** Institui o Serviço Público de Transporte Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão (STPA/MA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.398, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Infraestrutura (GEINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.639, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento 138, de 19 de julho de 2004, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.740, de 1 de setembro de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 176, de 10 de setembro de 2004, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.352, de 26 de julho de 2005.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 146, de 29 de julho de 2005, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.513, de 6 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a transferência de bens, direitos e obrigações par a Secretaria de Estado de Infraestrutura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 197, 11 de outubro de 2005, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.568, de 27 de outubro de 2005.** Regulamenta o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 211, de 1 de novembro de 2005, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.644, de 10 de novembro de 2006.** Acrescenta item 5ª, alínea “a” do inciso IV, do art. 2º, do Decreto nº 21.352, de 26 de julho de 2005 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 217, de 10 de novembro de 2006, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.907, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.122.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 22, de 1 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades e da Infraestrutura (SECINFRA), e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, 106, de 1 de junho de 2007, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 23, de 11 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 111, de 11 de junho de 2007, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 294, de 20 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 122, de 26 de junho de 2007, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.187, de 5 de julho de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 130, de 6 de julho de 2007, pág.6.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.342, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.973, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.224, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.22.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.369, de 3 de maio de 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Diário Oficial do Estado do Maranhão, 85, de 4 de maio de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.431, de 2 de agosto de 2011.** Dispõe sobre o Sistema de Serviço Público Remunerado de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Semiurbano de Passageiros do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2011, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.528, de 17 de agosto de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 162, de 20 de agosto de 2012, p.8.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA - SEJAP**

16 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEJAP

16.1 NATUREZA

Administração Direta.

16.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

16.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEJAP) tem como finalidade cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal, a organização, a administração, a coordenação e a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, o acompanhamento e a supervisão do cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas, objetivando, especialmente, a ressocialização dos sentenciados, por meio de programas, projetos e ações destinados à sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à inclusão ou reinclusão social dos egressos do sistema carcerário, conforme o disposto na Lei nº 9.340, 28 de fevereiro de 2011.

16.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupados com base em suas competências: Governadoria; Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEGUP) compõe o grupo das Secretarias Essenciais que são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do Governo, relativas a agricultura, abastecimento e irrigação; educação em seus diferentes graus e níveis de funcionamento, pública e particular; promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgica e de proteção à saúde da população; garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdades do cidadão e defesa civil.

A SEGUP tem como entidade da Administração Indireta vinculada o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), autarquia.

Pela Lei supracitada, fica incorporada à Secretaria de Estado da Justiça a Secretaria de Estado da Segurança Pública, passando a denominar-se Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEGUP).

1996

A SEGUP é organizada por meio do Decreto nº 14.983, de 03 de abril de 1996, tendo no seu nível de Administração Superior o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Superior de Polícia, o Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão (CODECIMA), o Conselho Estadual de Trânsito (CETRA/MA), a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito (JARI) e Secretário de Estado.

No Nível de Assessoramento tem o Gabinete, a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos de Segurança Pública, Assessoria Militar, Centro de Operações de Segurança Pública e Centro de Inteligência de Segurança Pública.

No Nível de Atuação Complementar tem como órgãos Atípicos: o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e o Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP).

A SEGUP tem como entidade da administração indireta vinculada o DETRAN/MA.

Fica criada na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública a Delegacia Geral de Polícia Civil com as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

1997

O Regimento da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) é aprovado por meio do Decreto nº 15.570, de 14 de maio de 1997.

Por meio do Decreto nº 15.573, de 20 de maio de 1997, a Delegacia Especial da Mulher é criada no Município de Açailândia como órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. À essa Delegacia compete apurar as ações penais capituladas no Título I, Capítulos II, III e V, Título VI, Capítulos I, II, III, IV, V e do Código Penal Brasileiro, cujas vítimas sejam mulheres e cujos autores sejam homens.

Ficam criadas e fazendo parte da Delegacia Especial da Mulher as Seções de Investigação e Capturas, de Comissariado, de Cartório, de Psicologia e de Serviço Social.

Ainda em 1997, a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública passa por três reorganizações.

A primeira, por meio do Decreto nº 15.613, de 13 de junho de 1997, que reorganiza a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) deixando de fazer parte no Nível de Assessoramento da estrutura organizacional o Centro de Operações de Segurança Pública. No Nível de Atuação Complementar a SEJUSP tem como órgãos Atípicos o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e o Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP). Mantém como entidade vinculada o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA).

Ainda nessa reorganização, são criadas 81 Seções de Cartório, 81 Seções de Comissariado e 81 Seções de Investigação e Captura e no nível de Execução Programática é incluído na Superintendência de Polícia Distrital o 21º Distrito Policial/Raposa.

A segunda reorganização ocorre por meio do Decreto nº 15.746, de 06 de agosto de 1997, reorganizando a SEJUSP. No Nível de Assessoramento é incluída a Assessoria de Comunicação em substituição à Assessoria de Assuntos de Segurança Pública.

No Nível de Atuação Complementar a SEJUSP mantém os órgãos Atípicos: Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP).

A terceira ocorre por meio do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997, quando a Academia de Polícia Civil deixa de integrar no Nível de Execução Instrumental e passa a fazer parte do Nível de Execução Programática. No Nível de Atuação Complementar a SEJUSP mantém os órgãos Atípicos: Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP).

Permanece como entidade vinculada, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA).

1998

Fica alterado o § 2º do art. 2º do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997, por meio do Decreto nº 16.060, de 09 de janeiro de 1998, que altera a composição do Conselho Superior de Polícia.

Por meio do Decreto nº 16.090, de 03 de março de 1998, ficam criadas na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, a Delegacia Especial de Turismo com as Seções de Cartório, de Comissariado, de Investigação e Captura e de Bens Apreendidos e a Delegacia Especial do Meio Ambiente com as Seções de Cartório, de Comissariado, de Investigação e Captura e de Bens Apreendidos.

Fica alterado o inciso IV do §2º do art. 2º do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997, que por meio do Decreto nº 16.422, de 26 de agosto de 1998, que altera a composição do Conselho Superior de Polícia.

O Regimento do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão é aprovado por meio do Decreto nº 16.482, de 29 de setembro de 1998.

Em dezembro de 1998, por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, fica extinta a SEJUSP e é criada a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da SEJUSP, ora extinta, ficam redistribuídos, com os seus respectivos cargos para a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

Os órgãos de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos são compostos pela Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimento próprio e pela Defensoria Pública do Estado.

A Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, além da defesa do consumidor.

Compete à Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania como órgão central do Sistema Estadual de Segurança Pública, a organização e coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

Permanece como entidade vinculada o DETRAN, autarquia estadual.

Ficam transferidos para as Gerências de Estado e Gerências de Desenvolvimento Regional de Estado os bens patrimoniais, móveis equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços existentes nas Secretarias de Estado, autarquias e fundações extintas, adaptando-os de acordo com as finalidades e competências de cada Gerência.

Com a finalidade de assistir o Governador no trato e na apresentação de assuntos de natureza militar e de segurança é criada a Assessoria Militar do Governador na Polícia Militar do Estado.

Fica mantido o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN), gerido pela Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

Ficam mantidos os Conselhos: Penitenciário do Estado; Superior de Polícia; Estadual de Defesa Civil do Maranhão, Estadual de Trânsito e a Junta

Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito vinculados à Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

1999

O Decreto nº 16.687, de 04 de janeiro de 1999, organiza a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania e no Nível de Administração Superior mantém o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Superior de Polícia, Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão, o Conselho Estadual de Trânsito e a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito e, no Nível de Assessoramento é criado o Centro Tático Aéreo.

O Nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial tem como entidade vinculada DETRAN e como órgão Atípico o FUNPEN.

A seguir, por meio do Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999, a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania é reorganizada sendo mantidos o Nível de Administração Superior e o Nível de Assessoramento.

No Nível de Atuação Programática ficam subordinados ao Delegado Geral de Polícia Civil a Corregedoria de Polícia Civil, a Academia de Polícia Civil, os Institutos, as Superintendências, o Centro de Operações Policiais Especiais e o Serviço de Telecomunicações.

No Nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial permanece como entidade da administração indireta vinculada o DETRAN e como órgão Atípico, o FUNPEN.

O Regimento do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão tem

sua redação alterada, por meio do Decreto nº 16.897, de 22 de julho de 1999.

Por meio da Lei nº 7.441, de 15 de setembro de 1999, o Instituto de Identificação da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania passa a denominar-se Instituto de Identificação Delegado Pedro Santos.

Por meio da Lei nº 7.454, de 30 de setembro de 1999, o Instituto de Criminalística da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania passa a denominar-se Instituto de Criminalística Dr. Jucilmo Salazar Pereira.

O Regimento da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania é aprovado, por meio do Decreto nº 16.969, de 11 de outubro de 1999.

2000

A estrutura organizacional da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania sofre alteração conforme o disposto no Decreto nº 17.359, de 15 de junho de 2000, quando o Conselho Superior de Polícia Civil tem a composição de seus membros alterada.

2001

Por meio do Decreto nº 18.214, de 08 de outubro de 2001, foram criadas na Ilha de São Luís quatro Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), englobando os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

2002

Por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, o Governo do Estado altera a sua estrutura organizacional com a criação de Gerências de Estado e órgãos da administração direta quando fica mantida a

Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, tendo como entidade vinculada o DETRAN, autarquia estadual.

Por meio da Lei nº 7.760, de 17 de julho de 2002, ficam extintas as Academias de Polícia Militar do Maranhão e de Polícia Civil e a Corregedoria de Polícia Civil e, criadas no âmbito da Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania os seguintes órgãos: Academia Integrada de Segurança Pública com a finalidade de preparar e instruir os servidores civis e militares integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública; Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Pública com a finalidade de promover correições e inspeções nos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública, bem como orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos servidores civis e militares pertencentes ao Sistema e a Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão com a finalidade de receber e analisar reclamações, denúncias, sugestões e elogios apresentados pelo público externo e interno, encaminhar as demandas aos setores competentes, acompanhar as providências adotadas, cobrar retorno e soluções tempestivas e manter o cidadão informado do andamento.

O Grupo Tático Aéreo, diretamente subordinado ao Gerente de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, é integrado por servidores civis e militares do Sistema Estadual de Segurança Pública, num total de quarenta integrantes.

2003

Em 2003, ocorre nova Reorganização Administrativa por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, quando são alterados dispositivos da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 passando o art. 41 a vigorar com a seguinte

redação: Os órgãos de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos são compostos pelas Gerência de Estado de Segurança Pública e Gerência de Estado de Justiça e Cidadania, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimentos próprios, e pela Defensoria Pública do Estado.

A Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania passa a denominar-se Gerência de Estado de Segurança Pública (GESEP) e tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio.

É criada a Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC) que absorverá as atribuições e os servidores lotados na Subgerência de Estabelecimentos Penais, na Supervisão de Direitos Humanos e Cidadania, da Superintendência de Defesa do Consumidor, Central de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas, Central de Custódia de Presos de Justiça do Anil, Central de Custódia de Presos de Imperatriz, Central de Custódia de Presos de Justiça de Caxias e Casa do Albergado e Egresso da Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania e no Viva Cidadão da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

O Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) será gerido pela GEJUC.

Ficam vinculados à GEJUC o Conselho Penitenciário do Estado e o Conselho Estadual Antidrogas.

Compete à Gerência de Estado de Justiça e Cidadania, como órgão de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos cidadãos, executar a política estadual de preservação da ordem jurídica e da cidadania; supervisionar, coordenar e controlar o sistema penitenciário e a defesa

do consumidor, além de outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

Fica criado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, vinculado à Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC), com a finalidade de promover a investigação e estudos para a eficácia das normas vigentes de defesa dos direitos humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Decreto nº 19.429, de 24 de fevereiro de 2003, organiza a Gerência de Justiça e Cidadania tendo no seu Nível de Administração Superior o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual Antidrogas e o Gerente de Estado.

O Nível de Assessoramento é composto pelo Gabinete do Gerente, a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, a Assessoria Jurídica e a Assessoria de Comunicação.

O Nível de Execução Programática é composto pela Gerência Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania e a Gerência Adjunta do Sistema Prisional Penal.

O Nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial tem como órgão desconcentrado o Viva Cidadão e como órgão Atípico o FUNPEN.

As Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado, serão compostas pelas Seções de Apoio Administrativo, Segurança e Disciplina e Cartório.

Por meio da Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003, é criado o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, de que dispõe o art. 55 §3º da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, vinculado à Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC), com o objetivo de propor a elaboração, revisão e atualização das normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços e controle do mercado de consumo.

A Lei nº 8.044, de 19 de dezembro de 2003, institui o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FPDC) no âmbito da Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC), nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a finalidade de promover a melhoria das ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

2004

Por meio da Lei nº 8.153 de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, ficando assim alterada a denominação da Gerência de Estado de Justiça e Cidadania para Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC).

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUSC) é organizada por meio do Decreto nº 20.642, de 19 de julho de 2004, tendo no seu nível de Administração Superior o Conselho Penitenciário do Estado e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Secretário de Estado.

No nível de Assessoramento ficam o Gabinete, as Assessorias de

Planejamento e Ações Estratégicas, Jurídica e de Comunicação.

No nível de Execução Programática ficam a Secretaria-Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria-Adjunta do Sistema Prisional Penal.

No nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial tem como órgão desconcentrado o Viva Cidadão e como órgão Atípico, o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN).

Nesta organização, as Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado serão compostas pelas Seções de Apoio Administrativo, Segurança e Disciplina e Cartório.

2005

Decreto nº 21.142, de 11 de abril de 2005, reorganiza a SEJUC ficando mantido o nível de Administração Superior com o Conselho Penitenciário do Estado, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Secretário de Estado.

No nível de Execução Programática fica mantida a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Adjunta do Sistema Prisional passa a denominar-se Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária.

Fica mantido o Nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial com o órgão desconcentrado, Viva Cidadão e como órgão Atípico, o FUNPEN.

Nesta reorganização, as Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado serão compostas pelas Seções de Apoio

Administrativo, Segurança e Disciplina e Cartório.

2006

Em janeiro de 2006, o Decreto nº 21.871, de 30 de janeiro de 2006, altera o Decreto nº 21.142, de 11 de abril de 2005, passando a denominar-se, respectivamente, Penitenciária de Pedreiras para Centro de Ressocialização de Pedreiras e a Penitenciária de Timon, Centro de Ressocialização de Timon.

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006 que reorganiza administrativamente o Estado, fica alterada a denominação da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

Ficam transferidas as competências da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, relativas as áreas do sistema penitenciário, cidadania e defesa do consumidor, para a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

Fica extinta a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC).

Ficam redistribuídos os servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, lotados nas áreas de administração penitenciária, cidadania e direitos humanos, para a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

A Secretaria de Estado da Segurança Cidadã tem como entidade vinculada o DETRAN, autarquia estadual.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, o Fundo Penitenciário Estadual e o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP), geridos pela Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

Ficam mantidos os Conselhos: Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor; Penitenciário do Estado; Superior de Polícia; Estadual de Defesa Civil do Maranhão; Estadual de Trânsito e a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito, vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

Por essa reorganização, ainda, os bens, os direitos e as obrigações dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Lei serão transferidos para as Secretarias, órgãos e entidades que tiverem absorvido as correspondentes competências bem como as respectivas dotações e despesas orçamentárias.

2007

A Secretaria de Estado da Segurança Cidadã (SESEC) é reorganizada por meio do Decreto nº 22.914, de 02 de janeiro de 2007, passando a integrar no nível de Administração Superior: o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão; o Conselho Penitenciário do Estado; o Conselho Superior de Polícia; o Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão; o Conselho Estadual de Trânsito; o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (PROVITA/MA); a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito; o Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises; o Gabinete de Gestão Integrada e o Secretário de Estado da Segurança Cidadã.

No Nível de Assessoramento o Gabinete, as Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas e Jurídicas, o Centro de Inteligência de Segurança Cidadã e o Grupo Tático Aéreo.

No Nível de Execução Programática: a Polícia Militar do Maranhão, o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Polícia Civil do Maranhão, a Secretaria-Adjunta de Modernização Institucional, a Academia Integrada de Segurança Cidadã, a Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Cidadã, o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), a Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Cidadã e a Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária.

No nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial tem como entidade vinculada, o DETRAN, como órgão desconcentrado, a Ouvidoria da Segurança Cidadã do Estado do Maranhão e como órgãos Atípicos: o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FUNCON), Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP).

Nesta reorganização, também, as Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado serão compostas pelas Seções de Apoio Administrativo, Segurança e Disciplina e Cartório.

A Lei nº 8.709, de 16 de novembro de 2007, altera a denominação do Conselho Superior de Polícia para Conselho Superior de Segurança Cidadã, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Cidadã.

2008

Por meio da Lei nº 8.759, de 25 de março de 2008, é criado o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD), vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Cidadã, tendo por finalidade proporcionar recursos para o

desenvolvimento das atividades técnicas, pedagógicas, científicas e programas sobre drogas em todos os níveis.

2009

Por meio da Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, ocorre reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual e essa Lei altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006 quando a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã passa a denominar-se Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Ficam transferidas as competências, os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria de Estado da Segurança Pública relativas à promoção da cidadania e defesa do consumidor para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania.

Os servidores do quadro efetivo da Secretaria de Estado da Segurança Pública lotados na Superintendência de Defesa do Consumidor ficam redistribuídos para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade e a administração do sistema penitenciário.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) é reorganizada por meio do Decreto nº 25.345, de 042 de maio de 2009, passando a integrar o nível de Administração Superior: o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Superior de Segurança Pública, o Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão, o

Conselho Estadual de Trânsito, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEPOD), a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito, o Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises; o Gabinete de Gestão Integrada e o Secretário de Estado da Segurança Pública.

No Nível de Assessoramento o Gabinete, as Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas e Jurídicas, o Centro de Inteligência de Segurança Pública e o Grupo Tático Aéreo.

No Nível de Execução Programática: a Polícia Militar do Maranhão, o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, a Polícia Civil do Maranhão, a Secretaria-Adjunta de Modernização Institucional, a Academia Integrada de Segurança Pública, a Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública, o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), a Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e a Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária.

No nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial tem como entidade vinculada, o DETRAN, como órgão desconcentrado, a Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão e como órgãos Atípicos: o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN), o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP) e o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD).

Nesta reorganização, também, as Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado serão compostas pelas Seções de Apoio Administrativo, Segurança e Disciplina e Cartório.

2010

A Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, cria a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP) agrupada no Núcleo Institucional Estratégico Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelo Cidadão.

O Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e o Conselho Penitenciário do Estado são mantidos na estrutura da SEJAP.

Os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Pública são transferidos para a SEJAP.

São redistribuídos os servidores efetivos lotados na Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a SEJAP.

2011

A SEJAP fica organizada por meio do Decreto nº 27.239, de 19 de janeiro de 2011, composta na Administração Superior: o Conselho Penitenciário do Estado, o Secretário de Estado e o Subsecretário.

Como Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado o Gabinete do Secretário, a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas e Assessoria Jurídica.

Como Unidades de Atuação Programática ficam a Secretaria-Adjunta de Estabelecimentos Penais, Secretaria-Adjunta de Justiça e o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN).

Nesta organização, as Centrais de Custódias de Presos de Justiça, tanto da capital como do interior do Estado serão compostas pelas Seções de Apoio Administrativo, Segurança e Disciplina, Cartório e Tratamento Penal.

O Regimento da SEJAP é aprovado por meio do Decreto nº 27.549, de 13 de julho de 2011.

O Decreto nº 27.640, de 25 de agosto de 2011, disciplina o funcionamento das Unidades Prisionais do Estado do Maranhão com o objetivo de estabelecer normas aplicáveis aos presos provisórios, aos condenados a penas privativas de liberdade nos regimes fechado e semiaberto e aos submetidos a medidas de segurança, no que couber.

O Decreto nº 27.890, de 07 de dezembro de 2011, aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena e integrante da estrutura organizacional da SEJAP.

16.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.983, de 3 de abril de 1996.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 69, de 9 de abril de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.570, de 14 de maio de 1997.** Aprova o

Regimento da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.573, de 20 de maio de 1997.** Cria a Delegacia Especial da Mulher no Município de Açailândia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 99, de 26 de maio de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.613, de 13 de junho de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 19 de junho de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.746, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 154, de 12 de agosto de 1997, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.974 de 20 de novembro de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 231, de 27 de novembro de 1997, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.060, de 9 de janeiro de 1998.** Altera o § 2º do art. 2º do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 14 de janeiro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.090, de 3 de março de 1998.** Dispõe sobre a criação de Delegacias Especiais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 9 de março de 1998, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.422, de 26 de agosto de 1998.** Altera o inciso IV do §2º do art. 2º do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 1 de setembro de 1998, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.482, de 29 de setembro de 1998.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 190, de 2 de outubro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.687, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 2, de 4 de janeiro de 1999, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 154, de 12 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.897, de 22 de julho de 1999.** Altera dispositivos do Decreto nº 16.482, de 29 de setembro de 1998, que aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 30 de julho de 1999, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.441, de 15 de setembro de 1999.** Denomina o Instituto de Identificação do Maranhão na forma que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 182, de 22 de setembro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.454, de 30 de setembro de 1999.** Denomina o Instituto de Criminalística do Maranhão na forma que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 20 de outubro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.969, de 11 de outubro de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Estado da Justiça, Segurança Pública e Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 205, de 26 de outubro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.359, de 15 de junho de 2000.** Altera o § 1º do art. 2º do Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 20 de junho de 2000, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.214, de 8 de outubro de 2001.** Dispõe sobre a criação de Áreas Integradas de

Segurança Pública para os municípios que compõem a Ilha de São Luís, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 197, de 18 de outubro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.760, de 17 de julho de 2002.** Dispõe sobre alteração, criação e extinção de cargos em comissão na Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 137, de 17 de julho de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.429, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 70, de 10 de abril de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003.** Cria o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, e dá

outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.044, de 19 de dezembro de 2003.** Cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FPDC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.642, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUSC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 138, de 19 de julho de 2004, p.67.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.142, de 11 de abril de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 73, de 15 de abril de 2005, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.871, de 30 de janeiro de 2006.** Altera dispositivos do Decreto nº 21.142, de 11 de abril de 2005, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 1 de fevereiro de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.914, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Cidadã (SESEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.143.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.709, de 16 de novembro de 2007.** Dá nova redação ao inciso XIII do art. 60 da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 16 de novembro de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.759, de 25 de março de 2008.** Cria o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD) no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.345, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), e dá

outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.973 de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.239, de 19 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 13, de 19 de janeiro de 2011, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.549, de 13 de julho de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 136, de 15 de julho de 2011, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.640, de 25 de agosto de 2011.** Disciplina o funcionamento das Unidades Prisionais do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 25 de agosto de 2011, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.890, de 7 de dezembro de 2011.** Aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 9 de dezembro de 2011, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
MULHER - SEMU**

17 SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMU

2007

17.1 NATUREZA

Administração Direta.

17.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

17.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMU) tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar planos, programas, projetos e ações que visem a defesa dos direitos da mulher, assegurando uma plena participação na vida socioeconômica, política e cultural do Estado, bem como articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

17.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) passa a fazer parte dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

O Conselho Estadual da Mulher constante da estrutura da SEMU foi criado na forma do disposto no art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Maranhão com a finalidade de desenvolver, normatizar, orientar e deliberar a política a ser implantada no atendimento integral à mulher.

A SEMU, por meio do Decreto nº 22.916, de 02 de janeiro de 2007, é organizada, mantendo em sua estrutura no nível de Administração Superior, o Conselho Estadual da Mulher e cria a Secretaria Adjunta da Mulher.

Por meio da Lei nº 8.624, de 11 de junho de 2007, o Conselho Estadual da Mulher passa a ser órgão normativo de orientação, deliberação e avaliação de políticas públicas, de forma de assegurar a participação integral da mulher na sociedade e o respeito aos seus direitos na perspectiva de gênero, raça e etnia, com vistas à cidadania.

2008

O Regimento da SEMU é aprovado por meio do Decreto nº 24.749, de 07 de novembro de 2008.

O Decreto nº 24.158, de 09 de junho de 2008, aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual da Mulher.

2009

O Decreto nº 25.507, de 17 de junho de 2009, reorganiza a SEMU, passando a integrar na sua estrutura no nível de Assessoramento a Ouvidoria com a competência de receber opiniões, reclamações, sugestões, críticas ou denúncias apresentadas pelas mulheres.

No nível Programático da SEMU é mantida a Secretaria Adjunta da Mulher e é criado o Viva Mulher, com a competência de planejar e implementar ações de atendimento social, jurídico e psicológico à mulher, que se encontre em situação de violência, discriminação e preconceito.

O Regimento da SEMU é aprovado por meio do Decreto nº 25.608, de 25 de agosto de 2009, com a missão de promover os direitos da mulher, desenvolver e monitorar políticas públicas para melhoria das condições de vida das mulheres no Estado do Maranhão.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SEMU passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

2011

O Decreto nº 27.231, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SEMU, acrescentando em sua estrutura organizacional a Comissão Setorial de Licitação.

O Regimento da SEMU é aprovado por meio do Decreto nº 27.893, de 07 de dezembro de 2011.

2012

A Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é instituída por meio do Decreto nº 28.319, de 22 de junho de 2012, tendo como atribuições propor e elaborar metas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e definir os municípios-polo para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

17.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e,

dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). Constituição (1989). **Constituição do Estado do Maranhão.** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art.41, 4. ed., 1996, p. 164.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.916, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.154.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.624, de 11 de junho de 2007.** Alteram dispositivos da Lei nº 7.604, de 11 de junho de 2001 que regulamenta o art.41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que criou o Conselho Estadual da Mulher, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 11 de junho de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.749, de 7 de novembro de 2008.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 12 de novembro de 2008, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.158, de 9 de junho de 2008.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual da Mulher, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 9 de junho de 2008, p. 2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.507, de 17 de junho de 2009.** Reorganiza a Secretaria de Estado da

Mulher (SEMU), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 137, de 20 de julho de 2009, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.608, de 25 de agosto de 2009.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 166, de 28 de agosto de 2009, p.42.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.231, de 3 de janeiro de 2011.** Reorganiza a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p. 38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.893, de 7 de dezembro de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 9 de dezembro de 2011, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.319, de 22 de junho de 2012.** Institui a Câmara Técnica Estadual de Gestão e

Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.5.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
SAÚDE - SES**

18 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

18.1 NATUREZA

Administração Direta.

18.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

18.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento, conforme disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

18.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração do Poder Executivo passam ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Essenciais são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do governo, relativas à agricultura, abastecimento e irrigação; educação e seus diferentes graus a níveis de funcionamento, pública e particular, promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgico e de proteção à saúde da população; garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdades do cidadão e defesa civil.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) passa a integrar o grupo das Secretarias Essenciais.

Por meio do Decreto nº 14.437, de 07 de fevereiro de 1995, fica reorganizada a Secretaria de Estado da Saúde (SES).

O Decreto nº 14.456, de 02 de março de 1995, institui como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Instituto Oswaldo Cruz, integrante da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

O Decreto nº 14.457, de 03 de março de 1995, institui como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa, a Coordenadoria de Hematologia e Hemoterapia integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.458, de 02 de março de 1995, fica instituído como órgão desconcentrado sob regime especial de autonomia relativa, o Centro de Saúde Dr. Paulo Ramos, integrante da SES.

O Decreto nº 14.459, de 02 de março de 1995 é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Centro de Saúde da Cidade Operária, integrante da SES.

Conforme o Decreto nº 14.460, de 02 de março de 1995 é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Centro de Saúde Dr. Genésio Rego, integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.461, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Posto de Assistência Médica do Diamante (PAM-Diamante), integrante da SES.

Conforme o Decreto nº 14.462, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa a Maternidade Marly Sarney, integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.463, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa a Maternidade Benedito Leite, integrante da SES.

Conforme o Decreto nº 14.464, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Aquiles Lisboa, integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.465, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Infantil Juvêncio Matos, integrante a SES.

Conforme Decreto nº 14.466, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Tarquínio Lopes Filho, integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.467, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Nina Rodrigues, integrante da SES.

Por meio do Decreto nº 14.468, de 02 de março de 1995, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Presidente Vargas, integrante da SES.

De acordo com o Decreto nº 14.595, de 02 de junho de 1995, fica reestruturada a SES, acrescentando no nível de Execução Programática, o Núcleo de Capacitação Técnico – Pedagógica em Saúde, subordinado à Coordenadoria de Assistência à Rede de Serviços de Saúde; a Coordenadoria de Auditoria do Sistema de Saúde passa a denominar-se de Coordenadoria de Avaliação e Controle; acrescentando, ainda, a esse nível a Coordenadoria de Prevenção e Controle das DST/AIDS.

1997

Conforme o Decreto nº 15.571, de 14 de maio de 1997, fica aprovado o Regimento da SES, tendo como missão básica a promoção das medidas de proteção à saúde da população; prestar assistência hospitalar, médico – cirúrgica integral, através de unidades especializadas; cuidar da prevenção do câncer e do controle e combate de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento; da qualidade de medicamentos e de alimentos; da prática profissional médica e paramédica; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; a pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e emergência; a ação sanitária exaustiva e compreensiva em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes e recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e hospitalares; a produção e distribuição de medicamentos; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e aplicação de recursos destinados à saúde pública do Estado; manter planos e programas para efetivação da assistência médico-hospitalar, outras atividades correlatas nos termos do seu regimento.

Por meio do Decreto nº 15.583, de 30 de maio de 1997, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Regional Materno Infantil do Município de Imperatriz integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da mulher e da criança e que, por suas peculiaridades de organização e

funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

O Decreto nº 15.923, de 05 de novembro de 1997, aprova o Regimento do Posto de Assistência Médica PAM - Diamante, órgão integrante da estrutura da SES, desconcentrado sob regime especial de autonomia relativa com a missão básica de planejar, promover e executar as políticas de saúde aprovadas pelo Governo do Estado em consonância com o Conselho Estadual de Saúde.

1998

O Decreto nº 16.107, de 17 de março de 1998, cria a Comissão Estadual com a finalidade de implantar o Programa de Leishmanioses no âmbito do Estado do Maranhão.

Por meio do Decreto nº 16.614, de 26 de novembro de 1998, é instituído como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa o Hospital Adélia Matos Fonseca do Município de Itapecuru – Mirim, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

Por meio do Decreto nº 16.615, de 26 de novembro de 1998, fica instituído a desconcentração do Hospital Regional Alexandre Mamede Trovão do Município de Coroatá integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

Conforme o Decreto 16.616, de 26 de novembro de 1998, fica instituído como órgão desconcentrado o Hospital Regional

Antonio Pontes de Aguiar do Município de Chapadinha, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

De acordo com o Decreto nº 16.617, de 26 de novembro de 1998, é instituído como órgão desconcentrado o Hospital Regional Dr. Carlos Macieira do Município de Colinas, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

Fica instituído por meio do Decreto nº 16.618, de 26 de novembro de 1998, a desconcentração do Hospital Regional Celso Rocha Santos do município de São João dos Patos, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

O Hospital Regional Laura Vasconcelos do município de Bacabal é desconcentrado por meio do Decreto nº 16.619, de 26 de dezembro de 1998, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

O Hospital Maternidade Governador José Sarney do Município de Pindaré – Mirim é desconcentrado por meio do Decreto nº 16.620, de 26 de novembro de 1998, integrante da SES, destinado a prestar assistência integral à

saúde da comunidade e que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta.

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, aprova a reforma e reorganização administrativa do Estado.

Por meio desta Lei fica extinta a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e criada a Gerência de Qualidade de Vida (GQV), como órgão de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas, cabendo esta coordenar e controlar as ações relativas, às áreas de saúde, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos.

Por meio desta Lei ficam transferidos os bens patrimoniais, móveis equipamentos, instalações, projetos, documentos e serviços, assim como os servidores das Secretarias extintas ficam redistribuídos com seus respectivos cargos efetivos para os seguintes órgãos: da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para a Gerência de Qualidade de Vida (GQV).

Por meio desta Lei a GQV tem como entidade vinculada a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (CAEMA).

Ficam mantidos os Fundos Estadual de Saúde e o Estadual do Meio Ambiente, os Conselhos Estadual de Meio Ambiente, o Estadual de Recursos Hídricos, o Estadual de Saúde e o Estadual de Entorpecentes.

1999

Por meio do Decreto nº 16.679, de 04 de janeiro de 1999, é organizada a Gerência de Qualidade de Vida.

Fica instituído como órgão desconcentrado por meio do Decreto 16.742, de 12 de março de 1999, o Hospital Regional Adélia Matos Fonseca do Município de Itapecuru – Mirim.

Por meio do Decreto 16.473, de 12 de março de 1999, fica instituído como órgão desconcentrado o Hospital Regional Laura Vasconcelos do Município de Bacabal.

Conforme o Decreto de 16.744, de 12 de março de 1999, fica instituído como órgão desconcentrado o Centro de Saúde de São João dos Patos.

Por meio do Decreto nº 16.745, de 12 de março de 1999, fica instituído como órgão desconcentrado o Hospital Maternidade Governador José Sarney do Município de Pindaré – Mirim.

Fica instituído como órgão desconcentrado pelo Decreto nº 16.746, de 12 de março de 1999, o Hospital Regional Dr. Carlos Macieira do Município de Colinas.

Conforme o Decreto nº 16.747, de 12 de março de 1999, fica instituído como órgão desconcentrado o Hospital Regional Alexandre Mamede Trovão do Município de Coroatá.

Fica instituído por meio do Decreto nº 16.748, de 12 de março de 1999, a desconcentração do Hospital Regional Antonio Pontes de Aguiar do Município de Chapadinha.

Conforme o Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999, fica reorganizada GQV sem alteração na sua estrutura.

Por meio do Decreto nº 16.921, de 26 de agosto de 1999, é aprovado o Regimento da GQV, com a missão básica coordenar e controlar as ações relativas às

áreas de saúde, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos.

2000

Fica reorganizada por meio do Decreto nº 17.250, de 04 de abril de 2000, a Gerência de Estado de Qualidade de Vida, não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

Por meio da Lei nº 7.528, de 30 de junho de 2000, fica criado o Conselho Estadual de Saúde, que tem por finalidade atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

2002

Fica aprovado por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado.

Os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Qualidade de Vida referentes às atividades do meio ambiente e recursos hídricos, ficam transferidos para a Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Os servidores da Gerência de Estado de Qualidade de Vida, com lotação na Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, passam a compor o quadro de pessoal da Gerência de Estado de Meio e Recursos Naturais.

Fica reorganizada por meio do Decreto nº 18.593, de 25 de abril de 2002, a Gerência de Estado de Qualidade de Vida.

2003

Em janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003,

ocorre a Reorganização Administrativa do Estado com alterações das Leis nºs 7.356/98 e 7.734/02.

Por meio desta Lei fica instituído o Conselho Estadual de Saneamento com a finalidade de propor políticas de saneamento básico, vinculado à Gerência de Estado de Qualidade de Vida.

Fica organizada pelo Decreto nº 19.405, de 24 de fevereiro de 2003, a Gerência de Estado de Qualidade de Vida.

No nível de Administração Superior é acrescentado na sua estrutura o Conselho Estadual de Saneamento.

No nível de Assessoramento são acrescentadas: a Assessoria de Comunicação Social, Informação e Educação em Saúde; a Auditoria do Sistema de Saúde, a Ouvidoria e muda a denominação da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas para Assessoria Técnica de Planejamento.

No de Execução Instrumental é acrescentada a Unidade Gestora de Atividade Meio.

No de Execução Programática ocorre o desmembramento da Gerência Adjunta de Saúde para Gerência de Assistência a Saúde.

No de Implementação de Política de Controle Técnico Setorial é extinto o órgão desconcentrado Jardim Botânico do Sítio do Físico.

Conforme o Decreto nº 19.581, de 21 de maio de 2003, fica organizada a Gerência de Estado de Qualidade de Vida (GEVIDA).

Por meio deste Decreto, no nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial são acrescentados como

órgãos desconcentrados: o Hospital Tarquínio Lopes Filho, o Hospital Presidente Vargas; o Hospital Nina Rodrigues, o Hospital Infantil Dr. Juvêncio Matos e o Hospital Aquiles Lisboa.

Por meio da Lei nº 7.917, de 30 de junho de 2003, fica criado o Fundo Estadual Antidrogas (FEAD), que tem por finalidade proporcionar recursos em prol do desenvolvimento das atividades técnicas, pedagógicas, científicas e programas antidrogas em todos os níveis.

É organizada pelo Decreto nº 19.718, de 14 de julho de 2003, a Gerência de Estado de Qualidade de Vida, acrescentando em sua estrutura no nível de Administração Superior a Gerência Adjunta de Desenvolvimento do Sistema de Saúde e no nível de Execução Programática a Escola Técnica de Saúde do Maranhão “Drª. Maria Nazareth Ramos Neiva”

Conforme o Decreto nº 19.858, de 09 de setembro de 2003, é tratada a vinculação das unidades de Saúde à Gerência de Qualidade de Vida.

2004

Conforme o Decreto nº 20.320, de 08 de março de 2004, fica vinculado na Gerência de Estado de Qualidade de Vida as Unidades de Saúde.

Por meio do Decreto nº 20.505, de 12 de maio de 2004, fica reorganizada a Gerência de Estado de Qualidade de Vida, acrescentando no nível de Administração Superior o Conselho Estadual de Antidrogas.

No nível de Execução Programático é acrescentada a Unidade Gestora de Saúde e no nível de Implementação de Políticas de Controles Técnicos Setorial são acrescentados os hospitais: Alarico Nunes

Pacheco, Profº. Serra de Castro, Alarico Pacheco, Theoplistes Teixeira Filho, Francisca Melo e José Murad; o Centro Odontológico da Alemanha; Centros de Saúde da Liberdade, Paulo Ramos, Genésio Rego – Vila Palmeira, da Cidade Operária, do Cohatrac, do Turu, do Vinhais, da Vila Esperança, Genésio Ramos Filho, de Bequimão; Posto de Assistência Médica – Pam Diamante; Posto de Saúde de Assistência Médica do Filipinho; Hospitais Regionais Adélia Matos Fonseca, Alexandre Mamede Trovão, Materno Infantil de Imperatriz, Antônio Pontes de Aguiar, Laura Vasconcelos, Dr. Carlos Macieira; Unidades Mistas Dr. Zerbine, Maria Helena Freire, de Carutapera; Unidade Materno Infantil de São Bento e como órgão Atípico o Fundo Estadual Antidrogas (FEAD).

Por meio do Decreto nº 20.543, de 28 de maio de 2004, fica regulamentada a Lei nº 5.637, de 26 de janeiro de 1993, que institui o Fundo Estadual de Saúde (FES).

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, ocorre a reorganização Administrativa do Estado com alterações na estrutura organizacional do Governo de Estado.

Por meio desta Lei as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

Os cargos de Gerente de Estado e de Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto, respectivamente.

Ficam alteradas as denominações das Gerências de Estado de Qualidade de Vida para a Secretaria de Estado da Saúde.

Conforme o Decreto nº 20.660, de 23 de julho de 2004, fica extinta no nível de Administração Superior a Gerência

Adjunta de Saúde de Desenvolvimento Estado do Sistema de Saúde. No nível de Assessoramento muda a denominação de Assessoria de Comunicação Social, Informação e Educação em Saúde para Assessoria de Educação em Saúde.

Por meio do Decreto de 20.765, de 09 de setembro de 2004, fica regulamentada a Lei 5.637, de 26 de janeiro de 1993, que institui o Fundo Estadual de Saúde (FES) organizado de acordo com as diretrizes e objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fica reorganizada por meio do Decreto 20.812, de 06 de outubro de 2004, a Secretaria de Estado da Saúde, não tendo alteração em sua estrutura administrativa.

É instituído por meio da Lei nº 8.194, de 06 de dezembro de 2004, a criação do Hospital Geriátrico, em São Luís, no Estado do Maranhão, para atender em especial e gratuitamente a população idosa e carente, residente na capital e no interior.

2005

Conforme Decreto nº 21.017, de 20 de janeiro de 2005, fica reorganizada a Secretaria de Estado da Saúde acrescentando em sua estrutura no nível de Execução Programática a Unidade Gestora da Área de Saúde das Regionais e nos órgãos Atípicos foi criado no FES o Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS).

2006

Por meio do Decreto nº 22.131, de 24 de maio de 2006, fica reorganizada a Secretaria de Estado da Saúde, e no nível de Execução Programática na Secretaria Adjunta de Assistência Saúde é criado o Serviço de Urgência e Emergência (SAMU).

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006 reorganiza administrativamente o Estado.

A Secretaria de Estado da Saúde passa a integrar o grupo dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, tendo como finalidade planejar, coordenar e controlar as ações relativas às áreas de saúde, implantação e exploração de sistemas de abastecimento de águas e esgotos sanitários.

A SES tem como entidade vinculada a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão e são mantidos o Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Estadual de Antidrogas e os Conselhos Estadual de Saúde, o Estadual de Saneamento e o Estadual Antidrogas.

2007

Fica reorganizada por meio do Decreto nº 22.906, de 02 de janeiro de 2007, a Secretaria de Estado da Saúde (SES), acrescentando na sua estrutura no nível de Execução Programática a Secretaria Adjunta de Saneamento, os Departamentos Financeiro e o Técnico Pedagógico, Escola Técnica de Saúde do Maranhão “Drª. Maria Nazareth Ramos Neiva”, e altera a denominação da Unidade Gestora da Área de Saúde das Regionais para Unidades das Regionais de Saúde.

Por meio da Lei nº 8.703, de 07 de novembro de 2007, o Sistema de Transferência Voluntária de Recursos Financeiros Fundo a Fundo, do Fundo Estadual da Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, objetivando viabilizar repasses de recursos financeiros destinados à cobertura dos serviços e ações de Atenção Básica, Assistência à Saúde, Vigilância em Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças, Vigilância Sanitária, Assistência Farmacêutica Básica,

DST/AIDS, Saúde do Trabalhador e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

2009

A Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei 8.973, de 02 de junho de 2009, dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual.

Por meio do Decreto nº 25.346, de 04 de maio de 2009, fica reorganizado a Secretaria de Estado da Saúde (SES), mudando no nível de Execução Programática a Secretaria Adjunta de Assistência a Saúde para a Secretaria-Adjunta de Regionalização dos Serviços de Saúde e a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento da Rede de Serviços para a Secretaria Adjunta de Ações de Media e Complexidade, acrescentando, ainda, à sua estrutura a Secretaria Adjunta de Ações Básicas de Saúde.

Conforme o Decreto nº 26.098, de 10 de dezembro de 2009, ficam instituídos como órgãos desconcentrados sob regime especial de autonomia relativa a Unidade Mista do Maiobão e a Escola Técnica de Saúde do Maranhão “Dr^a. Maria de Nazareth Ramos Neiva”, unidades administrativas integrantes da estrutura da SES.

Por meio do Decreto nº 26.099, de 10 de dezembro de 2009, fica instituído como órgão desconcentrado sob regime especial de autonomia relativa o Hospital de Urgência de Presidente Dutra, unidades administrativas integrantes da estrutura da SES.

O Poder Executivo fica autorizado a instituir por meio da Lei nº 9.089, de 18 de dezembro de 2009, o Fundo Estadual de Saúde, que tem por finalidade supervisionar executar e prestar serviços de

saúde em todos os níveis de assistência hospitalar e ambulatorial, ao Poder Público, em especial à SES, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Maranhão, podendo desenvolver atividades de ensino e pesquisa científica e tecnológico na área de saúde.

2010

A Medida Provisória nº 079, de 20 de abril de 2010, convertida na Lei nº 9.215, de 17 de junho de 2010, que alterada a Lei nº 9.089, de 18 de dezembro de 2009, institui a Fundação Estadual da Saúde (FESMA), que tem como finalidade supervisionar, executar e prestar serviços de saúde em todos os níveis de assistência, em especial à SES, no âmbito do sistema Único de Saúde do Estado do Maranhão, podendo desenvolver atividades de ensino e pesquisa científica e tecnológica na área de saúde.

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo.

A Secretaria de Estado da Saúde integra-se na estrutura da administração Direta agrupada no Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por meio desta Medida, a SES tem como finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento.

Por meio desta Medida, vinculam-se a SES, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) e a Fundação de Saúde do Estado do Maranhão (FESMA).

Por meio desta Medida ficam mantidos na SES o Fundo Estadual de Saúde (FES) e o Fundo Estadual de Antidrogas (FEAD), e os Conselhos Estadual de Saúde, Estadual de Saneamento, Estadual de Antidrogas.

2011

Conforme o Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, é reorganizada a Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Por meio deste Decreto, na Administração Superior são acrescentados a Câmara Técnica da CIB/MA e o Subsecretário e na Unidade e Suportes Operacional, é extinto o Departamento de Engenharia e acrescentados o Fundo Estadual de Saúde (FES) e a Comissão Setorial de Licitação.

Por meio deste Decreto, em unidades de Atuação Programática, são acrescentadas a Unidade Gestora de Ações e Serviços de saúde, Unidade Gestora de Insumos Estratégicos e a Unidade Gestora de Regulação, Controle e Avaliação do Sistema de Saúde.

Fica alterado por meio do Decreto nº 27.409, de 19 de maio de 2011, dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, constante do item 13 à linha “h” do inciso III e V do art. 2º, a de nomeação do Centro de Referência em Diabetes para o Centro de Medicina Especializada – Referência Estadual em Diabetes e Hipertensão.

O Decreto nº 27.430, de 26 de maio de 2011, altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), acrescentando o item 15 à linha “h” do inciso IV do art.2º o Hospital Dr. Carlos Macieira.

O Decreto nº 27.665, de 06 de setembro de 2011, que altera o Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, acrescenta na estrutura da SES os Hospitais Regional de Peritoró, Regional de Alto Alegre do Maranhão, Regional de Grajaú; Regional de Morros e o Hospital Regional de Barreirinhas.

Decreto nº 27.666, de 06 de setembro de 2011 que altera o Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, acrescenta na estrutura da SES a Maternidade Marly Sarney, os Hospitais: Presidente Vargas, Nina Rodrigues, Aquiles Lisboa, Adelson de Souza Lopes e Hospital de Referência Estadual de Alta Complexidade – Tarquínio Lopes Filho.

Ficam alteradas as denominações da Unidade de Pronto Atendimento do Vinhais para Centro de Especialidades Médicas do Vinhais; da Unidade de Pronto Atendimento da Cidade Operária para Centro de Especialidades Médicas da Cidade Operária.

Ficam acrescentadas por meio do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, o Centro de Especialidade Médicas do Vinhais, o Centro de Especialidades Médicas da Cidade Operária, o Complexo Hospitalar Materno-Infantil do Maranhão, a Maternidade Benedito Leite, o Hospital Infantil Dr. Juvêncio Matos, o Hospital Carlos Macieira passa a denominar-se Hospital de Referência Estadual de Alta Complexidade Dr. Carlos Macieira.

O Decreto nº 27.729, de 18 de outubro de 2011, que altera o Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 acrescenta na estrutura da SES o Hospital de Paulino Neves, o Hospital Regional de Timbiras e o Hospital de Lago dos Rodrigues.

2012

O Decreto nº 28.318, de 22 de junho de 2012, que altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, acrescenta o Hospital Regional de Santo Amaro.

O Decreto nº 28.392, de 09 de julho de 2012, que altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, acrescenta na estrutura da SES o Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador CEREST/MA.

Fica alterado por meio do Decreto 28.393, de 09 de julho de 2012, dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que acrescenta o Hospital Regional de Matões do Norte na estrutura da SES.

18.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.437, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.456, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Instituto Oswaldo Cruz, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.457, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração da Coordenadoria de Hematologia e Hemoterapia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.458, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Centro de saúde Dr. Paulo Ramos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.459, 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Centro de Saúde da Cidade Operária, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.460, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Centro de Saúde Dr. Genésio Rego, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, 7 de março de 1995, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.461, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Posto de Assistência Médica do Diamante – PAM -Diamante, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.462, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração da Maternidade Marly Sarney, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.463, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração da Maternidade Benedito Leite, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p. 11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.464, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Hospital Aquiles Lisboa, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.465, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Hospital Infantil Juvêncio Matos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.466, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Hospital Tarquínio Lopes Filho da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.467, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Hospital Nina Rodrigues, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.468, de 2 de março de 1995.** Institui a desconcentração do Hospital Presidente Vargas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 7 de março de 1995, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.595, de 2 de junho de 1995.** Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 110, de 8 de junho de 1995, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.571, de 14 de maio de 1997.** Aprova do Regimento da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.41.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.583, de 30 de maio de 1997.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Materno Infantil do Município de Imperatriz, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 5 de junho de 1997, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.923, de 05 de novembro de 1997.** Aprova o Regimento do Posto de Assistência Médica do Diamante – PAM – Diamante, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 219, de 11 de novembro de 1997, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.107, de 17 de março de 1998.** Dispõe sobre a criação da Comissão Estadual de Controle das Leishmanioses no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 55, de 20 de maio de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.614, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Adélia Matos Fonseca do Município de Itapecuru–Mirim, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.615, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Alexandre Mamede Trovão do Município de Coroatá, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.616, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Antonio Pontes de Aguiar do Município de Chapadinha, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.617, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Dr. Carlos Macieira do Município de Colinas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.618, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Celso Rocha Santos do Município de São João dos Patos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.619, de 26 de dezembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Laura Vasconcelos do Município de Bacabal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.620, de 26 de novembro de 1998.** Institui a desconcentração do Hospital Maternidade Governador José Sarney do Município de Pindaré-Mirim e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 7 de dezembro de 1998, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.679, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.5

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.742, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Adélia Matos Fonseca do Município de Itapecuru-Mirim, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.743, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Laura Vasconcelos do Município de Bacabal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 5 de abril de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.744, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Centro de Saúde de São João dos Patos do Município de São João dos Patos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.745, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Maternidade Governador José Sarney do Município de Pindaré-Mirim, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.746, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Dr. Carlos Macieira do Município de Colinas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.747, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Alexandre Mamede Trovão do Município de Coroatá, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.748, de 12 de março de 1999.** Institui a desconcentração do Hospital Regional Antonio Pontes Aguiar do Município de Chapadinha, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 1999, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 30 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.921, de 26 de agosto de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 6 de setembro de 1999, p. 1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.250, de 4 de abril de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 6 de abril de 2000, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.528, de 30 de junho de 2000.** Cria o Conselho Estadual de Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 13 de julho de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de julho de 2002, p.1.

MARANHAO (Estado). **Decreto nº 18.593, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p. 1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.405, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida (GEVIDA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.581, de 21 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Qualidade de Vida (GEVIDA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 28 de maio de 2003, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.917, de 30 de junho de 2003.** Cria o Fundo Estadual Antidrogas (FEAD) no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 9 de julho de 2003, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.718, de 14 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Qualidade (GEVIDA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 136, de 17 de julho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.858, de 9 de setembro de 2003.** Dispõe sobre a vinculação das unidades de saúde à Gerência de Estado de Qualidade. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 10 de setembro de 2003, p. 25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.320, de 8 de março de 2004.** Dispõe sobre a vinculação da unidade de saúde à Gerência de Estado de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 10 de março de 2004,

p.1. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 2 de abril de 2004, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.505, de 12 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Qualidade de Vida (GEVIDA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 31 de maio de 2004, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.543, de 28 de maio de 2004.** Regulamenta a Lei nº 5.637, de 26 de janeiro de 1993, que institui o Fundo Estadual de Saúde (FES). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 3 de junho de 2004, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alterações das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.660, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.765, de 9 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 5.637, de 26 de janeiro de 1993, que institui o Fundo Estadual de Saúde (FES). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 9 de setembro de 2004, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.812, de 6 de outubro de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 18 de outubro de 2004, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.194, de 6 de dezembro 2004.** Institui a criação de um Hospital Geriátrico, em São Luís, no Estado do Maranhão, para atender, em especial e gratuitamente a população idosa e carente, residente na capital e no interior, nas condições que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 241, de 15 de dezembro de 2004, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.017, de 20 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 28 de janeiro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.131, de 24 de maio de 2006.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 26 de maio de 2006, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 248, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.906, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.109.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.703, de 7 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a instituição do Sistema de Transferência Voluntária de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 215, de 7 de novembro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.346, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.793, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 26.098, de 10 de dezembro de 2009.** Altera dispositivos do Decreto nº 25.346, de 4 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 237, de 10 de dezembro de 2009, p.97.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 26.099, de 10 de dezembro de 2009.** Altera dispositivos do Decreto nº 25.346, de 4 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 10 de dezembro de 2009, p.98.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.089, de 18 de dezembro de 2009.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual de Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 243, de 18 de dezembro de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 79, de 20 de abril de 2010.** Altera a Lei nº 9.089, de 18 de dezembro de 2009, que institui a Fundação Estadual de Saúde. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, 23 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.215, de 17 de junho de 2010.** Altera a Lei nº 9.089, de 18 de dezembro de 2009, que institui a Fundação Estadual de Saúde. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 24 de junho de 2010, p.69.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria

de Estado de Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 33, de 16 de fevereiro de 2011, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.409, de 19 de maio de 2011.** Altera dispositivo do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 20 de maio de 2011, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.430, de 26 de maio de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 102, de 27 de maio de 2011, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.665, de 6 de setembro de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 173, de 6 de setembro de 2011, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.666, de 6 de setembro de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 173, de 6 de setembro de 2011, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.729, de 18 de outubro de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão,
Poder Executivo, Maranhão, 218, de 11 de
novembro de 2011, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.318, de 22 de junho de 2012.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.392, de 9 de julho de 2012.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 9 de julho de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.393, de 9 de julho de 2012.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 9 de julho de 2012, p.2.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA - SSP**

19 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

19.1 NATUREZA

Administração Direta.

19.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

19.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP) tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

19.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, fica incorporada à Secretaria de Estado da Justiça, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, passando a denominar-se Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e é agrupada como Secretaria Essencial.

As Secretarias Essenciais são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do Governo, relativas a agricultura, abastecimento e irrigação; educação em seus diversos graus e níveis de funcionamento, pública e particular; promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgica e de proteção à saúde da população; garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdades do cidadão e defesa civil.

Compete a SEJUSP, como órgão central do Sistema Estadual de Segurança Pública, a organização e coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública,

para garantir a eficiência deles, bem como superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica, da cidadania, dos direitos políticos, da defesa civil e das garantias constitucionais; zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos; supervisão, coordenação e controle do Sistema Penitenciário; manutenção da ordem pública e da segurança no Estado; garantia proteção e promoção da ordem pública e dos direitos e liberdade do cidadão; dirigir e orientar as atividades da polícia judiciária, da identificação de pessoas, controlar, registrar e fiscalizar o fabrico, comércio, transporte e uso de armas, munições, explosivos, combustíveis e inflamáveis; apuração de infrações penais, no que couber ao Estado; o auxílio e ação complementar às autoridades da justiça e da segurança nacional, exercendo a segurança do trânsito e o controle e fiscalização nas rodovias estaduais, podendo exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento. A SEJUSP tem como entidade vinculada o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

1996

A SEJUSP é organizada por meio do Decreto nº 14.983, de 03 de abril de 1996, tendo no seu nível de Administração Superior, o Secretário de Estado, o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Superior de Polícia, o Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão (CODECIMA), o Conselho Estadual de Trânsito (CETRA/MA) e a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito (JARI).

1997

Por meio do Decreto nº 15.570, de 14 de maio de 1997, é aprovado o Regimento da SEJUSP.

A SEJUSP passa por 03(três) reorganizações, sendo a primeira por meio do Decreto nº 15.613, de 13 de junho de 1997, que cria 81 Seções de Cartório, 81 Seções de Comissariado e 81 Seções de Investigação e Captura; a segunda por meio do Decreto nº 15.746, de 06 de agosto de 1997, que cria a Assessoria de Assuntos de Segurança Pública e altera a nomenclatura de algumas unidades administrativas e a terceira por meio do Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997, que cria o Centro de Inteligência de Segurança Pública.

1998

O Regimento do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão é aprovado por meio do Decreto nº 16.482, de 29 de setembro de 1998.

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SEJUSP e cria a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania (GEJUSP), como órgão de Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da SEJUSP, ora extinta, ficam redistribuídos, com os seus respectivos cargos, para a GEJUSP.

1999

Por meio do Decreto nº 16.687, de 04 de janeiro de 1999, é organizada a GEJUSP, onde o nível de Administração Superior passa a ser composto pelo Conselho Penitenciário do Estado, Conselho Superior de Polícia, Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão, Conselho Estadual de Trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito e no nível de Assessoramento é criado o Centro Tático Aéreo.

A GEJUSP é reorganizada por meio do Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999.

O Decreto nº 16.897, de 22 de julho de 1999, aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão.

Por meio do Decreto nº 16.933, de 31 de agosto de 1999, é aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito do Maranhão (CETRA/MA).

O Decreto nº 16.969, de 11 de outubro de 1999, aprova o Regimento da Gerência de Estado da Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

2000

O Decreto nº 17.359, de 15 de junho de 2000, altera o quantitativo de membros que integram o Conselho Superior de Polícia Civil.

2001

Por meio do Decreto nº 18.214, de 08 de outubro de 2001, ficam criadas na ilha de São Luís 04 (quatro) Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), englobando os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

2002

A Lei nº 7.760, de 17 de julho de 2002, cria na GEJUSP, os seguintes órgãos: Academia Integrada de Segurança Pública, Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão.

2003

A GEJUSP por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, passa a denominar-se Gerência de Estado de

Segurança Pública (GESEP) e tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A GESEP passa por 02 (duas) organizações por meio dos Decretos nº 19.400, de 24 de fevereiro 2003 e nº 19.511, de 16 de abril de 2003.

Fica instituído o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/MA), vinculado a GESEP, por meio do Decreto nº 19.446, de 11 de março de 2003, que tem por finalidade de garantir a proteção das vítimas e das testemunhas coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com inquérito policial ou com processo criminal.

O Decreto nº 19.499, de 08 de abril de 2003, regulamenta o Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises (GDGC).

Por meio do Decreto nº 19.507, de 15 de abril de 2003, é aprovado o Regimento da Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Pública.

2004

O Decreto nº 20.493, de 05 de maio de 2004, altera a estrutura da GESEP, definindo a composição do nível de Administração Superior com as seguintes unidades administrativas: Conselho Superior de Polícia, Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão, Conselho Estadual de Trânsito, Conselho Superior de Polícia Civil, Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (PROVITA/MA), Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito.

Por meio do Decreto nº 20.532, de 21 de maio de 2004, fica criado o Centro de Perícias Oficiais (CPO), órgão especializado em perícia nos casos de

violência praticada contra crianças e adolescentes.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, e a GESEP passa a denominar-se Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

A SSP é organizada por meio do Decreto nº 20.658, de 23 de julho de 2004.

Por meio da Lei nº 8.192, de 03 de dezembro de 2004, fica instituído o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP).

2005

O Decreto nº 21.021, de 20 de janeiro de 2005, cria o Centro de Equoterapia da Polícia Militar do Maranhão.

Os Decretos nº 21.099, de 28 de março de 2005 e nº 21.201, de 05 de maio de 2005 regulamentam o Fundo Especial de Segurança Pública.

2006

A Lei nº 8.434, de 28 de junho de 2006, institui o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do Estado do Maranhão (GGISP/MA), com a finalidade de coordenar o Sistema Único de Segurança Pública.

O Decreto nº 22.296, de 20 de julho de 2006, acrescenta o Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes na estrutura da SSP. Este Centro tem por finalidade garantir atendimento qualificado a crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito às perícias técnicas nas áreas médica, psicológica e social, sem distinção de sexo, idade, cor, raça, credo e nacionalidade, buscando a produção de provas para a apuração da

autoria e materialidade dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, unidade de execução programática da estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Cidadã (SESEC) é reorganizada por meio da Lei nº 8.508 de 27 de novembro de 2006.

O Decreto nº 22.736, de 29 de novembro de 2006, regulamenta a Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão.

A SSP é reorganizada por meio do Decreto nº 22.831, de 18 de dezembro de 2006.

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, altera a denominação de SSP para Secretaria de Estado de Segurança Cidadã (SESEC).

Ficam transferidas as competências da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, relativas às áreas do sistema penitenciário, cidadania e defesa do consumidor, para a SESEC. e ficam mantidos os Fundos Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, Penitenciário Estadual (FUNPEN), Especial de Segurança Pública (FESP) e os Conselhos Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, Penitenciário do Estado, Superior de Polícia, Estadual de Defesa Civil do Maranhão, Estadual de Trânsito e Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito na estrutura da SESEC.

O Regimento do Interno do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do Estado do Maranhão é aprovado por meio do Decreto nº 22.885, de 28 de dezembro de 2006.

2007

A SESEC é reorganizada por meio do Decreto nº 22.914, de 02 de janeiro de 2007.

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, unidade organizacional da estrutura da SESEC é estruturada por meio do Decreto nº 22.925, de 05 de janeiro de 2007.

O Decreto nº 22.934, de 06 de fevereiro de 2007 disciplina o funcionamento do Conselho de Polícia Civil do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 22.935, de 06 de fevereiro de 2007, regulamenta o Departamento de Operações Táticas Especiais (DOTE), unidade integrante da estrutura da Superintendência Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil do Estado do Maranhão.

A Lei nº 8.709, de 16 de novembro de 2007, altera a denominação do Conselho Superior de Polícia para Conselho Superior de Segurança Cidadã.

A Lei nº 8.719, de 28 de novembro de 2007, cria o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEPOD/MA), como órgão deliberativo integrante da estrutura administrativa da SESEC.

2008

A Lei nº 8.759, de 25 de março de 2008, cria o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD), vinculado à SESEC.

2009

A Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, altera a

denominação de SESEC para Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Ficam transferidas as competências da SESEC, relativas à promoção da cidadania e defesa do consumidor para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania e o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da SESEC ficam redistribuídos com os seus respectivos cargos para a SSP, sendo que os lotados na Superintendência de Defesa do Consumidor ficam redistribuídos para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania.

A SSP é reorganizada por meio do Decreto nº 25.345, de 04 de maio de 2009.

2011

A SSP é reorganizada por meio do Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro 2011.

Por meio da Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, convertida em Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária fica transferida da SSP para a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária.

O Decreto nº 28.829, de 21 de janeiro de 2013, aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

19.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.983, de 3 de abril de 1996.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 69, de 9 de abril de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.570, de 14 de maio de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.613, de 13 de junho de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 19 de junho de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.746, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 154, de 12 de agosto de 1997, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.974, de 20 de novembro de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 231, de 27 de novembro de 1997, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.482, de 29 de setembro de 1998.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 190, de 2 de outubro de 1998, p.03.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.687, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 2, de 4 de janeiro de 1999, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 154, de 12 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.897, de 22 de julho de 1999.** Altera dispositivos do Decreto nº 16.482 de 29 de setembro de 1998, que aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 30 de julho de 1999, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.933, de 31 de agosto de 1999.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito do Maranhão (CETRA-MA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 13 de setembro de 1999, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.969, de 11 de outubro de 1999.** Aprova

o Regimento da Gerência de Estado da Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 205, de 26 de outubro de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.359, de 15 de junho de 2000.** Altera o § 1º do art. 2º do Decreto nº 16.888, de 21 de julho de 1999. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 20 de junho de 2000, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.214, de 8 de outubro de 2001.** Dispõe sobre a criação de Áreas Integradas de Segurança Pública para os municípios que compõem a Ilha de São Luís, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 197, de 18 de outubro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 7.760, de 17 de julho de 2002.** Dispõe sobre alteração, criação e extinção de cargos em comissão na Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 137, de 17 de julho de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p. 3. Republicada por incorreção no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.400, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Segurança Pública, e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.446, de 11 de março de 2003.** Institui o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (PROVITA/MA) e determina outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 11 de março de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.499, de 8 de abril de 2003.** Regulamenta o Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises (GDGC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 17 de abril de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.507, de 15 de abril de 2003.** Aprova o Regimento da Corregedoria do Sistema Estadual de Segurança Pública, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 80, de 28 de abril de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.511, de 16 de abril de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Segurança Pública, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 29 de abril de 2003, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.493, de 5 de maio de 2004.** Altera dispositivo do Decreto nº 19.511, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 18 de maio de 2004, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.532, de 21 de maio de 2004.** Cria o Centro de Perícias Oficiais (CPO) para

casos de violência contra crianças e adolescentes. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 103, de 28 de maio de 2004, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.658, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.192, de 3 de dezembro de 2004.** Institui o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 9 de dezembro de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.021, de 20 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a criação de órgão na Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 2 de fevereiro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.099, de 28 de março de 2005.** Regulamenta o Fundo Especial de Segurança Pública instituído pela Lei nº 8.192, de 03 de dezembro de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 4 de abril de 2005, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.201, de 5 de maio de 2005.**

Regulamenta o Fundo Especial de Segurança Pública instituído pela Lei nº 8.192 de 03 de dezembro de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 11 de maio de 2005, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.434 de 28 de junho de 2006.** Institui o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do Estado do Maranhão (GGISP/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 125, de 30 de junho de 2006, p.144.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.296, de 20 de julho de 2006.** Acrescenta o item “4”, à alínea “d”, do inciso IV, do art.2º, do Decreto nº 20.658, de 23 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 24 de julho de 2006, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.508, de 27 de novembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 227, de 27 de novembro de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.736, de 29 de novembro de 2006.** Dispõe sobre a Regulamentação da Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Maranhão, de que trata o inciso III, do art.4º, da Lei nº 7.760, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 29 de novembro de 2006, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.831, de 18 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 242, de 18 de dezembro de 2006, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.885 de 28 de dezembro de 2006.** Aprova o Regimento Interno do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do Estado do Maranhão (GGISP/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 250, de 29 de dezembro de 2006, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.914, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Segurança Cidadã (SESEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.143.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.925, de 5 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 4, de 5 de janeiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.934, de 6 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre o funcionamento do Conselho de Polícia Civil do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2007, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.935, de 6 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a regulamentação do Departamento

de Operações Táticas Especiais (DOTE), no âmbito da Polícia Civil do Estado do Maranhão, integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2007, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.709, de 16 de novembro de 2007.** Dá nova redação ao inciso XIII do art. 60 da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 16 de novembro de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.719, de 28 de novembro de 2007.** Cria o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEPOD) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 230, de 29 de novembro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.759, de 25 de março de 2008.** Cria o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD) no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.345, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.793, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p. 1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 26 de janeiro de 2011, p.6. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 30, de 11 de fevereiro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p. 38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.829 de 21 de janeiro de 2013.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 14, de 21 de janeiro de 2013, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DAS
CIDADES E DESENVOLVIMENTO
URBANO - SECID**

20 SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO - SECID

20.1 NATUREZA

Administração Direta.

20.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

20.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento urbano, notadamente nas áreas de habitação e saneamento, conforme o disposto na Lei nº 9.340, 28 de fevereiro de 2011.

20.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2003

A Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, reorganiza administrativamente o Estado e cria a Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios (GEDECIM), que tem por competência, planejar e formular as políticas de desenvolvimento urbano, setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; políticas de subsídios à habitação popular, saneamento e transporte urbano; promover a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, com vistas à obtenção de créditos para projetos e ações dos municípios; assessorar e orientar as gestões municipais no desenvolvimento de projetos.

O Decreto nº 19.580, de 21 de maio de 2003, organiza a Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios (GEDECIM). Sua estrutura é composta por quatro níveis: de Administração Superior, de Assessoramento, de Execução Instrumental e de Execução Programática.

Por meio da Lei nº 7.936, de 14 de julho de 2003, é criado o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEH DU), vinculado à GEDECIM e tem por objetivo proporcionar o suporte financeiro necessário para a implementação da Política Estadual de Moradia Popular.

2004

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado. A Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios (GEDECIM) tem seu nome alterado para Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades (SEDECID).

O Decreto nº 20.661, de 23 de julho de 2004, organiza a SEDECID.

2005

O Decreto nº 21.506-A, de 29 de setembro de 2005, estrutura e define as competências e funcionamento do Conselho Estadual das Cidades, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades (SEDECID). Tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política estadual de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei nº

10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, altera denominações de órgãos. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades (SEDECID) passa a denominar-se Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável (SECID). Essa Secretaria integra os órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, tendo por finalidade articular-se institucionalmente com órgãos federais, estaduais e municipais, com vistas ao fomento e a captação de investimentos para diversificação e desenvolvimento do setor produtivo, promover a articulação, integração, cooperação com os municípios, desenvolvendo projetos específicos relativos à habitação, saneamento e desenvolvimento regional sustentável, assim como promover a capacitação de cidadãos empreendedores, visando a sua inserção e atuação no mercado local e regional.

Ficam vinculados à SECID os Conselhos Estadual de Política Habitacional e o de Desenvolvimento Regional, bem como o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEDHU).

2007

O Decreto nº 22.919, de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável (SECID), permanecendo na sua estrutura como órgão Atípico o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Humano (FEDHU).

A Lei nº 8.613, de 29 de maio de 2007, cria o Conselho Estadual das Cidades, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável, (SECID) que tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Por meio da Medida Provisória nº 023, de 11 de junho de 2007, convertida na Lei nº 294, de 20 de junho de 2007, são extintas as Secretarias de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e a das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável (SECID) e é criada a Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID).

Ficam transferidas as competências, os servidores com seus respectivos cargos e os bens, os direitos e as obrigações da SINFRA e da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID) para a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (SECID).

Ficam vinculados à SECID o Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte (DEINT), autarquia estadual, o Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais, o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos, o Conselho Estadual de Política Habitacional, o Conselho de Desenvolvimento Regional, o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano e o Conselho Estadual das Cidades.

O Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEH DU) passa a ser gerido pela SECID.

A SECID é organizada por meio do Decreto nº 23.187, de 05 de julho de 2007. Permanecem na sua estrutura no nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial, como órgão da administração indireta vinculada o Departamento de Infraestrutura e Transporte (DEINT) e como órgão Atípico o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

2008

Por meio da Lei nº 8.758, de 25 de março de 2008, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS) é criado e instituído o respectivo Conselho Gestor. O FHIS é de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

2009

A Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, altera denominações de órgãos. A Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra-Estrutura passa a denominar-se Secretaria de Estado da Infraestrutura e, por meio desta mesma Lei é criada a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), com a finalidade de planejar, executar, coordenar e controlar as políticas públicas das áreas de habitação, saneamento e urbanização, em articulação com os municípios, visando ao desenvolvimento regional sustentável do Estado.

Ficam redistribuídos os servidores do quadro efetivo com seus respectivos cargos, da Secretaria de Estado da Infraestrutura lotados na Secretaria-

Adjunta das Cidades e Desenvolvimento Urbano para a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano.

Ficam vinculados à SECID o Conselho Estadual de Política Habitacional, o Conselho de Desenvolvimento Regional, o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano e o Conselho Estadual das Cidades, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e o Fundo Estadual de habitação e Desenvolvimento Urbano (FEH DU).

O Decreto nº 25.352, de 07 de maio de 2009, organiza a SECID permanecendo na sua estrutura organizacional como órgãos Atípicos o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEH DU) e o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS).

2011

Por meio da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SECID passa a fazer parte do nível das Secretarias de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social. Ficam mantidos na SECID o Conselho Estadual de Política Habitacional, o Conselho Estadual das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS) e o Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEH DU).

Fica extinto o Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR).

O Decreto nº 27.226, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SECID.

O Decreto nº 27.985, de 23 de dezembro de 2011, aprova o Regimento da SECID.

2012

A SECID é reorganizada pelo Decreto nº 28.255, de 01 de junho de 2012. Nas suas Unidades de Suporte Operacional, constam na estrutura os Fundos de Habitação e Desenvolvimento Urbano e o de Habitação de Interesse Social.

20.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Publicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.580, de 21 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios (GEDECIM), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 21 de maio de 2003, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.936, de 14 de julho de 2003.** Cria o Fundo Estadual para Habitação e Desenvolvimento Urbano. (FEH DU). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 4 de agosto de 2003, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.661, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento das (SEDECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.506-A, de 29 de setembro de 2005.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Estadual das Cidades, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 197, de 11 de outubro de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.919, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a Reorganização da Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.159.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.613, de 29 de maio de 2007.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual das Cidades, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 105, de 31 de maio de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 294, de 20 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra- Estrutura (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 122, de 26 de junho de 2007, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.187, de 5 de julho de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 6 de julho de 2007, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.758, de 25 de março de 2008.** Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS), e institui o respectivo Conselho Gestor. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.352, de 7 de maio de 2009.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 8 de maio de 2009, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.793, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.226, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1 de 3 de janeiro de 2011, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.985, de 23 de dezembro de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 23 de dezembro de 2011, p. 11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.255 de 1 de junho de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 1 de junho de 2012, p.20.

**SECRETARIA DE ESTADO DE
ASSUNTOS POLÍTICOS - SEAP**

21 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS - SEAP

21.1 NATUREZA

Administração Direta.

21.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 15.166, de 05 de agosto de 1996.

21.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS (SEAP) tem como finalidade prestar assessoramento ao Governador no tocante ao relacionamento com a classe política, propor a agenda de atendimento político, coordenar as atividades de assessoria parlamentar, manter articulação político-institucional com Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais bem como desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual, conforme disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

21.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Em 1995, com a reorganização administrativa do Estado por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro, os órgãos que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Governadoria é composta pelo conjunto de órgãos auxiliares do Governador e a ele diretamente subordinado com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimento próprio.

Por meio desta Lei a Secretaria de Estado de Governo (SEG), compõe o grupo da Governadoria como órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

O Decreto nº 14.419, de 07 de fevereiro de 1995, organiza a Secretaria de Estado de Governo criando em sua estrutura organizacional no nível de Administração Superior a Subsecretaria de Estado para Assuntos Políticos.

1996

Por meio do Decreto nº 15.166, de 05 de agosto de 1996, é criada a Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Políticos, com o objetivo de estabelecer fluxo de informações e relações públicas de interesse da Governadoria, em assuntos pertinente aos municípios e suas relações com o Poder Legislativo.

O prazo de duração desta Secretaria será a partir da data de publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 1998.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a Secretaria de Estado de Governo e cria a Secretaria Extraordinária de Articulação Política (SEAP) e o Gabinete de Articulação Política do Governador com a competência de Auxiliar o Governador do Estado, como órgão de Apoio e Assessoramento e Representação Governamental com a finalidade de articulação política do Governo.

1999

O Gabinete de Articulação Política do Governador é organizado pelo Decreto nº 16.682, de 04 de janeiro de 1999.

O Decreto nº 16.863, de 01 de julho de 1999, aprova o Regimento do Gabinete de Articulação Política do Governador.

2003

Por meio da Lei 7.844, de 31 de janeiro de 2003, o Gabinete de Articulação Política do Governador passa a denominar-se Gerência de Estado de Articulação Política do Governador (GEAP).

A GEAP é reorganizada por meio do Decreto nº 19.358, de 06 de fevereiro de 2003.

O Decreto nº 19.702, de 08 de julho de 2003, organiza a Gerência de Estado de Articulação Política (GEAP), a qual passa a ter na sua estrutura no nível de Administração Superior uma Gerência Adjunta.

2004

Com a Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado. Os cargos de Gerente de Estado e de Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário adjunto respectivamente.

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a Secretaria de Estado de Articulação Política (SEARP), como órgão de Apoio, Assessoramento e Representação Governamental, tem por finalidade a articulação política do Governo.

2007

A SEARP é organizada por meio do Decreto nº 22.893, de 02 de janeiro de 2007, e no nível de Execução Programática

é criada a Secretária Adjunta de Articulação Política.

2009

A Medida Provisória de nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, altera a denominação da Secretaria de Estado de Articulação Política para Secretaria de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios (SECPAM).

Por meio do Decreto nº 25.340, de 04 de maio de 2009, a SECPAM é reorganizada, passando a integrar-se na sua estrutura no nível de Execução Programática a Secretária Adjunta de Coordenação Política e Articulação com os Municípios.

O Decreto nº 25.807, de 21 de outubro de 2009, aprova o Regimento da SECPAM.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, altera a denominação da Secretaria de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios (SECPAM) para Secretaria de Estado de Assuntos Políticos (SEAP), compondo o Grupo da Governadoria.

2011

A SEAP é reorganizada por meio do Decreto nº 27.220, de 03 de janeiro de 2011, alterando a sua estrutura, criando a Superintendência de Articulação Político-Institucional.

Por meio do Decreto nº 27.689, de 27 de setembro de 2011, organiza a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Políticas Públicas (SEAPOPOP) e

tem por finalidade estabelecer a articulação das políticas públicas junto aos diferentes segmentos sociais e fortalecer os canais de interlocução do Governo com a sociedade civil na construção e gestão participativa de políticas Estadual.

2013

O Decreto nº 28.840, de 29 de janeiro de 2013, reorganiza a SEAP e a Supervisão de Informática da Unidade de Suporte Operacional passa a denominar-se Supervisão de Recursos Humanos.

21.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27 de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.419, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.166, de 5 de agosto de 1996.** Cria a Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Políticos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 154, de 8 de agosto de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.682, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização do Gabinete de Articulação Política do Governador e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.863, de 1 de julho de 1999.** Aprova o Regimento do Gabinete de Articulação Política do Governador e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 15 de julho de 1999, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.358, de 6 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Articulação Política do Governador (GEAP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2003, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.702, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Articulação Política do Governador (GEAP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 16 de julho de 2003, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de

2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.893, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Articulação Política (SEARP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória de nº 048, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.973, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 127, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.340, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios (SECPAM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.807, de 21 de outubro de 2009.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 204, de 23 de outubro de 2009, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.220, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Assunto Políticos (SEAP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.689, de 27 de setembro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Políticas Públicas (SEAPO) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 27 de setembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.840, de 29 de janeiro de 2013.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.220, de 03 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Assunto Políticos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 29 de janeiro de 2013, p.2.

**SECRETARIA DE ESTADO DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS -
SEAE**

22 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SEAE

22.1 NATUREZA

Administração Direta.

22.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.844 de 31 de Janeiro de 2003.

22.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SEAE) tem por finalidade formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do governo, articulando os órgãos da estrutura governamental e instância externas ao Poder Executivo, conforme o disposto na Lei 8.153, de 8 de julho de 2004.

22.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, ocorre a Reorganização Administrativa do Estado.

Por meio desta Lei ficam criadas 6 (seis) Secretarias de Estado Extraordinárias, cabendo a elas exercerem as necessárias ações do Governo, para a realização de projetos, programas, diretrizes e estratégias da Administração.

2004

O Decreto nº 20.568, de 07 de junho de 2004, define as finalidades e competências da Secretaria de Estado

Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado. Cabe a uma das Secretarias de Estado Extraordinária, a finalidade de formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do Governo do Estado, articulando os órgãos da estrutura governamental e instância externas ao Poder Executivo, que passa a denominar-se Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos.

Por meio da Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, ocorre a Reorganização Administrativa do Estado.

Por meio desta Lei fica criada a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, com a finalidade de formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do governo, articulando os órgãos da estrutura governamental e instâncias externas ao Poder Executivo.

Por meio desta Lei a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos passa a compor os órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

O Decreto nº 20.674 de 23 de julho de 2004 organiza a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE).

O Decreto nº 20.706 de 16 de agosto de 2004, revoga o Decreto nº 20.568, de 07 de junho de 2004 que define

as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado.

2006

A Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006, dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado.

Por meio desta Lei, fica extinta a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE), conforme disposto no inciso I, art. 12.

22.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.568, de 7 de junho de 2004.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelas políticas, diretrizes e estratégias de assuntos de interesse do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 7 de junho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003,

e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.674, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de outubro de 2004, p.73.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.706, de 16 de agosto de 2004.** Revoga o Decreto nº 20.568, de 7 de junho de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168 de 30 de outubro de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249 de 28 de dezembro de 2006, p.5.

**SECRETARIA DE ESTADO DE
MINAS E ENERGIA - SEME**

23 SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA (SEME)

23.1 NATUREZA

Administração Direta.

23.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011.

23.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA (SEME) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar e executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos assim como o desenvolvimento dos programas, projetos, processos e atividades relacionados a minas e energia e a outros segmentos industriais e comerciais correlatos, nos limites da competência do Estado, conforme disposto na Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011.

23.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupados com base em suas competências: Governadoria; Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) compõe o grupo das Secretarias Programáticas que são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução da política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações; preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação

dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento comunitário e do trabalho; desportos e lazer.

Vincula-se à Secretaria de Estado da Infraestrutura a Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR), sociedade de economia mista que tem por finalidade planejar, expandir, reformar, operar, manter e explorar os sistemas de produção de energia elétrica bem como os serviços correlatos na área de energia em geral que lhe forem atribuídos no Estado do Maranhão.

Por meio do Decreto nº 14.427, de 07 de fevereiro de 1995, a Secretaria de Estado da Infraestrutura é reorganizada e integra a sua estrutura organizacional no nível de Execução Programática a Coordenadoria de Recursos Energéticos com a Divisão de Desenvolvimento Energético e a Divisão de Macrossistemas Energéticos.

1998

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, fica extinta a Secretaria de Estado da Infraestrutura e é criada a Gerência de Infraestrutura a qual compete como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas, coordenar e controlar as ações relativas às áreas de transportes, desenvolvimento energético e obras públicas, e outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

1999

Por meio do Decreto nº 16.681, de 04 de janeiro de 1999, é organizada a Gerência de Infraestrutura, na estrutura organizacional no Nível de Execução Programática a Coordenadoria de Recursos

Energéticos que passa a denominar-se Subgerência de Desenvolvimento Energético com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Obras Civas, Energia e Transportes.

Por meio do Decreto nº 16.862, de 1º de julho de 1999, a Gerência de Infraestrutura é reorganizada permanecendo na sua estrutura no Nível de Execução Programática a Subgerência de Desenvolvimento Energético com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Obras Civas, Energia e Transportes.

2003

Por meio do Decreto nº 19.398, de 24 de fevereiro de 2003, a Gerência de Estado de Infraestrutura (GEINFRA) é organizada permanecendo na sua estrutura no Nível de Execução Programática a Subgerência de Desenvolvimento Energético com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Obras Civas, Energia e Transportes.

2004

Por meio da Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004, a Gerência de Estado de Infraestrutura permanece com a área de desenvolvimento energético em sua finalidade.

O Decreto nº 20.500, de 05 de maio de 2004, reorganiza a Gerência de Estado de Infraestrutura permanecendo na sua estrutura no Nível de Execução Programática a Subgerência de Desenvolvimento Energético com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Obras Civas, Energia e Transportes.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado

passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

2005

O Decreto nº 21.313, de 07 de julho de 2005, aprova o Quadro de Cargos em Comissão da Casa Civil que contempla o Cargo de Secretário de Estado Extraordinário de Minas e Energia, Secretário-Adjunto de Minas e Energia, Assessor Especial, Assessor Especial III e Assessor I.

O Decreto nº 21.314, de 07 de julho de 2005, define as atribuições do Secretário de Estado Extraordinário de Minas e Energia que é coordenar e fiscalizar as ações do órgão responsável pela exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado GASMAR e do órgão responsável pelo planejamento, regulamentação, fiscalização, acompanhamento e controle de concessão dos serviços públicos ARSEP; articular-se com os órgãos do setor energético e de gás canalizado sobre assuntos de interesse comum e de mediar conflitos de interesses entre o agente do setor elétrico e os consumidores.

2006

O Decreto nº 21.863, de 12 de janeiro de 2006, atribui competência à Secretaria Extraordinária de Minas e Energia para promover e coordenar a política estadual de biocombustíveis e de outras fontes alternativas de geração de energia, como forma de sua inserção na matriz energética brasileira.

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, reorganiza administrativamente o Estado quando a Secretaria de Estado da Infraestrutura integra os órgãos da Administração Direta e mantém na sua finalidade ações relativas a

desenvolvimento energético. Ficam mantidas as Secretarias de Estado Extraordinárias bem como os cargos de Secretários de Estado Extraordinários.

2007

A Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) é reorganizada por meio do Decreto nº 22.907, de 02 de janeiro de 2007, passando a integrar no Nível de Execução Programática a Subgerência de Desenvolvimento Energético que passa a denominar-se Superintendência de Desenvolvimento Energético com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Obras Cíveis e Energia.

A Casa Civil é reorganizada por meio do Decreto nº 22.890, de 02 de janeiro de 2007, mantendo em sua estrutura a Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia.

O Decreto nº 22.936, de 06 de fevereiro de 2007, organiza e define as finalidades da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia cabendo a mesma articular junto às Secretarias de Estado a formulação, implementação, coordenação e acompanhamento das políticas públicas, assim como dos programas, projetos e atividades relacionadas a minas e energia, envolvendo indústria do petróleo, gás, exploração mineral e segmentos industriais correlatos, buscando o desenvolvimento econômico do Estado, a geração de emprego, renda e o bem-estar social, contribuindo de forma sinérgica com os demais órgãos estaduais e federais para a visibilidade da ação eficaz do Governo do Maranhão junto à sociedade.

2010

A Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, altera a finalidade da Secretaria de Estado da Infraestrutura, quando deixam de fazer parte da finalidade dessa Secretaria as ações relativas ao desenvolvimento energético.

O Decreto nº 27.211, de 03 de janeiro de 2011, organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia que é articular junto às Secretarias de Estado a formulação, implementação, coordenação e acompanhamento das políticas públicas, assim como dos programas, projetos e atividades relacionadas a minas e energia, envolvendo indústria do petróleo, gás, exploração mineral e segmentos industriais correlatos, buscando o desenvolvimento econômico do Estado, a geração de emprego, renda e o bem estar social, contribuindo de forma sinérgica com demais órgãos estaduais e federais para a visibilidade da ação eficaz do Governo do Maranhão junto à sociedade.

Por meio da Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011, é criada a Secretaria de Estado de Minas e Energia, agrupada no Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por meio do Decreto nº 27.446, de 06 de junho de 2011, fica organizada a Secretaria de Estado de Minas e Energia que tem o seu Regimento aprovado por meio do Decreto nº 27.639, de 25 de agosto de 2011.

23.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.427, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.681, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Infraestrutura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 2, de 4 de janeiro de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.862, de 1 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Infraestrutura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 15 de julho de 1999, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.398, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado da Infraestrutura - GEINFRA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.104, de 23 de abril de 2004.** Extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 6 de maio de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.500, de 5 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Infraestrutura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 5 de maio de 2004, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153 de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.313, de 7 de julho de 2005.** Aprova o Quadro de Cargos em Comissão da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de 12 de julho de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.314, de 7 de julho de 2005.** Define atribuições do Cargo de Secretário de Estado Extraordinário de Minas e Energia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de 12 de julho de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.863, de 12 de janeiro de 2006.** Atribui competência à Secretaria Extraordinária de Minas e Energia. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.907, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.122.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.890, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 16 de fevereiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.936, de 6 de fevereiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2007, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.211, de 3 de janeiro de 2011.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Minas e Energia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 99, de 24 de maio de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.446, de 6 de junho de 2011.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Minas e Energia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 108, de 6 de junho de 2011, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.639, de 25 de agosto de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Minas e Energia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 25 de agosto de 2011, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
AGRICULTURA FAMILIAR -
SEDES**

24 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR - SEDES

24.1 NATUREZA

Administração Direta.

24.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

24.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR (SEDES) tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de segurança alimentar, de programas de transferência de renda; o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio; o combate à pobreza rural; a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros Especializados de Referência de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência Especializado para População (CENTROS POP); promoção da inclusão produtiva, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica e a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário; a promoção da cidadania no campo e a regularização fundiária das terras públicas, estimulando o desenvolvimento rural sustentável do Estado, com o objetivo de proteger e contribuir para a inclusão e promoção social dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, conforme o disposto na Lei nº 9.940, de 24 de outubro de 2013.

24.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Comunitário e do Trabalho (SEDESCT) passa a integrar-se ao grupo das Secretarias Programáticas.

Vincula-se à estrutura da SEDESCT a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC), fundação pública estadual.

A SEDESCT é reorganizada por meio do Decreto nº 14.435, de 07 de fevereiro de 1995. Ficam incorporados à sua estrutura o Conselho de Desenvolvimento Social e Comunitário e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão.

Integra-se à estrutura da SEDESCT, na Divisão de Apoio ao Idoso, o Solar do Outono e a Coordenadoria do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

A SEDESCT no nível de Execução Programática é composta pela Superintendência de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e a Superintendência do Trabalho e a Superintendência do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão e no nível de Atuação Complementar a Entidade da Administração Indireta vinculada a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC).

Decreto nº 14.454, de 22 de fevereiro de 1995, institui o Conselho Estadual do Trabalho (CONSET).

1996

A Lei nº 6.694, de 11 de julho de 1996, altera a denominação da SEDESCT para Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT), com a competência da administração e coordenação das atividades vinculadas às políticas e diretrizes voltadas para a integração social dos excluídos do processo de formação do produto de renda, envolvendo os diversos atores sociais, tendo como dever interativo desenvolver ações eficientes, eficazes e efetivas, de resgate da cidadania, de redução dos níveis de pobreza absoluta das populações periféricas e interioranas, calçados no pressuposto básico da ética, de princípios e de valores na condução da política e da gestão pública.

Vinculam-se à SOLECIT a FUNAC e como Sociedade de Economia Mista, a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB/MA) e a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA).

O Decreto nº 15.165, de 05 de agosto de 1996, organiza a SOLECIT, integrando na sua estrutura o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão, o Conselho Estadual do Trabalho e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

À estrutura da SOLECIT são incorporados o Solar do Outono e a Coordenadoria do SINE.

São criadas na estrutura da SOLECIT as Superintendências de

Cidadania, de Solidariedade, do Trabalho, do Fundo do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão, a de Assentamentos Humanos e a de Proteção Indígena.

Na Coordenadoria de Assistência Social da Superintendência de Solidariedade é criado a Divisão de Apoio ao Portador de Deficiência.

A Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, cria o Conselho Estadual do Idoso, com objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover autonomia, integração e participação na sociedade, bem como definir, acompanhar e avaliar a política estadual do idoso. O referido Conselho passa a compor a estrutura da SOLECIT.

1997

O Decreto nº 15.569, de 14 de maio de 1997, aprova o Regimento da SOLECIT.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, cria as Gerências de Estado, extingue a SOLECIT e cria a Gerência de Desenvolvimento Social (GDS).

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços, bem como são retribuídos os servidores com seus respectivos cargos efetivos da extinta SOLECIT são transferidos para GDS.

Vinculam-se à GDS o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e a FUNAC.

Passam a integrar na estrutura da GDS o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual de Assistência Social e o Conselho

do Trabalho e o Fundo Estadual e Assistência Social (FEAS)

1999

A GDS é organizada por meio do Decreto nº 16.680, de 04 de janeiro de 1999, integrando na sua estrutura o Conselho Estadual de Política Habitacional criado pela Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e acrescentando na sua estrutura as Subgerências Solidariedade, a do Trabalho, de Habitação e a Gerência Adjunta de Desenvolvimento Social.

É criada na estrutura da GDS, na Gerência Adjunta de Desenvolvimento Social, a Subgerência de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Vinculam-se à GDH, como Entidade da Administração Indireta, a FUNAC e o ITERMA e como órgão Atípico o Fundo de Estadual de Assistência Social.

O Regimento da GDS é aprovado por meio do Decreto nº 16.828, de 24 de maio de 1999.

O Decreto nº 16.905, de 22 de julho de 1999, reorganiza a GDS e mantém na sua estrutura os Conselhos Estaduais de Assistência Social, e do Trabalho, da Criança e do Adolescente e o de Política Habitacional.

É criada na GDS a Gerência Adjunta de Proteção e Emprego.

Por meio da Lei nº 7.490, de 22 de dezembro de 1999, a GDS passa a integrar o Conselho Estadual do Idoso.

2000

A GDS é reorganizada por meio do Decreto nº 17.365, de 19 de junho de 2000,

criando na sua estrutura a Gerência Adjunta do Trabalho e Habitação.

O Decreto nº 17.455, de 08 de agosto de 2000, aprova o Regimento da GDS.

2001

Por meio da Lei nº 7.604, de 11 de junho de 2001, o Conselho Estadual da Mulher é instituído pelo art. 41 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Maranhão, órgão normativo de orientação, deliberação e desenvolvimento da política de atendimento à mulher, de forma a assegurar sua participação integral na sociedade e o respeito aos seus direitos, passa a vincular-se à órgão GDS.

2002

A GDS, por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, passa a fazer parte dos órgãos de Formulação e Articulação de Políticas Públicas, com a competência de coordenar e controlar as ações relativas às áreas de emprego e renda, assistência ao menor e ao idoso e política habitacional.

Os bens patrimoniais, os direitos e as obrigações da GDS, referentes às atividades de agricultura familiar e reforma agrária, bem como os seus servidores com lotação na Subgerência de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, são transferidos para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO).

A GDS é reorganizada pelo Decreto nº 18.601, de 25 de abril de 2002, e o ITERMA deixa de ser vinculado.

2003

Por meio do Decreto nº 19.402, de 24 de fevereiro de 2003, a GDS é reorganizada e o Conselho Estadual da Mulher integra-se à sua estrutura.

O Decreto nº 19.582, de 21 de maio de 2003, reorganiza a GDS e no nível de Execução Programática altera a denominação da Gerência Adjunta do Trabalho e Habitação para a Gerência Adjunta do Trabalho, saindo da sua estrutura a Subgerência de Habitação.

No nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial, vinculam-se a Entidade da Administração Indireta a FUNAC, e o órgão Atípico o Fundo de Assistência Social (FEAS).

2004

A GDS é reorganizada pelo Decreto nº 20.499, de 05 de maio de 2004, e integram-se a sua estrutura, na Unidade Gestora de Programas Sociais, os Centros Comunitários e as Creches.

São criadas as Secretarias de Estado, por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004. A GDS passa a denominar-se Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES).

O Decreto nº 20.665, de 23 de julho de 2004, organiza a SEDES, integrando em sua estrutura, as Secretarias Adjuntas do Trabalho e de Assistência Social.

Na Secretaria Adjunta do Trabalho é criada a Supervisão de Intermediação e Geração de Emprego e Renda e a Supervisão de Qualificação Profissional.

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, a SEDES é classificada como órgão de Preposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional e fica responsável pelas ações relativas a assistência ao menor e ao idoso, regularização de áreas para fins de habitação, melhorias e recuperação de moradias e mutirão habitacional.

Os servidores com os seus respectivos cargos da área social das Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões extintas ficam redistribuídos para SEDES.

Vincula-se à SEDES a FUNAC e ficam mantidos em sua estrutura o FEAS, o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) e os Conselhos Estadual de Assistência Social, do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão.

2007

O Decreto nº 22.908, de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a SEDES integrando em sua estrutura o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão, a Secretaria Adjunta de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional e na Unidade Gestora de Programas Sociais fica apenas o Centro Comunitário.

2008

O Regimento da SEDES é aprovado por meio do Decreto nº 24.780, de 14 de novembro de 2008.

2009

Por meio da Medida Provisória nº 048, de 23 de abril 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, a SEDES permanece como órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

O Decreto nº 25.883, de 13 de novembro de 2009, regulamenta o programa Ação Viva Luz, vinculada a SEDES, com a finalidade de conceder aos consumidores maranhenses residenciais monofásicos de baixo consumo a isenção de pagamentos de contas de energia elétrica fornecida pela Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SEDES passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Mantém na estrutura da SEDES, a FUNAC como Entidade da Administração vinculada, o FEAS e os Conselhos Estadual de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão, Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Estadual dos Direitos do Idoso.

2011

O Decreto nº 27.222, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SEDES criando em sua estrutura a Comissão Setorial de Licitação e integrando o Viva Cidadão, órgão desconcentrado.

A SEDES é reorganizada por meio do Decreto nº 27.628, de 23 de agosto de 2011, alterando a denominação da Secretaria-Adjunta de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional para Secretaria Adjunta de Assistência Social.

É criada a Secretaria-Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional e suas unidades administrativas.

2012

Por meio da Medida Provisória nº 120, de 17 de abril 2012, convertida na Lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) passa a denominar-se Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEDAGRO) é extinta.

Os bens, os direitos e as obrigações da SEDAGRO ficam transferidos para a SEDES.

A Secretaria Ajunta de Assistência Social e o Viva Cidadão são transferidos para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania.

Ficam integrados à SEDES o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho de Políticas de Inclusão Social.

O Decreto nº 28.123, de 23 de abril de 2012, reorganiza a SEDES incluindo como órgão desconcentrado a Gerência de Inclusão Socioproductiva.

2013

Por meio do Decreto nº 28.832, de 22 de janeiro de 2013, é aprovado o Regimento da SEDES.

24.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.435, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.454, de 22 de fevereiro de 1995.** Institui o Conselho Estadual do Trabalho (CONSET) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 2 de março de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.694 de 11 de julho de 1996.** Altera dispositivos da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, transforma cargos comissionados e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 17 de julho de 1996, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.165, de 5 de agosto de 1996.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 7 de outubro de 1996, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 22 de novembro de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.569, de 14 de maio de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.680, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 2, de 4 de janeiro de 1999, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.828, de 21 de maio de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.905, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de outubro de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.490, de 22 de dezembro de 1999.** Altera dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de

novembro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 27 de dezembro de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.356, de 19 de junho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado do Desenvolvimento Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 27 de junho de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.455, de 8 de agosto de 2000.** Aprova o Regimento da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 158, de 16 de outubro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.604, de 11 de junho de 2001.** Regulamenta o art.41 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que criou o Conselho Estadual da Mulher e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 21 de junho de 2002, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.601, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.402, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.582, de 21 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 28 de maio de 2003, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.499, de 5 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social (GDS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 18 de maio de 2004, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. (MARANHÃO, 2004). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.665, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de outubro de 2004, p.43.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.908, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.125.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.780, de 14 de novembro de 2008.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 14 de novembro de 2008, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.883, de 13 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a regulamentação da Ação Viva Luz, destinada a atender aos consumidores maranhenses residenciais monofásicos de baixo consumo, disciplina seu funcionamento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 17 de novembro de 2009, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.222, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.628, de 23 de agosto de 2011.** Altera o dispositivos do Decreto nº 27.222, de 3 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 23 de dezembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 120, de 17 de abril de 2012.** Extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 17 de abril de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.123, de 23 de abril de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Agricultura Familiar (SEDES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 79, de 23 de abril de 2012, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.832, de 22 de janeiro de 2013.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 15, de 22 de janeiro de 2013, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.940, de 24 de outubro de 2013.** Modifica dispositivo da Lei nº 9.340 de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 208, de 24 de novembro de 2013, p.9.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO -
SEDINC**

25 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEDINC

25.1 NATUREZA

Administração Direta.

25.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973.

25.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SEDINC), por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida em Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais.

25.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupados com base em suas competências: Governadoria; Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

Por meio desta Lei as Secretarias Programáticas são definidas como órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução da política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações;

preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento comunitário e do trabalho; desportos e lazer.

Por meio desta Lei a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) compõe o grupo das Secretarias Programáticas como órgão da Administração Direta do Poder Executivo e tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI/MA), a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) e a Empresa Maranhense de Turismo S.A. (MARATUR).

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo é reorganizada pelo Decreto nº 14.428, de 07 de fevereiro de 1995 e mantém como Entidades da Administração Indireta vinculadas a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI/MA) e a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR).

Por meio do Decreto nº 14.608, de 13 de junho de 1995, a SINCT é reorganizada, e na estrutura organizacional no nível de Execução Programática são extintas a Coordenadoria de Geologia e Mineração e a Superintendência do Centro de Convenções.

A Lei 6.429, de 20 de setembro de 1995, cria o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das atividades industriais e agroindustriais e

promover as atividades do comércio exterior.

1996

Por meio do Decreto nº 14.900, de 17 de janeiro de 1996, fica aprovado o Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), que tem por finalidade assegurar incentivo, por meio de financiamento, a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocização, bem como empresas especializadas em comércio exterior, observados os critérios deste Regulamento e das Normas Operacionais do Sistema.

O Regimento da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT)) é aprovado por meio do Decreto nº 14.949, de 14 de março de 1996, e tem como missão básica formular, implementar, executar, avaliar e fiscalizar as políticas, programas, projetos e demais ações pertinentes ao Governo do Estado para o desenvolvimento da indústria, comércio e turismo, como atividades econômicas relevantes para geração de emprego e renda e integração regional, através de medidas e atividades de apoio, incentivo e estímulo à dinamização das empresas e agentes de produção, instalado ou que venha a se instalar no Estado; da concepção, formulação, normatização e gestão de fundos especiais de investimentos e de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento das empresas industriais, comerciais e de turismo; promoção, atração e captação de investimentos externos nos setores da indústria, comércio e turismo nacionais e internacionais; da promoção do comércio exterior e das relações comerciais internas; da atração e do apoio aos grandes projetos industriais instalados ou por se instalar no Estado, e que sejam geradores de empregos e tecnologias; do apoio ao

desenvolvimento de empresas comerciais e industriais, de qualquer porte, com especial atenção às micro e pequenas empresas e às que promovam exportações; a disseminação e implementação de Programa de Qualidade Total no setor privado, em consonância com as políticas federais; do registro da propriedade industrial, marcas e patentes na forma da legislação federal; da aferição de pesos e medidas, quando habilitada na forma da legislação federal; elaborar os orçamentos anuais e o Plano Plurianual Setorial da Indústria, Comércio e Turismo, em consonância com o Plano Plurianual do Estado, no cumprimento das disposições constitucionais.

O Decreto nº 15.190, de 20 de agosto de 1996, altera e revoga dispositivos do Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX).

1997

Por meio do Decreto nº 15.604, de 11 de junho de 1997, a SINCT fica reorganizada, criando na sua estrutura no nível de Atuação Complementar como órgão Atípico o Programa de Ações para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR) e acrescenta como Entidade da Administração Indireta vinculada o Instituto Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR)

A SINCT tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a JUCEMA, a CDI/MA, a MARATUR e o IPEMAR.

O Decreto nº 15.612, de 13 de junho de 1997, institui, como órgão desconcentrado, sob regime especial de autonomia relativa, o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), órgão integrante da estrutura da SINCT, tendo como missão

básica realizar investimentos de infraestrutura turística e de reabilitação do patrimônio cultural urbano do Estado do Maranhão.

1998

Em dezembro de 1998 é aprovada a reforma e reorganização administrativa do Estado por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

Por meio desta Lei são extintas as Secretarias de Estado e criadas as Gerências de Estado.

É extinta a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT).

São autorizadas as incorporações da CDI/MA e da MARATUR pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB/MA) com os respectivos direitos e obrigações.

As funções das entidades incorporadas a CDI/MA e a MARATUR são absorvidas pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN).

Fica alterado a denominação social da Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) para Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Público (EMARHP).

Por meio desta Lei os servidores da extinta SINCT são redistribuídos para a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN).

Por meio desta Lei são absorvidos pela EMARHP, em quadro suplementar os empregados da CDI/MA e da MARATUR.

Com a extinção da SINCT são transferidos os bens patrimoniais, móveis,

equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços para a GEPLAN.

Por meio desta Lei vincula-se a GEPLAN o IPEMAR e a JUCEMA.

1999

Em janeiro de 1999, por meio do Decreto nº 16.683, de 04 de janeiro, é organizada a GEPLAN.

Com a extinção da SINCT fica criada na estrutura organizacional da GEPLAN no nível de Execução Programática as Subgerências do Turismo e da Indústria e do Comércio com subordinação hierárquica a Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico.

O Decreto nº 16.731, de 24 de fevereiro de 1999, aprova e consolida regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), e tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades industriais e agroindustriais em todo o território maranhense e o incremento das de comércio exterior, através das seguintes estratégias: integração e complementação da matriz industrial do Estado; transformação no próprio Estado dos seus recursos naturais e insumos agropecuários; interiorização do processo industrial, visando à redução das disparidades intra-regionais; avanço tecnológico do setor industrial do maranhense; fortalecimento do sistema portuário de São Luís, com vista a credenciá-lo como pólo regional importador/exportador; geração de emprego.

Por meio de Decreto nº 16.829, de 24 de maio de 1999, é aprovado o Regimento da GEPLAN, constando no art. 41 as competências da Subgerência do

Turismo e no art. 44 as competências da Subgerência da Indústria e do Comércio.

O Decreto nº 16.890, de 21 de julho de 1999, reorganiza a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), constando, ainda, na estrutura no nível de Execução Programática as Subgerências do Turismo e da Indústria e do Comércio com subordinação hierárquica, a Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico.

2000

O Decreto nº 17.551, de 02 de outubro de 2000, altera o Decreto nº 16.829 de 24 de maio de 1999, que aprova o Regimento da GEPLAN. Os arts. 44, 45 e 46, referem-se à Subgerência da Indústria e Comércio, à Supervisão de Incentivos, Programas Especiais e Comércio Exterior e à Supervisão de Promoção e Desenvolvimento Industrial, respectivamente.

O Decreto nº 17.552, de 02 de outubro de 2000, altera dispositivos no Decreto nº 16.890 de 21 de julho de 1999, que dispõe sobre a reorganização da GEPLAN e dá nova redação à Subgerência da Indústria e do Comércio.

2001

O Decreto nº 17.752, de 09 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a reorganização da GEPLAN, mantém na estrutura no nível de Execução Programática as Subgerências do Turismo e da Indústria e do Comércio com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico.

2002

Por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, ocorre alterações na estrutura organizacional do Governo de Estado.

Nesta Lei, é criada a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico tendo como competência formular, implementar, executar, avaliar e fiscalizar as políticas, os programas, os projetos e demais ações, visando ao desenvolvimento da indústria, comércio e turismo, como atividades relevantes para geração de emprego e renda e integração regional.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referentes às atividades de desenvolvimento econômico, compreendendo indústria, comércio e turismo para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Por meio desta Lei, vincula-se à Gerência de Desenvolvimento Econômico a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) e o Instituto Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR)

Os servidores da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com lotação na Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico passam a compor o quadro de pessoal da Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico.

O Decreto nº 18.599, de 25 de abril de 2002, dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico, constando na estrutura no nível de Execução Programática as Subgerências da Indústria e do Comércio e do Turismo

com subordinação hierárquica à Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico.

Por meio deste Decreto a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico tem como Entidades da Administração Indireta vinculados o IPEMAR, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), e a JUCEMA.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, ocorre a reorganização administrativa do Estado com alterações das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e 7.734, de 19 de abril de 2002.

Por meio desta Lei a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico passa a denominar-se Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT).

Por meio desta Lei, passam a ser vinculadas à GEDICT a Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR) e Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo (ADEME).

O Decreto nº 19.404, de 24 de fevereiro de 2003, organiza a Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT).

Por meio deste Decreto a GEDICT tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IPEMAR, a EMAP, a JUCEMA, a Companhia Maranhense de Gás (GASMAR), a ADETUR e a ADEME.

2004

Por meio da Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, ocorre a reorganização administrativa do Estado com alterações das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de

1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

Por meio desta Lei as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado. Os cargos de Gerente de Estado e o de Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto, respectivamente.

A Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo passa a denominar-se Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

Por meio desta Lei são extintas a ADETUR e a ADEME e transferidos os seus bens, direitos e obrigações para a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

Os servidores das extintas ADETUR e ADEME são redistribuídos para a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

O Decreto nº 20.629, de 19 de julho de 2004, organiza a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT), sendo alteradas as denominações das Gerências Adjuntas para Secretarias Adjuntas e das Subgerências Adjuntas para Superintendências; acrescentado no nível de Execução Programática a Superintendência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, e no nível de implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial, é acrescentada como Órgão Desconcentrado a Superintendência para Turismo.

Por meio deste Decreto a SINCT mantém como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IPEMAR, a EMAP, a JUCEMA, a GASMAR e como órgão desconcentrado a Superintendência do Turismo.

O Decreto nº 20.628, de 19 de julho de 2004 institui a desconcentração da Superintendência para o Turismo, órgão desconcentrado sob regime especial e de autonomia relativa, integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT), com a missão básica de desenvolver, promover, fomentar, supervisionar e divulgar as ações e programas de incentivo ao turismo do Estado.

Por meio do Decreto nº 20.736, de 30 de agosto de 2004, é criado o Distrito Industrial de Grajaú (MA), sendo que os trabalhos de instalação e administração do distrito ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT).

2005

Por meio do Decreto nº 21.190, de 26 de abril de 2005, fica criado o Grupo Executivo para implantação do Pólo Siderúrgico de São Luís (GEIP) e dos núcleos habitacionais de reassentamentos, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, com a finalidade de coordenar e implementar as ações técnicas e operacionais de responsabilidade do Governo Estadual à implantação do Pólo Siderúrgico, no Sub-Distrito Industrial, em São Luís.

O Decreto nº 21.206, de 12 de maio de 2005, cria o Distrito Agroindustrial do Município de Porto Franco-MA (DIAGRO).

A Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005, cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo com a finalidade de proporcionar recursos em prol do desenvolvimento das atividades industriais, por meio da manutenção,

operacionalização, fiscalização e contratação de serviços básicos infraestruturais de áreas e distritos industriais.

O Decreto nº 21.355, de 03 de agosto de 2005, organiza e regulamenta o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão (FDI).

O FDI será gerido pela SINCT, com a finalidade de proporcionar recursos em prol do desenvolvimento das atividades industriais, por meio da implantação, manutenção, operacionalização, fiscalização e contratação de serviços básicos de infraestrutura de áreas e Distritos Indústrias.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, reorganiza administrativamente o Estado.

A denominação da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo é alterada para Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC).

A Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) absorve as competências relativas aos serviços de turismo da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

Por meio desta Lei os servidores efetivos da SINCT lotados na Superintendência do Turismo são redistribuídos para a Secretaria de Estado do Turismo.

Por meio desta Lei, a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio passa a compor os Órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, e tem por finalidade atrair e desenvolver parcerias comerciais e

industriais, gerando novas oportunidades de negócios e melhorando a distribuição de renda do Estado.

Vinculam-se à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio o SINC, o IPEMAR, a JUCEMA, a EMAP e a GASMAR.

Por meio desta Lei fica mantido o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, gerido pela SINC.

2007

Por meio do Decreto nº 22.910, de 02 de janeiro de 2007, é reorganizada a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), extinguindo no nível de Execução Instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio e cria a Supervisão de Atividades Meio; e no nível de Execução Programática muda a denominação da Secretaria Adjunta da Indústria, Comércio e Turismo para Secretaria Adjunta da Indústria e Comércio e extingue o PRODETUR; é criado o nível de Ação Regional com a Unidade Regional, e no nível de implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial fica extinta como Órgão Desconcentrado a Superintendência para Turismo e acrescenta como órgão atípico o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

Por meio deste Decreto, a SINC é mantida como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IPEMAR, a JUCEMA, a EMAP e a GASMAR.

2008

O Decreto nº 23.873, de 9 de abril de 2008, altera dispositivo do Decreto nº 22.910, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de

Estado da Indústria e Comércio (SINC), acrescentando no nível de Execução Programática a Superintendência de Promoção e Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura.

O Decreto nº 24.855, de 27 de novembro de 2008, dispõe sobre a criação do Programa de Biodiesel do Maranhão (ProBio-MA), sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel.

2009

Por meio do Decreto nº 25.343, de 4 de maio de 2009, é reorganizada a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), sem alteração na sua estrutura administrativa.

Por meio deste Decreto a SINC mantém como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IPEMAR, a JUCEMA, a EMAP e a GASMAR e como órgão Atípico o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 066, de 27 de novembro de 2009, convertida na Lei nº 9.121, de 04 de março de 2010, cria o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO), com o objetivo de: incentivar a implantação de novas indústrias e agroindústrias, e ampliação, realocação e reativação das indústrias e agroindústrias sediadas no Estado do Maranhão; fomentar o desenvolvimento da indústria e agroindústria de pequeno porte, que tenha auferido, em cada ano-calendário, receita bruta até o limite estabelecido no regulamento não optante do Simples Nacional, ou optante, mas impedido de

recolher o ICMS, por limitação da faixa de receita bruta anual em decorrência da participação do Estado no Produto Interno Bruto brasileiro, na forma do art.19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2010

Por meio da Lei nº 9.121, de 04 de março de 2010 é criado o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO).

O Decreto nº 26.476, de 30 de abril de 2010, altera dispositivo do Decreto nº 25.343, de 4 de maio de 2009, que dispõe sobre a reorganização da SINC, acrescentando no nível de Execução Programática a Secretaria-Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a reforma administrativa no Poder Executivo.

A Secretaria de Estado da Indústria e Comércio passa a denominar-se Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC), integrando-se na estrutura da Administração Direta, agrupada no Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por meio desta Medida Provisória a SEDINC tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (INMEQ), a JUCEMA, a EMAP e a GASMAR.

Por meio desta Medida Provisória fica mantido o Fundo Estadual de

Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, gerido pela SEDINC.

2011

Em janeiro de 2011, o Decreto nº 27.225, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a SEDINC, acrescentando na sua estrutura no nível de Execução Instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio e a Comissão Setorial de Licitação, e o nível de Ação Regional mudou sua denominação para Unidades Executoras Descentralizadas com as Unidades Regionais.

Por meio deste Decreto a SEDINC tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o INMEQ/MA, a JUCEMA, a EMAP e a GASMAR.

A Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo (as anotações desta Lei são citadas na Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010).

2012

A Lei nº 9.660, de 17 de julho de 2012, altera dispositivo da Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005 e cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

25.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.428, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo e

dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.608, de 13 de junho de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 116, de 19 de junho de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.429, de 20 de setembro de 1995.** Cria o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 186, de 26 de setembro de 1995, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.900, de 17 de janeiro de 1996.** Aprova o Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 15, de 22 de janeiro de 1996, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.949, de 14 de março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.190, de 20 de agosto de 1996.** Altera e revoga dispositivos do Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 164, de 22 de agosto de 1996, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.604, de 11 de junho de 1997.** Dispõe

sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.612, de 13 de junho de 1997.** Institui a desconcentração do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 115, de 18 de junho de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.683, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências. . Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 04 de janeiro de 1999, p.9. (Suplemento) e **publicada por incorreção** no Diário Oficial do Estado do Maranhão, 62, de 31 de março de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.731, de 24 de fevereiro de 1999.** Aprova e consolida o Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 41, de 2 de março de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.829, de 24 de maio de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.890, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 148, de 4 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.551, de 2 de outubro de 2000.** Altera o Decreto nº 16.829 de 24 de maio de 1999, que aprova o Regimento da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 194, de 6 de outubro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.552, de 2 de outubro de 2000.** Altera dispositivos no Decreto nº 16.890 de 21 de julho de 1999, que dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 194, de 6 de outubro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.752, de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2001, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.599, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.404, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.629, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.628, de 19 de julho de 2004.** Institui a desconcentração da Superintendência para o Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.736, de 30 de agosto de 2004.** Dispõe sobre a criação do Distrito Industrial de Grajaú (MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 172, de 3 de setembro de 2004, p. 8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.190, de 26 de abril de 2005.** Institui o Grupo Executivo para a implantação do Pólo Siderúrgico (GEIP), no Subdistrito Industrial de São Luís. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 88, de 9 de maio de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.206, de 12 de maio de 2005.** Cria o Distrito Agroindustrial do Município de Porto Franco. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 94, de 17 de maio de 2005, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005.** Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 102, de 30 de maio de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.355, de 3 de agosto de 2005.** Dispõe sobre a organização e regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão (FDI), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 152, de 8 de agosto de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.910, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), e

dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.130.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.873, de 9 de abril de 2008.** Altera dispositivo do Decreto nº 22.910, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 71, de 11 de abril de 2008, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.855, de 27 de novembro de 2008.** Dispõe sobre a criação do Programa de Biodiesel do Maranhão (ProBio/MA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, 233, de 28 de novembro de 2008, p.50.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.343, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 83, de 4 de maio de 2009, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 66, de 27 de novembro de 2009.** Cria o Programa de Incentivo às atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO). Diário Oficial do Estado do Maranhão, 228, de 27 de novembro de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010.** Cria o Programa de Incentivo às atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO). Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 5 de março de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 26.476, de 30 de abril de 2010.** Altera dispositivo do Decreto nº 25.343, de 4 de maio de 2009, que dispõe sobre a

reorganização da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 84, de 4 de maio de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.225, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 44, de 3 de março de 2011 p.38.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.660, de 17 de julho de 2012.** Altera dispositivo da Lei nº 8.246, de 25 de maio de 2005, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 138, de 17 de julho de 2012 p.27.

**SECRETARIA DE ESTADO DE
ESPORTE E LAZER - SEDEL**

26 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER - SEDEL

26.1 NATUREZA

Administração Direta.

26.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.012, de 26 de abril de 1958.

26.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER (SEDEL) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do desporto e do lazer bem como administrar e conservar as praças de esporte, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções esportivas, de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando a melhoria da qualidade de vida conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

26.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, a Secretaria Extraordinária de Desportos e Lazer é transformada em Secretaria de Estado de Desportos e Lazer (SEDEL), passando a fazer parte do grupo das Secretarias Programáticas.

As Secretarias Programáticas são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução da política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações; preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação

dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento comunitário e do trabalho; desportos e lazer.

O Decreto de nº 14.423, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a Secretaria de Estado de Desportos e Lazer (SEDEL), criando em sua estrutura as Coordenadorias de Desportos e Lazer e a Divisão de Praças e Interiorização.

1996

O Regimento da Secretaria de Estado de Desportos e Lazer (SEDEL) é aprovado por meio do Decreto nº 14.951, de 14 de março de 1996.

1998

A Lei de nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SEDEL e cria a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH), como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas, com a competência coordenar e controlar as ações relativas às áreas de educação, cultura, desporto e lazer e outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos, instalações, projetos, documentos e serviços, bem como os servidores com seus respectivos cargos efetivos da extinta SEDEL são transferidos para a GDH.

2002

A Lei de nº 7.734, de 19 de abril de 2002, cria a Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA), fundação pública estadual, vinculando-se à Gerência de Desenvolvimento Humano.

São transferidos para a FEEMA os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado e Desenvolvimento Humano (GDH) referentes às atividades de desporto e lazer, bem como os servidores da GDH com lotação na Gerência Adjunta para o Desporto e Lazer.

O Decreto nº 18.594, de 25 de abril de 2002, organiza a Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA) criando na sua estrutura a Diretoria de Desporto e Lazer.

Por meio do Decreto nº 18.891, de 07 de agosto de 2002, é aprovado o Regimento da Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA).

O Conselho Estadual de Esportes do Maranhão (CEEMA), com vinculação institucional à FEEMA, é criado através da Lei nº 7.787, de 19 de novembro de 2002, com o objetivo de acompanhar a evolução do esporte maranhense e, sempre que solicitado, pronunciar-se sobre as linhas orientadoras para Gestão, Políticas e Gerenciamento Estadual do Esporte, bem como buscar o desenvolvimento de programas de democratização do acesso à prática e à cultura do esporte e da atividade física visando ao desenvolvimento integral do homem, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Por meio da Lei nº 7.788, de 19 de novembro de 2002, é criado o Fundo Estadual de Esportes com vinculação institucional à FEEMA com o objetivo de assegurar os meios necessários à execução das ações programadas do Plano Estadual de Esporte.

2003

A Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, extingue a FEEMA e cria a Gerência de Estado de Esporte e Lazer (GESP), que

absorverá as atribuições e os servidores lotados na extinta Fundação.

As competências da GESP passam a ser de planejar, coordenar e executar a política estadual de desporto e lazer, bem como a administração e conservação das praças desportivas; promover, assessorar e defender, sob uma ótica educacional e comunitária, formas de produção esportivas de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, além de outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

A GESP é organizada por meio do Decreto nº 19.391, de 18 de fevereiro de 2003, criando na sua estrutura a Gerência Adjunta de Desporto e Lazer vinculando o Conselho Estadual de Esporte e como órgão atípico o Fundo Estadual de Esporte.

2004

Por meio da Lei 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências passam a denominarem-se Secretarias de Estado e os cargos de Gerentes de Estado e de Gerente Adjunto passam, a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto, respectivamente.

Fica alterada a denominação de Gerência de Estado de Esporte e Lazer para Secretaria de Estado do Esporte (SESP).

O Decreto nº 20.636, de 19 de julho de 2004, organiza a Secretaria de Estado de Esporte (SESP), criando a Secretaria Adjunta de Desporto e Lazer e integrando à sua estrutura o Fundo Estadual de Esporte e o Conselho Estadual de Esportes.

2006

Por meio da Lei 8.559 de 28 de dezembro de 2006, a SESP, passa a integrar

órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional e extingue o Fundo Estadual de Esporte.

2007

O Decreto 22.915, de 02 de janeiro de 2007, reorganiza a SESP e cria a Secretaria Adjunta de Projetos Especiais.

A Lei 8.702, de 05 de novembro de 2007, cria o Fundo Estadual de Esportes (FUNESP), vinculando-se a SESP com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos voltados à prática do esporte e lazer, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, além de projetos específicos relativos às manifestações esportivas existentes, apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e por órgãos públicos de esportes das administrações estadual e municipais.

O Conselho Estadual de Esportes é criado por meio da Lei nº 8.707, de 16 de novembro de 2007.

2008

Por meio da Lei 8.756, de 25 de março de 2008, a Secretaria de Estado do Esporte, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Esporte e Juventude, incluindo na sua competência a formulação, coordenação, e promoção das políticas públicas de juventude para o Estado do Maranhão.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, altera a denominação da Secretaria de Estado de Esporte e Juventude para Secretaria de Estado do Esporte e Lazer e passa a compor

os órgãos de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ficam mantidos na estrutura da SEDEL o Fundo Estadual de Esportes (FUMESP) e o Conselho Estadual de Esportes.

2011

Por meio do Decreto nº 27.232, de 03 de janeiro de 2011, é reorganizada a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), criando em sua estrutura a Secretaria-Adjunta de Esporte Educacional e a de Projetos Especiais.

O Decreto nº 27.550, de 13 de julho de 2011, aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL).

2013

Por meio da Lei de nº 9.878, de 18 de julho de 2013, é criado o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão (CONESP), órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo, propositivo, fiscalizador, controlador, orientador, gestor e formulador de políticas públicas de esporte e lazer. A SEDEL passa a ser um dos órgãos na composição do CONESP.

Esta Lei revoga a Lei nº 8.707, de 16 de novembro de 2007, que cria o Conselho Estadual de Esportes.

26.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.423, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe

sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Desportos e Lazer e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.951, de 14 e março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Desportos e Lazer (SEDEL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.26.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.594, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Fundação Estadual de Esportes do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.891, de 7 de agosto de 2002.** Aprova o Regimento da Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 13 de agosto de 2002, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.787, de 19 de novembro de 2002.** Cria o Conselho

Estadual de Esportes do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 231 de 27 de novembro de 2002, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.788, de 19 de novembro de 2002.** Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Esportes, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 231 de 27 de novembro de 2002, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Republicada por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.391, de 18 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Esporte e Lazer (GESP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 31, de 21 de fevereiro de 2003, p.2. Republicado por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 7 de outubro de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734 e 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.636, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Esporte (SESP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 138, de 19 de julho de 2004, p.46.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.915, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Esporte (SESP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.152.

MARANHÃO (Estado). **Lei 8.702, de 5 de novembro de 2007.** Cria o Fundo Estadual de Esportes, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 213, de 5 de novembro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.707, de 16 de novembro de 2007.** Cria o Conselho Estadual de Esporte, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 16 de novembro de 2007, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.756, de 25 de março de 2008.** Altera a denominação da Secretaria de Estado do Esporte e dispositivos da Lei nº 8.559, de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de**

2010. Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.232, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 11, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.550, de 13 de julho de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 136, de 15 de julho de 2011, p.40.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e dá outras providências, com base nas diretrizes e orientações da II Conferência Nacional de Esporte e Lazer. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 128, de 18 de julho de 2013, p.2.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE E RECURSOS
NATURAIS - SEMA**

27 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA)

27.1 NATUREZA

Administração Direta.

27.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.

27.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA) tem por finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, conforme disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

27.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração do Poder Executivo passam ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Programáticas são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução e política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações; preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento

comunitário e do trabalho; desportos e lazer.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) passa a integrar o grupo das Secretarias Programáticas.

Por meio do Decreto nº 14.430, de 07 de fevereiro de 1995, fica reorganizada a SEMA, integrando na sua estrutura o Conselho Estadual do Meio Ambiente e a Delegacia Regional do Meio Ambiente.

1997

Por meio do Decreto nº 15.607, de 11 de junho de 1997, fica aprovado o Regimento da Secretaria de Estado do Meio e Recursos Hídricos (SEMA).

1998

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, fica extinta a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e é criada a Gerência de Qualidade de Vida (GQV), como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas, com a competência de coordenar e controlar as ações relativas, às áreas de saúde, saneamento, meio ambiente, recursos hídricos

Os servidores com seus respectivos cargos efetivos, os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços existentes extintos na SEMA são transferidos para a Gerência de Qualidade de Vida (GQV).

Por meio desta Lei, a GQV tem como entidade vinculada a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (CAEMA).

Por meio desta Lei ficam mantidos na GQV os seguintes Conselhos: Estadual de Saúde, o Estadual de Entorpecentes, o

Estadual do Meio Ambiente e o Estadual de Recursos Hídricos.

Por meio desta Lei ficam mantidos os Fundos: Estadual de Saúde (FES) e o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA).

1999

Em 04 de janeiro de 1999, o Decreto nº 16.679, dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida (GQV). Consta na estrutura no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico, o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999, dispõe sobre a reorganização da GQV, constando ainda na sua estrutura a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

2000

O Decreto nº 17.250, de 04 de abril de 2000, reorganiza a GQV, mantendo na sua estrutura a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

2002

Por meio da Lei nº 7.734 em 19 de abril de 2002, ocorre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado.

Por meio desta Lei é criada a Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a quem compete a coordenação e execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização, coordenação e controle das ações relativas à exploração e

preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

A Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais passa compor os órgãos de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.

Por meio desta Lei, passam a fazer parte da estrutura organizacional Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o FEMA.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações da GQV, referente às atividades do meio ambiente e os recursos hídricos ficam transferidos para a Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Os servidores da GQV, com lotação a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos passam a compor o Quadro de Pessoal da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

O Decreto nº 18.600, de 25 de abril de 2002, organiza a Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

2003

Por meio do Decreto nº 19.401, de 24 de fevereiro de 2003, fica organizada a GEMARN, acrescentado em sua estrutura no nível de Execução Instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio e no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Estado de Meio e Recursos Naturais e no nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial como órgão desconcentrado o Jardim Botânico do Sítio do Físico.

2004

Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretaria de Estado.

Os cargos de Gerentes de Estado e Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto respectivamente.

A GEMARN por meio desta Lei passa a denominar-se Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

O Decreto nº 20.632, de 19 de julho de 2004, organiza a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), sendo alterada as denominações da Gerência Adjunta para Secretaria Adjunta e de Subgerência para Superintendência.

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, que reorganiza administrativamente o Estado, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, passa a compor os órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, com finalidade de planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Por meio desta Lei ficam mantidos na estrutura da SEMA o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA), Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

2007

Por meio do Decreto nº 22.909, de 02 de janeiro de 2007, é reorganizada a SEMA.

E por este Decreto no nível de Execução Instrumental é extinta a Unidade Gestora de Atividades Meio, acrescentando a Supervisão de Atividade Meio. No nível de Execução Programática é feita a fusão da Superintendência Monitoramento e Controle da qualidade Ambiental com a Superintendência de Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais dando uma nova denominação para Superintendência de Monitoramento, Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais e no nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial é extinto o órgão desconcentrado Jardim Botânico do Sítio do Físico.

2009

Por meio da Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, a SEMA mantém nos órgãos de Proposição Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de dezembro de 2011, dispõe sobre a reforma administrativa no Poder Executivo.

A SEMA passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social e tendo como finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à

exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Por esta Medida Provisória fica mantido o FEMA e os Conselhos Estadual do Meio Ambiente e o Estadual de Recursos Hídricos.

2011

O Decreto nº 27.233, de 03 de janeiro 2011, reorganiza a SEMA, acrescentando na Unidade de Suporte Operacional a Comissão de Licitação e na Unidade de Atuação Programática, altera a denominação da Superintendência de Gestão Ambiental para a Superintendência de Gestão Florestal. A Superintendência de Monitoramento, Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais é desmembrada para a Superintendência de Fiscalização e Defesa de Recursos Naturais e Superintendência de Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental e o FEMA passa fazer parte dessa unidade.

Em 24 de novembro de 2011, o Decreto nº 27.871, reorganiza a SEMA, acrescentando à sua estrutura organizacional no nível de Administração Superior a Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA) e na Unidade de Assessoramento Direto ao Secretário a Ouvidoria. Na Unidade de Suporte Operacional a Unidade Gestora de Atividades Meio e o Fundo Estadual de Unidade Conservação (FEUC). Na Unidade de Atuação Programática a Secretaria-Adjunta de Licenciamento e a Secretaria-Adjunta de Desenvolvimento Sustentável.

27.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.430, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.607, de 11 de junho de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e da outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 17 de junho de 1977, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.679, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 21 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.250, de 4 de abril de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência da

Qualidade de Vida e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 6 de abril de 2000, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.600, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.401, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (GEMARN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.632, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.909, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.128.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera o dispositivo da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.233, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.37.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder

Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.871, de 24 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 24 de novembro de 2006, p.24.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO - SEPLAN**

28 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN

28.1 NATUREZA

Administração Direta.

28.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 2.669, de 29 de julho de 1966.

28.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN) tem por finalidade planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; gestão da tecnologia de informação e administração de dados; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência, conforme o disposto na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012.

28.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Em 1995, com a reorganização administrativa do Estado, por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração direta do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas

competências: Governadoria; Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

Por meio desta Lei, as Secretarias Sistêmicas são definidas como órgãos formuladores e normatizadores de ações de desenvolvimento, capacitação de recursos humanos, material e patrimônio e modernização administrativa; planejamento estratégico e orçamento público; fiscalização e administração tributária, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional.

Por meio desta Lei, a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) compõe o grupo das Secretarias Sistêmicas como órgão da Administração Direta do Poder Executivo e tem como Entidade da Administração Indireta vinculada o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão (IPES).

Por meio desta Lei, a Secretaria de Estado do Planejamento, Ciência e Tecnologia passa a denominar-se Secretaria de Estado do Planejamento.

A Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) é reorganizada pelo Decreto nº 14.429, de 07 de fevereiro de 1995.

1996

Por meio do Decreto nº 14.912, de 29 de janeiro de 1996, é instituído o Sistema de Informações para o Planejamento (SIPLAN) com o objetivo de promover o ordenamento, a integração, a sistematização e a produção e disseminação dos dados e/ou informações necessárias ao processo de planejamento global, espacial e setorial do Estado do Maranhão, em todas as suas etapas, e ao atendimento dos diversos segmentos da sociedade.

O Regimento da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) é aprovado por meio do Decreto nº 14.952, de 14 de março de 1996, e tem como missão básica como órgão central do sistema de planejamento, orçamento público, desenvolvimento econômico, regional, municipal e urbano, mediante a orientação normativa e metodológica às Secretarias e órgãos do Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações, acompanhamento, controle e avaliação sistemática dos desempenhos em seus planos, programas, projetos e convênios, a orientação dos órgãos governamentais na elaboração dos seus orçamentos, a consolidação crítica desses orçamentos no orçamento geral do estado e o acompanhamento e controle da execução orçamentária, tanto da administração direta quanto da indireta; a promoção de estudos, pesquisas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico; o planejamento e execução da junção de articulação do Estado com a União, as diversas regiões do estado e seus municípios e programas governamentais; a definição e controle dos indicadores de desempenho de todos os setores da máquina pública, bem como o planejamento e coordenação do desenvolvimento urbano.

Em maio de 1996, o Decreto nº 15.066, de 27 de maio, reorganiza a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), criando na sua estrutura no nível de Execução Programática a Superintendência do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

A SEPLAN tem como Entidade da Administração Indireta vinculada o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão (IPES).

1997

O Decreto nº 15.436, de 19 de março de 1997, reorganiza a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), criando na sua estrutura no nível de Atuação Complementar como órgão Atípico o Núcleo Estadual de Programas Especiais.

A SEPLAN tem como Entidade da Administração Indireta vinculada o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão (IPES).

O Decreto nº 15.605, de 11 de junho de 1997, institui como órgão desconcentrado sob regime especial, de autonomia relativa, o Núcleo Estadual de Programas Especiais (NEPE), órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), tendo como missão básica administrar, no âmbito estadual os programas e projetos especiais oriundos de acordos, contratos e convênios com organismos federais e internacionais com vista à promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Maranhão.

1998

Em dezembro de 1998, é aprovada a reforma e reorganização administrativa do Estado por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

Por meio desta Lei, é extinta a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e criada a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), como órgão de gerenciamento estratégico e desenvolvimento institucional, cabendo a esta formular e avaliar as políticas públicas, executar, coordenar e controlar as ações estratégicas do governo.

A Lei, são transferidos as finalidades, os bens, os direitos e as obrigações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) para a GEPLAN.

Por meio desta Lei, as funções da Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento S.A (CODEA) são absorvidas pelas Gerências de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN) e Gerência de Qualidade de Vida (GQV), e as funções da Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Maranhão (EMATER) são absorvidas pela GEPLAN.

Os servidores das Secretarias extintas são redistribuídos, com os respectivos cargos efetivos, para os seguintes órgãos: da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) para a Gerência da Receita Estadual e para a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT), da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTC) e Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAGRIMA) para a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Os servidores da FAPEMA e do IPES são redistribuídos como os respectivos cargos efetivos para a GEPLAN.

Por meio desta Lei, a GEPLAN tem como vinculados o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão

(IPEMAR) e a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA).

Por meio desta Lei é extinta a SEPLAN, SINCT, SECTEC E SAGRIMA e são transferidos os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços para as GEPLAN.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONCIT) que integrava a estrutura da SECTEC por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, com a extinção da SECTEC por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, o CONCIT passou a integrar a estrutura da GEPLAN.

Em 1998, através da Lei Complementar nº 041, de 29 de dezembro, é instituído o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM), com a finalidade de financiar programas e projetos de pesquisa individual e institucional realizados em instituições públicas ou empresas privadas que desenvolvam pesquisa de reconhecimento público no Estado do Maranhão. O FAPEM será gerido pela GEPLAN.

1999

Em janeiro de 1999, por meio do Decreto nº 16.683, de 04 de janeiro, é organizada a GEPLAN.

Por meio deste Decreto fica mantido na estrutura da GEPLAN o CONCIT e no nível de Execução Instrumental, extingue as Coordenadorias e criam as Supervisões; no nível de Execução Programática extingue as Superintendências e criam as Gerências Adjuntas: de Planejamento, de Orçamento e Finanças, de Desenvolvimento Econômico e de Informações Estratégicas e Gerenciais.

Com a extinção da SECTEC, SINCT e SAGRIMA são criados na estrutura organizacional da GEPLAN no nível de Execução Programática as Subgerências de: Ciência e Tecnologia, Agricultura, Turismo, da Indústria e do Comércio.

A GEPLAN tem na sua estrutura como Entidades da Administração Indireta vinculadas a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) e o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR), como órgão desconcentrado, a Subgerência do Núcleo de Programas Especiais (NEPE), e como órgão Atípicos o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, e o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM).

Em março de 1999, por meio de Decreto nº 16.754, de 24 de março, nº 041, de 29 de dezembro de 1998, que institui o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM), gerido pela GEPLAN.

Em maio de 1999, por meio de Decreto nº 16.829, de 24 de maio, é aprovado o Regimento da GEPLAN, com a missão básica formular e avaliar as políticas públicas, executar, coordenar e controlar as ações estratégicas do governo nas áreas de planejamento, orçamento público, execução e acompanhamento das despesas públicas, contabilidade, desenvolvimento global, setorial, regional e urbano, de informações estratégicas e gerenciais, de desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento da indústria, do comércio, do turismo e do setor agropecuário; realizar estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas, bem como as ações de cartografia de interesse para o planejamento.

Em junho de 1999, a Lei nº 7.386, de 16 de junho, dispõe sobre a defesa sanitária animal na área de competência da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN).

Por meio desta Lei, a GEPLAN participará, obrigatoriamente do Sistema de Vigilância Epidemiológica na área de saúde humana, institucionalizado pela Gerência de Qualidade de Vida, colaborando na preservação da saúde pública, particularmente no que se refere à zoonoses.

Por meio da Lei nº 7.385, de 16 de junho, é instituído o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA), com a finalidade de promover, incentivar, apoiar e custear programas ou projetos de assistência técnica e extensão rural, bem como a proteção do patrimônio pecuário estadual e a preservação da saúde pública, com vistas a acelerar e racionalizar o processo de absorção de novas tecnologias pelo produtor rural, além de possibilitar a melhoria do padrão de vida das populações rurais, o fortalecimento econômico dos produtores e o desenvolvimento econômico e social da região. O FDA fica gerido pela GEPLAN.

Em julho de 1999, o Decreto nº 16.890, de 21 de julho, reorganiza a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), sem alteração na sua estrutura administrativa.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR) e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), como órgão desconcentrado a

Subgerência do Núcleo de Programas Especiais (NEPE) e como órgão Atípico o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira e o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM).

Em julho de 1999, por meio de Decreto nº 16.904, de 22 de julho, é instituída a desconcentração da Subgerência de Agricultura, órgão desconcentrado sob regime especial de autonomia relativa integrante da estrutura da GEPLAN, com a missão básica de programar, coordenar, acompanhar, avaliar e fiscalizar as atividades relativas à produção vegetal, produção animal, assistência técnica e extensão rural, irrigação e drenagem, pesca, defesa e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comercialização agrícola, armazenagem, classificação e padronização e abastecimento alimentar.

O Decreto nº 16.882, de 14 de julho de 1999, organiza e regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA), gerido pela GEPLAN por meio da Subgerência da Agricultura.

2000

Em julho de 2000, por meio do Decreto nº 17.423, de 17 de julho, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico fica organizado, na estrutura da GEPLAN, como órgão deliberativo do Fundo de Amparo à Pesquisa no Estado do Maranhão, e tem com objetivo empreender ações que visem promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Maranhão.

O Decreto nº 17.424, de 17 de julho de 2000, altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CEDCT), vinculado a GEPLAN.

O Decreto nº 17.551, de 02 de outubro de 2000 que altera o Decreto nº 16.829 de 24 de maio de 1999, aprova o Regimento da GEPLAN.

O Decreto nº 17.552, de 02 de outubro de 2000, altera dispositivos no Decreto nº 16.890 de 21 de julho de 1999, que dispõe sobre a reorganização da GEPLAN e a nova redação a Subgerência da Indústria e do Comércio e ao NEPE.

Em dezembro de 2000, por meio de Lei nº 7.573, de 07 de dezembro, são alterados dispositivos da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, onde as entidades da administração indireta vinculada a GEPLAN passam ser o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR) e Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

2001

Em janeiro de 2001, o Decreto nº 17.752, de 09 de janeiro, dispõe sobre a reorganização da GEPLAN e na estrutura organizacional no nível de Assessoramento extingue a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas. No nível de Execução Programática acrescenta as Subgerências: de Tecnologia da Informação e o Núcleo de Administração do PRODETUR e a Subgerência de Agricultura passa a ser órgão desconcentrado.

A GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão (IPEMAR) e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP); como órgãos desconcentrados a Subgerência de Agricultura e a Subgerência do Núcleo de Programas Especiais (NEPE); e como órgãos Atípicos o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira e o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão.

Em junho de 2001, por meio de Lei Complementar nº 050, de 11 de junho de 2001 é alterado dispositivo da Lei Complementar nº 041, de 29 de dezembro de 1998, que institui o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM), com a finalidade de financiar programas e projetos de pesquisa individual e institucional, realizados em instituições públicas ou empresas privada, que desenvolvam pesquisa de reconhecimento público no Estado do Maranhão, bem com programas e projetos de transferência de conhecimentos científicos e tecnológico, através de ações específicas estabelecidas pelas políticas estaduais de desenvolvimento científico, tecnológico econômico, social e ambiental, visando o desenvolvimento do Estado e o bem estar da população.

Em setembro de 2001, por meio de Decreto nº 18.130, de 23 de agosto, é instituído no Estado do Maranhão o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal.

Por meio deste Decreto ficam instituídos na GEPLAN, subordinada à Subgerência de Agricultura, a Coordenação Estadual de Saúde Animal e de Controle da Qualidade dos Produtos de Origem Animal (CSA) e a Coordenação Estadual de Saúde Vegetal e Controle da Qualidade Sanitária dos Produtos de Origem Vegetal (CSV), com as incumbências de mobilizar todos os recursos governamentais ou privados e de traçarem as normas para o desenvolvimento de ações efetivas pertinentes à correspondente política zoofitossanitária no Estado do Maranhão, tendo como prioridade maior a Erradicação da Febre Aftosa e a Prevenção da Sigaetoka Negra.

2002

Em abril de 2002, por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril, ocorre alterações

na estrutura organizacional do Governo de Estado.

Por meio desta Lei, é extinta a Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN) e é criada a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão como órgão de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional, a quem compete efetuar o planejamento, estudos e pesquisas; a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária de convênios e de projetos; a gestão do tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade geral; a política científica e tecnológica; o apoio à pesquisa básica e aplicada, o ensino técnico e profissional; a administração e desenvolvimento dos recursos humanos; a previdência social e os serviços assistenciais dos servidores públicos; a administração de materiais e patrimônio; organização, sistemas e métodos; modernização administrativa; gestão de informações, de tecnologia da informação e administração de dados, além de outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

Passam a ser vinculadas à Gerência de Estado de Planejamento e Gestão a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Por meio desta Lei, passa a fazer parte da estrutura organizacional da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN) e o Fundo de

Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM) passam a ser geridos pela Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações das Gerências de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e de Administração e Modernização para a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referentes às atividades de desenvolvimento econômico compreendendo indústria, comércio e turismo para a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Por meio desta Lei, são transferidos os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referentes às atividades de agricultura, pecuária e desenvolvimento rural, compreendendo agricultura, pecuária e abastecimento para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referentes às atividades de defesa e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal para a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.

Por meio desta Lei, são transferidos os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referentes às atividades do núcleo de programas especiais para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

Os servidores pertencentes aos quadros dos órgãos extintos ficaram lotados na Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

Os servidores da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com lotação na Gerência Adjunta de Desenvolvimento Econômico passam a compor o quadro de pessoal da Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Os servidores da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com lotação na Subgerência de Programas Especiais e na Subgerência de Agricultura passam a compor o quadro de pessoal da Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

Os servidores lotados na Supervisão de Defesa e Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e vegetal da Subgerência de Agricultura passam a compor o Quadro de Pessoal da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.

Em abril de 2002, por meio do Decreto nº 18.603, de 25 de abril, a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão (GEPLAN) é organizada sendo acrescida à sua estrutura, no nível Administração Superior, o Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONSUP), o FEPA, e o FUNBEM; no nível de Assessoramento, a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas e no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Gestão e Gerência Adjunta de Seguridade Social. A Subgerência de Tecnologia e Informações passa a ter subordinação hierárquica a Gerência Adjunta de Gestão.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e a UEMA; como órgão desconcentrado o Viva Cidadão e como órgão Atípico o FAPEM.

Em maio de 2002, por meio de Decreto nº 18.649, de 03 de maio, é disciplinada a operacionalização e o funcionamento da Unidade Fixa do Viva Cidadão no Município de Carolina, subordinada do Viva Cidadão, órgão desconcentrado integrante da estrutura da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão.

Em maio de 2002, por meio do Decreto nº 18.665, de 14 de maio, ficam estabelecidas as normas de operacionalização e funcionamento das Unidades Móveis do Viva Cidadão, órgão integrante da estrutura da GEPLAN, que tem como missão básica o fortalecimento do exercício da cidadania, facilitando o acesso da comunidade à ação de qualidade na prestação dos serviços públicos.

2003

Em janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro, ocorre a Reorganização Administrativa do Estado com alterações nas Leis nºs 7.356/98 e 7.734/02.

Por meio desta Lei a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão passa a denominar-se Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão de Gerenciamento Estratégicos e Desenvolvimento Institucional.

É criada a Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC) que absorverá as atribuições e os servidores lotados na Subgerência da Ciência e

Tecnologia da Gerência de Estado do Planejamento e Gestão.

Por meio desta Lei é autorizada a criação do Instituto de Estudos e Análises Socioeconômicas do Maranhão (IEASE), autarquia estadual, vinculada à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN) passa a ser gerido pela Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Lei Complementar nº 059, de 31 de janeiro de 2003, reorganiza o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), vinculado pela Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em janeiro de 2003, a Lei nº 7.846, de 31 de janeiro, altera e revoga dispositivos da legislação que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN) vinculado a GEPLAN.

Em janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.849, de 31 de janeiro, é criado o Instituto de Estudos e Análises Socioeconômicas do Estado do Maranhão (IEASE), autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculado à Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN).

Em março de 2003, por meio de Decreto nº 19.441, de 03 de março, a GEPLAN é organizada sendo acrescentado ao nível de Execução Instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio e ao nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Coordenação. A Controladoria de Pessoal, a Escola de Governo do

Maranhão e a Unidade Gestora de Tecnologia da Informação passam a ter subordinação hierárquica ao Secretário de Estado.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e o IEASE.

Em junho de 2003, por meio de Decreto nº 19.654, de 20 de junho, é criado o Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Coordenação (SEPOC), com o objetivo de gerenciar o conjunto de métodos, processos e rotinas de trabalho que darão sustentação às atividades de planejamento, orçamento, coordenação e avaliação de programas e ações, componentes do Plano de Governo e do Plano Plurianual (PPA) e será Coordenado pela GEPLAN.

Em julho de 2003, por meio de Decreto nº 19.704, de 08 de julho, a GEPLAN é organizada e a Controladoria de Pessoal e a Escola de Governo do Maranhão passam compor a estrutura da Gerência Adjunta de Gestão.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e o IEASE.

Em dezembro de 2003, por meio da Lei nº 8.045, de 19 de dezembro, é modificado, revogado e alterado dispositivos da legislação que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN), vinculado à GEPLAN.

Em dezembro de 2003, por meio da Lei nº 8.046, de 19 de dezembro, é alterado dispositivos que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual.

2004

Em fevereiro de 2004, por meio da Lei Complementar nº 073 de 04 de fevereiro, é reorganizado o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual, que visa assegurar o direito relativo à previdência social, à saúde e à assistência social de seus segurados ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, compreendendo o conjunto de benefícios e serviços.

O FEPA e o FUNBEN são regidos segundo normas e diretrizes estabelecidas pelo CONSUP.

O Decreto nº 20.282, de 17 de fevereiro de 2004, altera o Decreto de organização da GEPLAN, acrescentando no nível de Execução Programática a Prefeitura dos Centros Administrativos.

Por meio do Decreto nº 20.503, de 10 de maio de 2004, a estrutura organizacional da GEPLAN é reorganizada, extinguindo a Gerência Adjunta de Coordenação, e dando nova denominação a Gerência Adjunta de Planejamento, Coordenação, Acompanhamento e Avaliação.

Por meio deste Decreto, a GEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas a EMARHP e o IEASE.

Por meio da Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, ocorre a reorganização administrativa do Estado com alterações na estrutura organizacional do Governo de Estado.

Por meio desta Lei as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado.

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) absorverá as atribuições e os servidores lotados na Subgerência do

Tesouro e na Subgerência da Contadoria Geral da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN). Os bens, os direitos e as obrigações da SEPLAN, referentes às atividades do tesouro e da Contadoria Geral ficam transferidos para SEFAZ.

Por meio desta Lei fica extinto o IEASE transferindo seus bens, direitos, obrigações e os servidores para a SEPLAN.

Em agosto de 2004, por meio do Decreto nº 20.659, de 23 de julho, a SEPLAN é organizada, sendo alteradas as denominações das Gerências Adjuntas para Secretarias Adjuntas e de Subgerências Adjuntas para Superintendências.

Por meio deste Decreto, a SEPLAN passa a ter como Entidade da Administração Indireta vinculada a EMARHP.

2005

Por meio do Decreto nº 21.218, de 17 de maio de 2005, fica instituída a Unidade de Coordenação Estadual (UCE) que fará a administração, execução, fiscalização, controle e avaliação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) no Estado do Maranhão, subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Lei nº 8.334, de 23 de dezembro de 2005 altera dispositivos da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro, que instituiu o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza e criou o Comitê de Políticas de Inclusão Social. O Fundo será gerido financeiramente pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), segundo programação

estabelecida pelo Comitê de Políticas de Inclusão Social.

Por meio desta Lei o Comitê de Políticas de Inclusão Social é presidido pelo Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, reorganiza administrativamente o Estado.

A denominação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão é alterada para Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Por meio desta Lei as competências relativas às áreas de Gestão, Seguridade Social dos servidores e da Prefeitura dos Centros Administrativos da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão são absorvidas pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS)

Por meio desta Lei, são transferidas as competências da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativas à Superintendência de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais, para o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC).

Os servidores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE) são redistribuídos para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

Os servidores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão lotados nas Secretarias Adjuntas de Gestão, Seguridade de Social e na Prefeitura dos Centros Administrativos são redistribuídos para a SEAPS.

Os servidores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, lotados na área de pesquisas econômicas e sociais são redistribuídos para o IMESC.

Por meio desta Lei, à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento compete, como órgão de gestão estratégica e desenvolvimento institucional, efetuar a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária de convênios e de projetos; a gestão do tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; apoio à estudos e pesquisas sócio-econômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do governo, gestão de informações, de tecnologia de informação e administração de dados.

Por meio desta Lei vincula-se à SEPLAN o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico (IMESC).

Fica mantido o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP), gerido pela SEPLAN.

2007

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) fica reorganizada por meio do Decreto nº 22.903, de 02 de janeiro de 2007. As unidades administrativas relativas às áreas de Gestão De Seguridade Social e prefeitura dos Centros Administrativos da SEPLAN

passam a incorporar a estrutura organizacional da SEAPS.

No Nível de Implementação Política e Controle Técnico Setorial a entidade da administração indireta vinculada é o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC).

2008

A SEPLAN por meio do Decreto nº 23.819, de 04 de março de 2008, altera sua estrutura organizacional no nível de Execução Programática acrescentando a Contadoria Geral do Estado.

Por meio do Decreto nº 23.867, de 07 de abril de 2008, é acrescentada na estrutura organizacional da SEPLAN no nível de Administração Superior o Conselho de Políticas de Inclusão Social, no nível de Execução Programática a Superintendência de Planejamento e Gestão do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza e como órgão atípico o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP).

Por meio do Decreto nº 23.874, de 09 de abril de 2008, a Contadoria Geral do Estado passa a denominar-se Secretaria-Adjunta da Contadoria-Geral do Estado.

O Decreto nº 24.513, de 04 de setembro de 2008, aprova o Regulamento do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP) e do Conselho de Políticas de Inclusão Social (CPIS).

O FUMACOP tem por finalidade viabilizar para a população maranhense o acesso a níveis dignos de subsistência.

A gestão orçamentária e financeira do FUMACOP será executada pela SEPLAN.

A Lei nº 8.894, de 28 de novembro de 2008, cria o Conselho Regional de Desenvolvimento CRD, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), com a finalidade de propor a adequação de políticas públicas, programas e ações às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento regional; otimizar a aplicação do orçamento regionalizado; e de monitorar e avaliar os programas voltados para o desenvolvimento regional do Plano Popular de Desenvolvimento Regional e do Plano Plurianual (PPA), com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e entre os diversos setores da sociedade nele representados.

2009

Na Lei nº 8.989, de 24 de junho de 2009, é criado o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão (FGP) e o Comitê Gestor previstos no Programa de Parcerias Público-Privadas (CGP) e altera a Lei Estadual nº 8.437, de 26 de julho de 2006.

O FGP tem a finalidade de prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O FGP será gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, observadas as diretrizes do CGP.

Por meio do Decreto nº 25.806, de 21 de outubro de 2009, fica instituído no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE/MA), com a finalidade de formular, coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar a elaboração e implementação do

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE/MA).

2010

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a reforma administrativa no Poder Executivo.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento passa a denominar-se Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), integrando-se na estrutura da Administração Direta, agrupada no núcleo institucional Estratégico de Gestão Instrumental e Desenvolvimento Institucional.

Por meio desta Medida Provisória a SEPLAN tem como Entidade da Administração Indireta vinculado o IMESC e a EMARHP.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN), o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão e o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, geridos pela SEPLAN.

Ficam mantidos o Conselho de Políticas de Inclusão Social e o Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONSUP), vinculados à SEPLAN.

São transferidos para a SEPLAN os bens, os direitos e as obrigações e os servidores efetivos lotados na extinta SEAPS.

São transferidas os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria-Adjunta de

Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para a Casa Civil.

2011

Em janeiro de 2011, o Decreto nº 27.219, de 03 de janeiro, reorganiza a SEPLAN, acrescentando na sua estrutura organizacional o Subsecretário, Assessoria dos Sistemas Institucionais, Comissão Setorial de Licitação, Prefeitura dos Centros Administrativos, Unidades Gestoras, Secretaria-Ajunta de Gestão e Modernização e Patrimônio (SAMOP), Secretaria-Adjunta de Gestão de Pessoas (SAGEP) e Secretaria-Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais (SASEG), FEPA e FUNBEN.

Por meio deste Decreto, a SEPLAN tem como Entidades da Administração Indireta vinculadas o IMESC e a EMARHP.

Na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, ocorre a reforma administrativa no Poder Executivo.

2012

A Medida provisória nº 125, de 03 de maio de 2012, convertida na Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõem sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo.

Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

Por meio desta Medida Provisória, a SEPLAN tem como Entidade da

Administração Indireta vinculado o IMESC.

A Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a reforma administrativa do Poder Executivo (as anotações desta Lei foram citadas na Medida Provisória nº 125, de 03 de maio de 2012).

Ficam transferidos os bens, os direitos, as obrigações e os servidores efetivos da Prefeitura do Centro Administrativo, da Escola de Governo do Maranhão, e das Secretarias-Adjuntas de Gestão e Modernização e Patrimônio, de Gestão de Pessoas e de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais da SEPLAN para a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência (SEGEPE).

Ficam transferidos os bens, os direitos, as obrigações e os servidores efetivos da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Casa Civil para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Por meio de Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) é reorganizada com a retirada das unidades administrativa específica para a criação da SEGEPE e acrescenta na estrutura da SEPLAN na Unidade de Atuação Programática a Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação.

Por meio deste Decreto, a SEPLAN mantém como Entidade da Administração Indireta vinculada o IMESC.

2013

O Decreto nº 28.855, de 04 de fevereiro de 2013, acrescenta na estrutura da SEPLAN na Unidade de Atuação

Programática a Unidade Executora do Programa Viva Maranhão (UEP).

A UEP tem por finalidade gerenciar, assessorar, supervisionar, monitorar, fiscalizar, acompanhar, controlar e coordenar a elaboração da prestação de contas da execução dos contratos celebrados com recursos da operação de crédito contraída com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na forma da Lei nº 9.711, de 1º de novembro de 2012.

Em julho de 2013, por meio do Decreto nº 29.125, de 03 de julho, fica instituída no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE/MA), com a finalidade de coordenar, acompanhar, avaliar, supervisionar, assessorar e referendar a elaboração e implementação do Macro zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (MACROZEE/MA), na escala de 1:1.000.000, como instrumento orientador da implementação das políticas públicas estaduais e dos investimentos privados e, também, como subsídio para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE/MA), na escala de 1:250.000.

Em setembro de 2013, por meio do Decreto nº 29.359, de 11 de setembro, fica instituída no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (CEZEE/MA), com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (MACROZEE/MA), na escala de 1:1.000.000, e Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão

(ZEE/MA), na escala de 1:250.000 e o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão.

28.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 07 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.429, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.912, de 29 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre a instituição do Sistema de Informações para o Planejamento. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 2 de fevereiro de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.952, de 14 de março de 1996.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 20 de março de 1996, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.066, de 27 de maio de 1996.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 30 de maio de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.436, de 19 de março de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 59, de 26 de março de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.605, de 11 de junho de 1997.** Institui a desconcentração do Núcleo Estadual de Programas Especiais (NEPE), da Secretaria de Estado do Planejamento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 41, de 29 de dezembro de 1998.** Institui o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.683, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, Suplemento, 001, de 04 de janeiro de 1999, p.09. Publicada por incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 62, de 31 de março de 1999, p. 8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.754, de 24 de março de 1999.** Regulamenta a Lei Complementar nº 041, de 29 de dezembro de 1998, que institui o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 62, de 31 de março de 1999, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.829, de 24 de maio de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999.** Dispõe sobre a defesa sanitária animal na área de competência da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), em consonância com os Decretos Federais nºs 24.548/34 e 75.407/75, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 23 de junho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.385, de 16 de junho de 1999.** Institui o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 23 de junho de 1999, p.1. Republicada por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 29 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.890, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 4 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.904, de 22 de julho de 1999.** Institui a desconcentração da Subgerência de Agricultura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.882, de 14 de julho de 1999.** Dispõe sobre a organização e regulamentação Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Estado do Maranhão (FDA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 159, de 19 de agosto de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.423, de 17 de julho de 2000.** Dispõe sobre a organização o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na estrutura da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 24 de julho de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.424, de 17 de julho de 2000.** Altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 24 de julho de 2000, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.551, de 2 de outubro de 2000.** Altera o Decreto nº 16.829 de 24 de maio de 1999, que aprova o Regimento da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 194, de 6 de outubro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.552, de 2 de outubro de 2000.** Altera dispositivos no Decreto nº 16.890 de 21 de

julho de 1999, que dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 194, de 6 de outubro de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.573, de 7 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 246, de 22 de dezembro de 2000, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.752, de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2001, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 50, de 11 de junho de 2001.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 041, de 29 de dezembro de 1998, que institui o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 21 de junho de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.130, de 23 de agosto de 2001.** Institui no Estado do Maranhão o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 167, de 4 de setembro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.603, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.649, de 3 de maio de 2002.** Disciplina a operacionalização e o funcionamento da Unidade Fixa do Viva Cidadão no Município de Carolina, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 3 de maio de 2002, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.665, de 14 de maio de 2002.** Disciplina a operacionalização e o funcionamento das Unidades Móveis do Viva Cidadão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 98, de 20 de maio de 2002, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.3. Publicada por Incorreção, No Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 59, de 31 de janeiro de 2003.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 42, de 31 de março de 1999, que dispõe

sobre a Reorganização do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.846, de 31 de janeiro de 2003.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, alterada pela Lei nº 7.605, de 11 de junho de 2001, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.849, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Instituto de Estudos e Análises Socioeconômicas do Estado do Maranhão (IEASE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.441, de 3 de março de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 3 de março de 2003, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.654, de 20 de junho de 2003.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Coordenação (SEPOC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 9 de julho de 2003, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.704, de 8 de julho de 2003.** Dispõe

sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 25 de julho de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.045 de 19, de dezembro de 2003.** Modifica e revoga dispositivos da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, alterada pelas Leis nºs 7.605, de 11 de junho de 2001 e 7.846, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.046, de 19 de dezembro de 2003.** Altera dispositivos da Lei nº 7.357, de 29 de dezembro de 1998, alterada pelas Leis nºs 7.375, de 31 de março de 1999 e 7.605, de 11 de junho de 2001, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2003, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004.** Dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 25, de 5 de fevereiro de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.282, de 17 de fevereiro de 2004.** Altera o Decreto nº 19.704, de 8 de julho de 2003, que dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 3 de março de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.503, de 10 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (GEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 92, de 13 de maio de 2004, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe a Reorganização Administrativa do Estado com as alterações das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.659, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 02 de agosto de 2004, p. 20. Publicado por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 23 de agosto de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.218, de 17 de maio de 2005.** Institui a Unidade de Coordenação Estadual (UCE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 98, de 23 de maio de 2005, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.334, de 23 de dezembro de 2005.** Altera dispositivos da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, que instituiu o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza e criou o Comitê de Políticas de Inclusão Social. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 249, de 27 de dezembro de 2005, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.903, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p. 21. Publicado por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 12 de janeiro de 2007, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.819, de 4 de março de 2008.** Altera o dispositivo do Decreto nº 22.903, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 6 de março de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.867, de 7 de abril de 2008.** Altera o dispositivo do Decreto nº 22.903, de 02 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 67, de 7 de abril de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.874, de 9 de abril de 2008.** Altera o dispositivo do Decreto nº 22.903, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do

Planejamento e Orçamento (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 11 de abril de 2008, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 24.513, de 4 de setembro de 2008.** Aprova o Regulamento do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP) e do Conselho de Políticas de Inclusão Social (CPIS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 172, de 4 de setembro de 2008, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.894, de 28 de novembro de 2008.** Dispõe sobre a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento (CRD), dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 233, de 28 de novembro de 2008, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.989, de 24 de junho de 2009.** Cria o Fundo Garantidor e o Comitê Gestor previstos no Programa de Parcerias Público-Privadas, altera a Lei Estadual nº 8.437, de 26 de julho de 2006, dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 25 de junho de 2009, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.806, de 21 de outubro de 2009.** Altera o Decreto nº 24.256, de 1º de julho de 2008, que institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, revoga o Decreto nº 25.657, de 11 de setembro de 2009, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 204, de 23 de outubro de 2009, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma

Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.219, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011 p.38.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 125, 3 de maio de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 3 de maio de 2012, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 18 de maio de 2012, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012.** Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28

de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.855, de 4 de fevereiro de 2013.** Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 4 de fevereiro de 2013, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.195, de 3 de julho de 2013.** Altera o Decreto nº 25.806, de 21 de outubro de 2009, que alterou o Decreto nº 24.256, de 1º de julho de 2008, que institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (CEZEE/MA), e revogou o Decreto nº 25.657, de 11 de setembro de 2009, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 127, de 3 de julho de 2013, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.359, de 11 de setembro de 2013.** Institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 177, de 11 de setembro de 2013, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
TRABALHO E DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA - SETRES**

29 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETRES

29.1 NATUREZA

Administração Direta.

29.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

29.3 FINALIDADE

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETRES) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de estímulo à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional da população economicamente ativa, intermediação de mão-de-obra, apoio ao combate às formas de precarização do trabalho, melhoria da qualidade dos postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento de iniciativa de economia solidária, como instrumentos de inclusão social, desconcentração da renda e melhoria da qualidade de vida, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

29.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

O Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995, cria a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania com a finalidade de implantar, acompanhar e delibera sobre os programas especiais do Governo, entre eles o Programa do primeiro Emprego, o Programa de Habitação popular e Unidade Sanitária, o Programa Hídrico Comunitário e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõe a administração do Poder Executivo passam a ser agrupadas com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Programáticas são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução da política estadual, de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações; preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento comunitário e do trabalho; desportos e lazer. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Comunitário e do Trabalho (SEDE SCT) passa a integrar-se ao grupo das Secretarias Programáticas.

Vincula-se à estrutura da SEDE SCT a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC), fundação pública estadual.

O Decreto nº 14.435, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a SEDE SCT, incorporando em sua estrutura o Conselho de Desenvolvimento Social e Comunitário e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão e são criados os Centros Comunitários. Na Superintendência de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente são criadas a Divisão de Creches e a Divisão de Apoio ao Adolescente Trabalhador e a Casa da Lua Cheia.

O Conselho Estadual do Trabalho é instituído pelo Decreto nº 14.454, de 22 de

fevereiro de 1995, vinculando-se à SEDESCT.

1996

A Lei nº 6.694, de 11 de julho de 1996, altera a denominação da SEDESCT para Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT).

Vinculam-se à SOLECIT a FUNAC e como sociedade de Economia Mista, a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB/MA).

O Decreto nº 15.165, de 05 de agosto de 1996, organiza a SOLECIT, integrando-se em sua estrutura o Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão, Conselho Estadual do Trabalho, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, cria o Conselho Estadual do Idoso, com objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso e a SOLECIT integra-se como órgão do Conselho.

1997

O Decreto nº 15.569, de 14 de maio de 1997, aprova o Regimento da SOLECIT.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue as Secretarias de Estado e cria as Gerências de Estado cujos titulares e os Gerentes de Estado com prerrogativas de Secretários de Estados. Extingue a SOLECIT e cria a Gerência de Desenvolvimento Social (GDS).

A GDS, como órgão de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas, compete coordenar e controlar ações relativas à

emprego e renda, assistência ao menor e ao idoso, política habitacional, reforma agrária.

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços, bem como os servidores com seus respectivos cargos efetivos da extinta SOLECIT são transferidos para GDS.

Os bens, os direitos e as obrigações, referentes às atividades de agricultura familiar e reforma agrária da extinta SAGRIMA são transferidos para a GDS.

Vinculam-se à GDS o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e a FUNAC.

Passam a integrar a estrutura da GDS como órgão Atípico o Fundo Estadual e Assistência Social (FEAS) e os Conselhos: Estadual de Assistência Social, Estadual do Trabalho, Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estadual de Política Habitacional.

1999

A GDS é organizada por meio do Decreto nº 16.680, de 04 de janeiro de 1999, integrando na sua estrutura o Conselho Estadual de Política Habitacional e mantendo o Serviço de Apoio ao Idoso, o de Apoio ao Portador de Deficiência e o de Apoio à Criança e ao Adolescente.

O Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é reorganizado pelo Decreto nº 16.778, de 14 de abril de 1999, e passa a ser presidido pela Gerência de Estado de Desenvolvimento Social (GDS).

O Regimento da GDS é aprovado por meio do Decreto nº 16.828, de 24 de maio de 1999.

O Decreto nº 16.906, de 22 de julho de 1999, reorganiza a GDS e cria a Gerência Adjunta de Produção e Emprego.

Por meio da Lei nº 7.490, de 22 de dezembro de 1999, a GDS passa a fazer parte o Conselho Estadual do Idoso e cria na sua estrutura o Serviço de Apoio ao Idoso.

2000

O Decreto nº 17.365, de 19 de junho de 2000, reorganiza a GDS, criando a Gerência Adjunta do Trabalho e Habitação e a de Desenvolvimento Social e Produção.

O Decreto nº 17.455, de 08 de agosto de 2000, aprova o Regimento da GDS.

2001

O Conselho Estadual da Mulher, criado na forma do disposto do art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Maranhão, é o órgão normativo de orientação, deliberação e desenvolvimento da política de atendimento à mulher, de forma de assegurar sua participação integral na sociedade e o respeito aos seus direitos, passa a compor estrutura da GDS, conforme dispõe a Lei nº 7.604, de 11 de junho de 2001.

2002

A GDS, por meio da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, passa a fazer parte dos órgãos de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas, com a competência de coordenar e controlar as ações relativas às áreas de emprego e renda, assistência ao menor e ao idoso e política habitacional. Mantém a FUNAC como entidade vinculada.

Os bens patrimoniais, os direitos e as obrigações da GDS, referentes às atividades de agricultura familiar e reforma agrária, bem os seus servidores com lotação na Subgerência de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, são transferidos para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO).

A GDS é reorganizada pelo Decreto nº 18.601, de 25 de abril de 2002, mantendo em sua estrutura os Conselhos: Estadual de Assistência Social, Estadual do Trabalho, Estadual da Criança e do Adolescente, Estadual de Política Habitacional, Estadual do Idoso, como órgão vinculado a FUNAC e como órgão Atípico o Fundo Estadual de Assistência Social.

2003

O Decreto nº 19.402, de 24 de fevereiro de 2003, reorganiza a GDS e cria em sua estrutura no nível de Execução instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio, mantendo em sua estrutura como entidade vinculada a FUNAC e órgão Atípico o FEAS.

O Decreto nº 19.582, de 21 de maio de 2003, organiza a GDS. No nível de Execução Programática muda a denominação da Gerência Adjunta do Trabalho e Habitação para Gerência Adjunta do Trabalho e ainda nesse nível extingue a Subgerência de Habitação e mantendo em sua estrutura a FUNAC e o FEAS.

2004

A GDS é reorganizada pelo Decreto nº 20.499, de 05 de maio de 2004 e são criadas na Unidade Gestora de Programas Sociais, os Centros Comunitários e Creches.

As Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004. A GDS passa a denominar-se Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES).

O Decreto nº 20.665, de 23 de julho de 2004, organiza a SEDES, sendo alteradas as denominações das Gerências Adjuntas para Secretárias Adjuntas e de Subgerências Adjuntas para Superintendências.

Por meio deste Decreto mantém na SEDES como órgão vinculado a FUNAC e o FEAS, como órgão Atípico.

2006

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, é criada a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES) que absorve as competências relativas à área de emprego e renda da SEDES.

Os servidores lotados na Secretaria Adjunta do Trabalho da SEDES ficam redistribuídos para SETRES.

A SETRES passa a fazer parte dos órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

A SETRES tem por finalidade a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de trabalho e emprego, cabendo-lhe mais especificamente conduzir o planejamento, acompanhar e supervisionar a execução e avaliar os resultados das ações governamentais que propiciem aos trabalhadores o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, a geração de renda e a melhoria de qualidade de vida.

O Conselho Estadual do Trabalho fica vinculado à SETRES.

2007

O Decreto nº 22.918, de 02 de janeiro de 2007, organiza a SETRES.

2009

O Regimento da SETRES é aprovado mediante Decreto nº 25.375, de 08 de junho de 2009.

2010

Por meio da Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SETRES passa a fazer parte dos órgãos do Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Social.

2011

A SETRES é reorganizada por meio do Decreto nº 27.229, de 03 de janeiro de 2011. É inserida em sua estrutura administrativa na Unidade de Suporte Operacional a Comissão Setorial de Licitação.

O Regimento da SETRES é aprovado mediante Decreto nº 27.891, de 07 de dezembro de 2011.

29.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.** Cria e extingue Secretarias de Estado Extraordinárias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro 1995, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão 27, de 7 de fevereiro 1995, p. 9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.435, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.454, de 22 de fevereiro de 1995.** Institui o Conselho Estadual do Trabalho (CONSET) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 2 de março de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.694 de 11 de julho de 1996.** Altera dispositivos da Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995, transforma cargos comissionados e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 17 de julho de 1996, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.165, de 5 de agosto de 1996.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 7 de agosto de 1996, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 22 de novembro de 1996, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.569, de 14 de maio de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p. 3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.680, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 2, de 4 de janeiro de 1999, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.778, de 14 de abril de 1999.** Reorganiza o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 20 de abril de 1999, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.828, de 21 de maio de 1999.** Aprova o Regimento da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 4 de junho de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.906, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.490, de 22 de dezembro de 1999.** Altera dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o conselho estadual do idoso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 247, de 27 de dezembro de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.365, de 19 de junho de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 27 de junho de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.455, de 8 de agosto de 2000.** Aprova o Regimento da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 158, de 16 de agosto de 2000, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.604, de 11 de junho de 2001.** Regulamenta o art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que criou o Conselho Estadual da Mulher e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 21 de junho de 2001, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.601, de 25 de abril de 2002.** Dispõe

sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.402, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.582, de 21 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 28 de maio de 2003, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.499, de 5 de maio de 2004.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social (GDS), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 18 de maio de 2004, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.665, de 23 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 148, de 2 de agosto de 2004, p.43.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.918, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.158.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.375, de 8 de junho de 2009.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 12 de junho de 2011, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.229, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.32.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.891, de 7 de dezembro de 2011.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária – SETRES, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 9 de dezembro de 2011, p.4.

**SECRETARIA DE ESTADO DO
TURISMO - SETUR**

30 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

30.1 NATUREZA

Administração Direta.

30.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

30.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR) tem por finalidade formular, implementar, coordenar acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, conforme o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

30.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

Por meio da Reorganização Administrativa do Estado, ocorrida pela Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, a Secretaria da Indústria Comércio e Turismo (SINCT) passa a integrar o grupo das Secretarias Programáticas, com a competência de formular, implementar, executar, avaliar e fiscalizar as políticas, programas, projetos e demais ações pertinentes ao Governo do Estado para o desenvolvimento da indústria, comércio e turismo, sendo a ela vinculadas a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI/MA) e a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR).

O Decreto nº 14.428, de 07 de fevereiro de 1995, reorganiza a Secretaria

da Indústria Comércio e Turismo ficando integrado à sua estrutura Conselho Estadual de Política Industrial e Comercial e o Conselho Estadual de Turismo.

Por meio do Decreto nº 14.593, de 02 de junho de 1995, a MARATUR é reorganizada.

Por meio do Decreto nº 14.608, de 13 de junho de 1995 a SINCT é reorganizada mantendo em sua estrutura a JUCEMA, a CDI e a MARATUR.

1997

Por meio do Decreto nº 15.604, de 11 de junho de 1997, a SINCT é reorganizada não havendo alteração na sua estrutura organizacional.

O Decreto nº 15.612, de 13 de junho de 1997, institui, como órgão desconcentrado, sob regime especial de autonomia relativa, o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), órgão integrante da SINCT.

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a SINCT e os seus servidores ficam transferidos para a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN) bem como os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços existentes.

Ficam autorizadas as incorporações pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA), com os respectivos direitos e obrigações, a CDI/MA e a MARATUR ficando suas funções absorvidas pela GEPLAN. A COHAB/MA passa a denominar-se

Empresa Maranhense de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP).

1999

Por meio do Decreto nº 16.683, de 04 de janeiro de 1999, é criada na estrutura da GEPLAN a Subgerência do Turismo.

2003

Por meio da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, a Gerência de Estado de Desenvolvimento Econômico (GEPLAN) passa a denominarem-se Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT) e também é criada a Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR), autarquia estadual, vinculada à GEDICT tendo como finalidade promover, fomentar e supervisionar as ações e programas de incentivo ao turismo no Estado do Maranhão.

Por meio do Decreto nº 19.396, de 24 de fevereiro de 2003, a ADETUR é organizada.

Por meio da Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominar-se Secretarias de Estado.

A Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, passa a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

Com a extinção da Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR), os seus bens, direitos e obrigações são transferidos para a Secretaria da Indústria Comércio e Turismo, bem como, os seus servidores com os respectivos cargos.

Por meio do Decreto nº 20.629, de 19 de julho de 2004, a Secretaria de Estado da Indústria Comércio e Turismo, é

organizada, sendo criada na sua estrutura como Órgão Desconcentrado a Superintendência para o Turismo.

O Decreto nº 20.628, de 19 de julho de 2004 institui a desconcentração da Superintendência para o Turismo, órgão desconcentrado sob regime especial e de autonomia relativa, integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT), com a missão básica de desenvolver, promover, fomentar, supervisionar e divulgar as ações e programas de incentivo ao turismo do Estado.

2006

A Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, cria a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) que passa a fazer parte dos Órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, absorvendo as competências relativas aos serviços de turismo da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, passa a denominar-se Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Os servidores com seus respectivos cargos efetivos, lotados na Superintendência de Turismo são redistribuídos para a Secretaria de Estado do Turismo.

2007

Por meio do Decreto nº 22.917, de 02 de janeiro de 2007, a SETUR é organizada criando na sua estrutura a Secretaria Adjunta do Turismo.

Por meio da Lei nº 8.595, de 02 de maio de 2007, é criado o Conselho Estadual de Turismo do Estado do Maranhão

(CET/MA), órgão colegiado de assessoramento superior, diretamente vinculado à SETUR.

2011

Por meio da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), integra a estrutura da administração direta, agrupada no Núcleo Institucional Estratégico de Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico e Social e mantém na sua estrutura o Conselho Estadual de Turismo do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 27.235, de 03 de janeiro de 2011, reorganiza a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), criando em sua estrutura a Comissão Setorial de Licitação e extingue a Secretaria Adjunta do Turismo.

2012

Por meio do Decreto nº 28.056, de 28 de março de 2012, o Regimento da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) é aprovado.

30.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.428, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.593, de 2 de junho de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 110, de 8 de junho de 1995, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.608, de 13 de junho de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 19 de junho de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.604, de 11 de junho de 1997.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.612, de 13 de junho de 1997.** Institui a desconcentração do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 115, de 18 de junho de 1997, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.683, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento

Econômico (GEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 62, de 31 de março de 1999, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.848, de 31 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Criação da Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2003, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.396, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.404, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.483, de 7 de abril de 2003.** Define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária responsável pelo Desenvolvimento do Turismo do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 14 de abril de 2003, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.701, de 8 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Fórum Estadual de Turismo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 16 de julho de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.075, de 18 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização da Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 25 de novembro de 2003, p.28.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.628, de 19 de julho de 2004.** Institui a desconcentração da Superintendência para o Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.629, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SINCT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.917, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.156.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.595, de 2 de maio de 2007.** Cria o Conselho Estadual de Turismo do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 3 de maio de 2007, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.346, de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estadual do Turismo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 29 de agosto de 2007, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 11, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.235, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.42.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.056, de 28 de março de 2012.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 29 de março de 2012, p.9.

**SECRETARIA DE ESTADO DOS
DIREITOS HUMANOS,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CIDADANIA - SEDIHC**

31 SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEDIHC

31.1 NATUREZA

Administração Direta.

31.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.

31.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SEDIHC), tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas de assistência social, de promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, atendimento ao cidadão na aquisição de documentos civis e outros, assessorando e supervisionando as ações dirigidas à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso, às pessoas com deficiência e suas famílias, como o objetivo de proteger e contribuir para a inclusão e promoção social, conforme o disposto na Medida Provisória nº 120, de 17 de abril de 2012, convertida na Lei nº 9.629, de 22 de junho de 2012.

31.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1995

O Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995, cria a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania (SECID), com a finalidade de implantar, acompanhar e deliberar sobre os programas Especiais do Governo, entre eles o Programa de Cidadania, o Programa de Combate à Fome e à Pobreza, o programa

do Primeiro Emprego, o Programa de Habitação Popular e Unidade Sanitária, o Programa Hídrico Comunitário e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania passa a fazer parte da composição da Governadoria como órgão auxiliar do Governador.

As Secretarias de Estado Extraordinárias são órgãos da Governadoria instituídos para a realização de encargos temporários e de natureza relevante para o Estado, criados pelo Poder Executivo com a finalidade de assessoramento pessoal, apoio administrativo ou de coordenação técnica de funções especiais cometidas pelo Governador do Estado. Não terão quadro próprio de pessoal efetivo, devendo funcionar com pessoal posto à disposição por outros órgãos da administração direta e indireta, com ônus para os órgãos de origem.

A Lei nº 6.519, de 21 de dezembro de 1995, cria o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), órgão deliberativo do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre o poder público e as organizações não-governamentais, vinculado ao órgão da administração pública estadual responsável pela coordenação da política de assistência social, assim como o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de assistência social, executadas e coordenadas pelo órgão da administração pública estadual responsável pela coordenação da política de assistência social.

1996

O Regulamento do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS) é aprovado por meio do Decreto nº 15.040, de 08 de maio de 1996.

O Decreto nº 15.164, de 05 de agosto de 1996, extingue a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania e os cargos comissionados de Secretário e de Subsecretário de Estado.

Por meio da Lei nº 6.694, de 11 de julho de 1996, passa a compor as Secretarias Essenciais a Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT), com vinculação da Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB-MA) e da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (CAEMA), ambas como sociedade de economia mista.

As Secretarias Essenciais são órgãos de execução, supervisão e controle das políticas e ações do Governo, relativas a agricultura, abastecimento e irrigação; educação em seus diferentes graus e níveis de funcionamento, pública e particular; promoção das medidas de assistência hospitalar, médico-cirúrgica e de proteção à saúde da população; garantia, proteção e promoção da ordem pública, dos direitos e liberdade do cidadão e defesa civil.

Por meio do Decreto nº 15.165, de 05 de agosto de 1996, fica organizada a SOLECIT, incluindo na sua estrutura organizacional no nível de Execução Programática as Superintendências de Cidadania, de Solidariedade, do Trabalho, do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão, de Assentamentos Humanos, de Proteção ao Indígena. No nível de Ação Regional a Diretoria Regional de Defesa do Consumidor e no nível de Atuação

Complementar, vincula-se como Entidade da Administração Indireta a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), antes pertencentes a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho (SEDESCT).

Integra-se à estrutura da SOLECIT no nível de Administração Superior o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão, o Conselho Estadual do Trabalho e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1997

O Decreto nº 15.569 de 14 de maio de 1997, aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT).

1998

A Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, extingue a Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT) e cria as Gerências de Justiça, Segurança Pública e Cidadania e de Desenvolvimento Social.

Os servidores da SOLECIT, com seus respectivos cargos efetivos são redistribuídos para a Gerência de Desenvolvimento Social (GDS). Compete à GDS, como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas, coordenar e controlar as ações relativas às áreas emprego e renda, assistência ao menor e o idoso, política habitacional, reforma agrária e outras competências a serem definidas em regulamentação própria.

Vinculam-se às suas estruturas como autarquia estadual o Departamento

Estadual de Trânsito (DETRAN), Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e como fundação pública estadual a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC).

Ficam mantidos os Fundos Estadual de Assistência Social (FEAS), gerido pela Gerência de Desenvolvimento Social, o Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA), gerido pela Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC) e o Penitenciário Estadual (FUNPEN), gerido pela Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

Fica criado o Conselho Estadual de Política Habitacional, vinculado à Gerência de Desenvolvimento Social, com a finalidade de definir as políticas públicas de habitação e assentamento humano e mantém os Conselhos: Penitenciário Estadual, Superior de Polícia, Estadual de Defesa Civil do Maranhão, Estadual de Trânsito, vinculado à Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estadual de Assistência Social, Estadual do Trabalho vinculado à Gerência de Desenvolvimento Social e a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito, vinculada à Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania.

Os bens patrimoniais, móveis, equipamentos, instalações, projetos, documentos e serviços da extinta SOLECIT são transferido para a GDS.

1999

Por meio do Decreto nº 16.680, de 04 de janeiro de 1999, é organizada a Gerência de Desenvolvimento Social, atrelando à sua estrutura os Conselhos

Estadual de Assistência Social, Estadual do Trabalho, Estadual da Criança e do Adolescente, Estadual de Política Habitacional, assim como a Subgerência de Solidariedade, Subgerência de Habitação e Subgerência do Trabalho.

Por meio do Decreto nº 16.906 de 22 de julho de 1999, é reorganizada a Gerência de Desenvolvimento Social, mantendo na sua estrutura a Subgerência de Solidariedade, Subgerência de Habitação e Subgerência do Trabalho.

2001

Por meio do Decreto nº 17.492, de 31 de agosto de 2000, fica criado o Conselho Permanente de Proteção do Consumidor no âmbito estadual.

2002

Através da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, fica vinculado a Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) autarquia estadual e cria o Conselho Estadual do Idoso, vinculando à Gerência de Estado de Desenvolvimento Social. Os bens, os direitos e as obrigações da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social, referentes às atividades de agricultura familiar e reforma agrária, ficam transferidos para a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, conforme art. 33 da referida Lei, assim como no art. 39 os servidores da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social com lotação na Subgerência de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, passam a compor o Quadro de Pessoal da Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

2003

Através da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, os órgãos de Defesa da Sociedade e Acesso a Justiça pelos Cidadãos são compostos pelas Gerência de Estado de Segurança Pública e Gerência de Estado de Justiça e Cidadania, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimento próprios e pela Defensoria Pública do Estado,

Fica criada a Gerência de Estado de Justiça e Cidadania (GEJUC) que absorver as atribuições e os servidores lotados na Supervisão de Direitos Humanos e Cidadania, Superintendência de Defesa do Consumidor da Gerência de Estado de Justiça.

A GEJUC passa a gerir o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN) e vincula à sua estrutura o Conselho Estadual Antidrogas.

No art. 41 da referida Lei, fica criado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, vinculado à GEJUC, com a finalidade de promover a investigação e estudo para a eficácia das normas vigentes de defesa dos direitos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por meio do Decreto nº 19.400, de 24 de fevereiro de 2003, é organizada a Gerência de Estado de Segurança Pública, vinculando à sua estrutura como Entidade da Administração Indireta o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

O Decreto nº 19.429, de 24 de fevereiro de 2003, organiza a Gerência de Justiça e Cidadania, tendo no seu Nível de

Administração Superior o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual Antidrogas e o Gerente de Estado.

Através do Decreto nº 19.446 de 11 de março de 2003, fica instituído o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (PROVITA/MA).

Por meio da Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003, é criado o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, com o objetivo de propor a elaboração, revisão e atualização das normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo e produtos e serviços e controle do mercado de consumo.

A Lei nº 8.044, de 19 de dezembro de 2003, cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FPDC), com a finalidade de promover a melhoria das ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

2004

O Decreto nº 20.405, de 07 de abril de 2004, regulamenta o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Por meio do Decreto nº 20.545, de 28 de maio de 2004, é aprovado o Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor.

Por meio da Lei nº 8.153 de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretarias de Estado, ficando assim alterada a denominação da Gerência e Estado de

Justiça e Cidadania para Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

Através do Decreto nº 20.598, de 25 de junho de 2004, é aprovado Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor.

2005

O Decreto nº 21.142 de 11 de abril de 2005, reorganiza a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), e mantém no nível de administração superior na sua estrutura o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e no nível de execução programática a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania.

A Lei nº 8.360, de 29 de dezembro de 2005, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelecendo sua composição e atribuições.

2006

O Decreto nº 22.060, de 24 de abril de 2006, altera dispositivos do Decreto nº 20.405, de 07 de abril de 2004, que regulamenta o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Por meio da Lei nº 8.510, de 28 de novembro de 2006, é alterado dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso.

Através da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, ficam transferidas as competências da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, relativas às áreas de cidadania e defesa do consumidor, para a Secretaria de Estado da Segurança e Cidadã, assim como relativa a área de

atendimento ao cidadão, para a Secretaria de Estado da Administração e Providência Social.

Fica extinta a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC) com redistribuição dos servidores lotados na área de cidadania e direitos humanos para a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã

Os órgãos da Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelos Cidadãos compreendem a Defensoria Pública do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã, com suas estruturas orgânicas e funcionais definidas em regimentos próprios.

Ficam mantidos os Conselhos Estadual de: Defesa dos Direitos Humanos e Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculados à Casa Civil. O Estadual Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, fica vinculado a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã. O Estadual de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. O Estadual do Idoso, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. O Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social.

2007

Por meio do Decreto nº 22.898, de 02 de janeiro de 2007, é organizada e definida as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos Humanos.

Por meio da Lei nº 8.596, de 02 de maio de 2007, é alterado dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, modificada pela Lei nº 8.510, de 28 de novembro de 2006, que dá nova redação ao

que se refere ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (CEDIMA).

Através da Lei nº 8.368, de 29 de janeiro de 2007, é instituído a Política Estadual do Idoso (PEI), que tem por objetivo garantir ao cidadão, com idade igual ou superior a sessenta anos, as condições necessárias para continuar no pleno exercício da cidadania.

2008

Por meio da Lei nº 8.746, de 11 de janeiro de 2008, é instituído o ano de 2008 com Ano dos Direitos Humanos no Estado do Maranhão.

A Lei nº 8.757, de 25 de março de 2008, cria a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), que tem por finalidade articular junto às Secretarias de Estado a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da população e dos direitos da pessoa com deficiência, assim como executar programas, projetos e atividades específicos que concorram para o desenvolvimento e resgate da cidadania do povo maranhense e extingue a Secretaria de Estado dos Direitos Humano.

Por meio do Decreto nº 23.880, de 10 de abril de 2008, é organizada a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH).

Através da Lei nº 24.345, de 18 de julho de 2008, é feita a inclusão em documentos oficiais estaduais, do selo 60 anos dos Direitos Humanos do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH).

Por meio da Lei nº 8.868, de 25 de agosto de 2008, é organizado o Conselho

Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), vinculando à estrutura administrativa do órgão responsável pela Política Estadual de Direitos Humanos, e deste receberá o necessário suporte técnico-administrativo, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados.

2009

Por meio da Medida Provisória nº 048, de 23 de abril 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, fica alterada a denominação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, transferindo as competências, os bens, os direitos e obrigações da Secretaria de Estado da Segurança Pública relativas à promoção da cidadania e defesa do consumidor para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, assim como redistribui os servidores do quadro efetivo com seus respectivos cargos e atividades da Secretaria de Estado da Segurança Pública lotados na Superintendência de Defesa do Consumidor para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania e vincula o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 25.341 de 04 de maio de 2009, reorganiza a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC).

2010

A Lei nº 9.270, de 03 de setembro de 2010, implementa ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte do Governo Estadual, em regime de cooperação com os Municípios e Governo Federal e institui o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com

Deficiência (CGEPD), que tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação das ações relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, assim como de realizar o monitoramento e avaliação dessas ações, sendo coordenado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC).

2011

Por meio do Decreto nº 27.230, de 03 de janeiro de 2011, é reorganizada a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania.

Por meio da Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, a SEDIHC passa a integrar a estrutura da administração direta agrupadas no Núcleo Institucional Estratégicos, tendo como finalidade formular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com participação da sociedade civil, Conselhos Fundos.

Por meio do Decreto nº 27.329, de 20 de abril de 2011, é reorganizada a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC).

Por meio a Lei nº 9.410 de 12 de julho de 2011, fica criado o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão de que trata o art.55 § 3º da Lei Federal nº 8.078, vinculando-se a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC) com o objetivo de propor a elaboração, revisão e atualização das normas relativas à produção, industrialização, distribuição e

consumo de produtos e serviços e controle do mercado e consumo. (NR)

Por meio da Lei nº 9.411 de 12 de julho de 2011, que altera dispositivos da Lei nº 8.044 de 19 de dezembro de 2003, fica instituído o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FPDC) no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC), com a finalidade de promover a melhoria das ações de proteção e defesa dos direitos do consumidor (NR).

A resolução CEDCA nº 01/2006, de 28 de abril de 2011, altera o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão.

2012

Por meio da Medida Provisória nº 120, de 17 de abril de 2012, convertida na Lei nº 9.629, de 19 de junho 2011, fica alterada a denominação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC) para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC).

Os bens, os direitos e as obrigações, assim como a redistribuição dos servidores efetivos, ficam transferidos da Secretaria-Adjunta de Assistência Social e do Viva Cidadão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania.

O Decreto nº 28.124, de 23 de abril de 2012, reorganiza a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC).

2013

Por meio do Decreto nº 28.937, de 02 de abril de 2013, é aprovado o Regimento da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC).

O Decreto nº 29.204, de 10 de julho de 2013, altera dispositivo do Decreto nº 26.281, de 26 de fevereiro de 2009, criando Unidades Fixas do Viva Cidadão.

O Decreto nº 29.205, de 10 de julho de 2013, altera dispositivo do Decreto nº 25.451, de 03 de julho de 2009, criando Unidades Fixas do Viva Cidadão.

Por meio do Decreto nº 29.232, de 17 de julho de 2013, é instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual a Comissão Temporária Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CTETP/MA).

31.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.** Cria e extingue Secretarias de Estado Extraordinárias, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 1995, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 27, de 7 de outubro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.758, de 9 de outubro de 1995.** Aprova o Regulamento do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 198, de 13 de outubro de 1995, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.519, de 21 de dezembro de 1995.** Cria o Conselho Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 29 de dezembro de 1995, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.040, de 8 de maio de 1996.** Aprova o Regulamento do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 15 de maio de 1996, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.694, de 11 de julho de 1996.** Altera dispositivos da Lei 6.272 de 6 de outubro de 1995, transforma cargos comissionados. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 17 de julho de 1996, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.164, de 5 de agosto de 1996.** Extingue a Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania e os Cargos Comissionados de Secretário e de Subsecretário de Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 7 de agosto de 1996, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.165, de 5 de agosto de 1996.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 7 de agosto de 1996, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.569, de 14 de maio de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 1997, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.922, de 5 de novembro de 1997.** Aprova o Regimento da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 219, de 11 de novembro de 1997, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.906, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Desenvolvimento Social, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 11 de agosto de 1999, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.492, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a criação do Conselho Permanente de Proteção do Consumidor no âmbito estadual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 2, de 3 de janeiro de 2001, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.844, de 3 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734 de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de outubro de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.400, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado de Segurança Pública, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de outubro de 2003, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.429, de 10 de abril de 2003.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 70, de 10 de abril de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.446, de 11 de março de 2003.** Institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (PROVITA/MA), e determina outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 11 de março de 2003, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003.** Cria o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de novembro de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.044, de 19 de dezembro de 2003.** Cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FPDC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de novembro de 2003, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.405, de 7 de abril de 2004.** Dispõe sobre a regulamentação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2004, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.545, de 28 de maio de 2004.** Aprova o Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 29 de julho de 2004, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.598, de 25 de junho de 2004.** Aprova o Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 7 de julho de 2004, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nºs 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 21.142, de 11 de abril de 2005.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 73, de 15 de abril de 2005, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.360, de 29 de dezembro de 2005.** Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelece sua composição e atribuições, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 251, de 29 de dezembro de 2005, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006.** Institui a Política Estadual do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 5, de 5 de junho de 2007, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.060, de 24 de abril de 2006.** Altera dispositivos do Decreto nº 20.405, de 7 de abril de 2004, que dispõe sobre a regulamentação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 79, de 25 de abril de 2006, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.510, de 28 de novembro de 2006.** Alterado dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 228, de 28 de novembro de 2006, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.898, de 2 de janeiro de 2007.** Organiza e define as finalidades e competências da Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos Humanos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.596, de 2 de maio de 2007.** Altera dispositivos da Lei nº 6.835, de 14 de novembro de 1996, modificada pela Lei nº 8.510, de 28 de novembro de 2006. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 3 de maio de 2007, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.746, de 11 de janeiro de 2008.** Institui o ano de 2008 como Ano dos Direitos Humanos no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 8, de 11 de janeiro de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.757, de 25 de março de 2008.** Dispõe sobre a Criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 25 de março de 2008, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 23.880, de 10 de abril de 2008.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 11 de abril de 2008, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 24.345, de 18 de julho de 2008.** Dispõe sobre a inclusão, e documentos oficiais estaduais, do selo 60 anos dos Direitos humanos do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 139, de 21 de julho de 2008, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.868, de 25 de agosto de 2008.** Dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 164, de 25 de março de 2008, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 25.341, de 4 de maio de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 4 de maio de 2009, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.973, de 2 de junho de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 5 de junho de 2009, p.44.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.270, de 3 de setembro de 2010.** Dispõe sobre o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte do Governo Estadual, em regime de cooperação com os Municípios e Governo Federal e institui o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGEPD), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 10 de setembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82 de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.230, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 33, de 3 de janeiro de 2011, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.329, de 20 de abril de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 78, de 25 de abril de 2011, p.1. Republicado por Incorreção, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 29 de abril de 2011, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CEDCA nº 1/2006 de 28 de abril de 2011.** Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 1 de junho de 2011, p.50.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.410 de 12 de julho de 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de dezembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.411 de 12 de julho de 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 8.042, de 19 de dezembro de 2003 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de dezembro de 2011, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.124, de 23 de abril de 2012.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), e dá outras providências. Republicado por Incorreção. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 9 de maio de 2012, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 120, de 17 de abril de 2012.** Extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de junho de 2012, p.54.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012.** Extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 22 de abril de 2012, p.54.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 28.937, de 2 de abril de 2013.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 2 de abril de 2013, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.204, de 10 de julho de 2013.** Altera dispositivo do Decreto nº 26.281, de 26 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a criação de Unidades Fixas do Viva Cidadão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 10 de julho de 2013, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.205, de 10 de julho de 2013.** Altera dispositivo do Decreto nº 25.451, de 3 de julho de 2009, que dispõe sobre a criação de Unidades Fixas do Viva Cidadão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 10 de julho de 2013, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.205, de 10 de julho de 2013.** Altera dispositivo do Decreto nº 25.451, de 3 de julho de 2009, que dispõe sobre a criação de Unidades Fixas do Viva Cidadão. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 10 de julho de 2013, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.232, de 17 de julho de 2013.** Institui no âmbito do Poder Executivo Estadual a Comissão Temporária Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CTETP/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 137, de 17 de julho de 2013, p.1.

